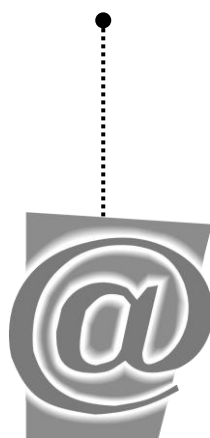
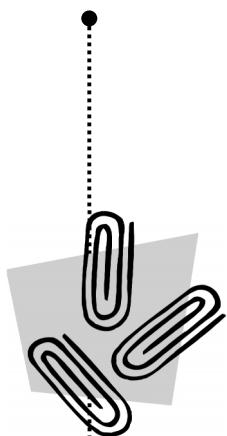


CAPÍTULO VII » Anexos



**Construção do Conhecimento
Profissional: Currículo da Formação
de Professores do 1CEB na UM**

Anexo 7.01



**Blogue “A Memória Flutuante”
Li Hoje, no Público... 06/08/2010)**



A Memória Flutuante

The past is malleable and flexible, changing as our recollection interprets and re-explains what has happened.... Peter Berger

■ →→ 2010/08/06

Li Hoje, no Público...

O Prof. Campos e Cunha (que foi o primeiro Ministro das Finanças de José Sócrates e se demitiu ao fim de poucas semanas, em divergência com a política definida pelo Governo) escreve regularmente no *Público*. No artigo de hoje aproveita o momento “quente” (como ele próprio o qualifica) para dissertar sobre justiça e educação. Tem, em relação a muitos outros, a enorme vantagem de declarar que “não é especialista em educação”, e o artigo tem ainda outro motivo de interesse, o de chamar à discussão a opinião de um professor norte-americano acerca do estado da nossa educação...

Para quem não leu, aqui fica o excerto que importa:

Há uns meses, numa conferência em S. Francisco na Califórnia, um professor americano já reformado, que escreveu muito sobre Espanha e também sobre Portugal, perguntou-me qual a razão dos maus resultados do ensino nacional. Depois de uma longa conversa em que mostrei que os recursos financeiros, humanos e materiais eram dos melhores da Europa, os resultados brilhavam pela ausência. A finalizar disse-lhe que boa parte da culpa também era deles, americanos. Perante a surpresa expliquei-lhe que no final dos anos sessenta (ou princípios de setenta) um ministro da Educação tivera a ingenuidade de mandar umas dezenas de pessoas estudar “ciências da educação” nos Estados Unidos. Ele interrompeu-me perguntando: não me diga que foram para Boston. Exactamente, disse-lhe. O meu amigo respirou fundo e calmamente concluiu: então, o caso é mesmo muito grave.

Presume-se que o professor norte-americano, já reformado e com obra publicada sobre Espanha e Portugal, seja de área diferente da educação (provavelmente de economia e ou finanças). Presume-se, assim, que sofra do mesmo mal de alguns colegas portugueses, que colocam entre aspas ciências da educação, coisa que nos Estados Unidos já não se usa (ainda que existam, também, ataques contra quem investiga em educação). Presume-se, ainda, que tenha qualquer dor de cotovelo em relação à Boston University, ainda que eu conceda que há muito melhor (mas também muito pior) no país.

Em relação ao Prof. Campos da Cunha, compreende-se que tenha alguma falha de informação em relação ao desenvolvimento das ciências da Educação em Portugal. Foi o Ministro Veiga Simão (apesar de físico) quem teve a ideia de enviar, em 1973, bolseiros nacionais para os Estados Unidos, para frequentar mestrados em Educação com a finalidade de formar o corpo docente das futuras escolas normais superiores, previstas na Lei de Bases 5/73. O destino desses bolseiros foi, primordialmente mas não exclusivamente, a Universidade do Texas em Austin. As escolas normais superiores não chegaram a funcionar; mas anos mais tarde, quando se criou o ensino superior politécnico e as escolas superiores de educação, a ideia de uma formação de docentes mais acelerada voltou a encontrar acolhimento no Ministério da Educação e foram assim negociados, com várias instituições, planos de formação específicos. Isto passou-se em 1983, 1984. As instituições de referência foram a Boston University e o Centro Regional de Documentação Pedagógica de Bordéus (hoje, da Aquitania), no estrangeiro, e as Universidades do Minho e de Aveiro, em Portugal.

→→→ Arquivo do blogue

- ▶ 2010 (4)
- ▶ 2009 (21)
- ▶ 2008 (13)
- ▶ 2007 (11)
- ▶ 2006 (57)
- ▶ 2005 (240)

→→→ A ver com educação

- [4R-Quarta República](#)
- [6 EM 1 & ALGO +](#)
- [A Destreza das Dúvidas](#)
- [Abnócio](#)
- [Acontecencias](#)
- [O Blog da Tese](#)
- [Casa do Professor](#)
- [Coisitas](#)
- [Comunicare](#)
- [Currículo & Cultura](#)
- [Da Escola](#)
- [Didáctica da Invenção](#)
- [Educação Comunitária](#)
- [Educar para a Saúde](#)
- [Empreender](#)
- [Fábulas](#)
- [Holocénico](#)
- [Jornalismo e Comunicação](#)
- [Metablog do Ensino Superior](#)
- [Musicoblog](#)
- [Nós-Sela](#)
- [O Diário de Anthrax](#)
- [O Fio de Ariana](#)
- [Outroolhar](#)
- [Pi](#)
- [Políticas Públicas](#)
- [Professor, Professor](#)
- [Professorices](#)
- [Profidências](#)
- [Que Universidade?](#)
- [Transitando](#)
- [Univercidade](#)
- [Abrupto](#)
- [Barnabé](#)
- [Causa Nossa](#)
- [Ideias em Desalinho](#)

Se muitos desses bolsеiros passaram a figurar nos quadros das escolas superiores de educação, fazem parte delas hoje muitos outros docentes com formações diferentes e habilitações mais elevadas. Muitos dos mestres dos anos 80 fizeram os seus doutoramentos em Universidades prestigiadas e alguns enveredaram mesmo pelo ensino superior universitário.

Dizer, como o Prof. Campos e Cunha diz, que “a filosofia das escolas de educação está patente há muitos anos na abordagem ao ensino em Portugal e os resultados estão à vista”, até pode ser verdade: quando da instituição das escolas superiores de educação houve um debate sério que levou à assunção de que o processo educativo devia assentar em bases diferentes daquelas que existiam. As unidades de ciências da educação que entretanto surgiram nas universidades (Minho, Aveiro, Porto, Coimbra, Lisboa, entre outras) consolidaram políticas de investigação que puderam constituir um corpo de conhecimento que é, indiscutivelmente, importante. Os resultados estão à vista: não aqueles que o Prof. Campos e Cunha julga ver – facilitismo, essa palavra mágica! – mas outros, que podem ser enunciados. Compare-se a educação pré-escolar de hoje com a de “ontem”, e prossiga-se na comparação: os cuidados com a educação especial; a melhoria em edifícios e equipamentos. Entenda-se como muitas escolas têm de lidar com a multiculturalidade, complicada se for em zonas deprimidas. Perceba-se que os professores (a maioria, estou certo) preocupam-se sobretudo com os seus alunos como pessoas e tentam o seu melhor para que aprendam. Dizer que nas escolas se privilegia a brincadeira e se negligencia o estudo é dizer o que não se sabe: a tal filosofia que se diz as escolas superiores de educação teria proposto não sugere isso. Ah, mas se o que se pensa é que o professor deve continuar a ensinar marcando a matéria “a estudar” no livro das páginas x à y, ou se se pensa que o professor deve falar os 60 ou 90 minutos da aula, presumindo que “passa” a sua mensagem dessa maneira, na verdade a tal filosofia diz não. Eu sei que mentes iluminadas acham que é ridículo dizer-se que a escola deve ensinar a aprender, mas para mim o ridículo é não compreender que tenha de ser assim.

Nestes muitos meses em que não tenho escrito neste blog, inúmeras foram as vezes em que me apeteceu escrever mais ou menos o que escrevi hoje. Os ataques que têm sido desferidos à educação em Portugal e sobretudo aos que se dedicam ao seu estudo, em especial os que provêm de personalidades que não estão ligadas ao meio, confrangem-me.

Isto não quer dizer que tudo tem estado bem e que a educação em Portugal é um sucesso total. Mas é também falso que tudo esteja mal. Há escolas de excelência, professores de excelência, alunos de excelência. Não o reconhecer é falsear a realidade.

Publicada por Varela de Freitas em **8/06/2010 04:14:00 PM**

0 comentários:

[Enviar um comentário](#)

Hiperligações para esta mensagem

[Criar uma hiperligação](#)

[Página inicial](#)

[Mensagem antiga](#)

Subscrever: [Enviar comentários \(Atom\)](#)

- [Os Marretas](#)
- [Quadratura do Círculo](#)
- [Um pouco mais de azul](#)
- [Google News](#)

→→→→ **Acerca de mim**

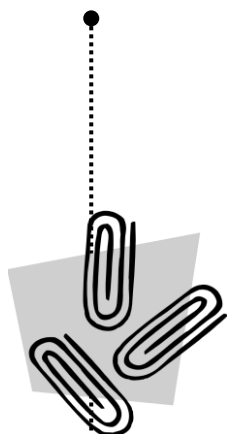


Cândido Freitas

[Ver o meu perfil completo](#)



Anexo 7.02



“Supervisão e Construção da Profissionalidade Docente”

Reunião da Comissão de Prática Pedagógica IV

Licenciatura em Ensino Básico (1.º Ciclo), Braga 04 de Dezembro de 2002

Supervisão e Construção da Profissionalidade Docente

→ **Luísa Alonso** (alonso@iec.uminho.pt)
Equipa da Prática Pedagógica EB

Universidade do Minho
Instituto de Estudos da Criança

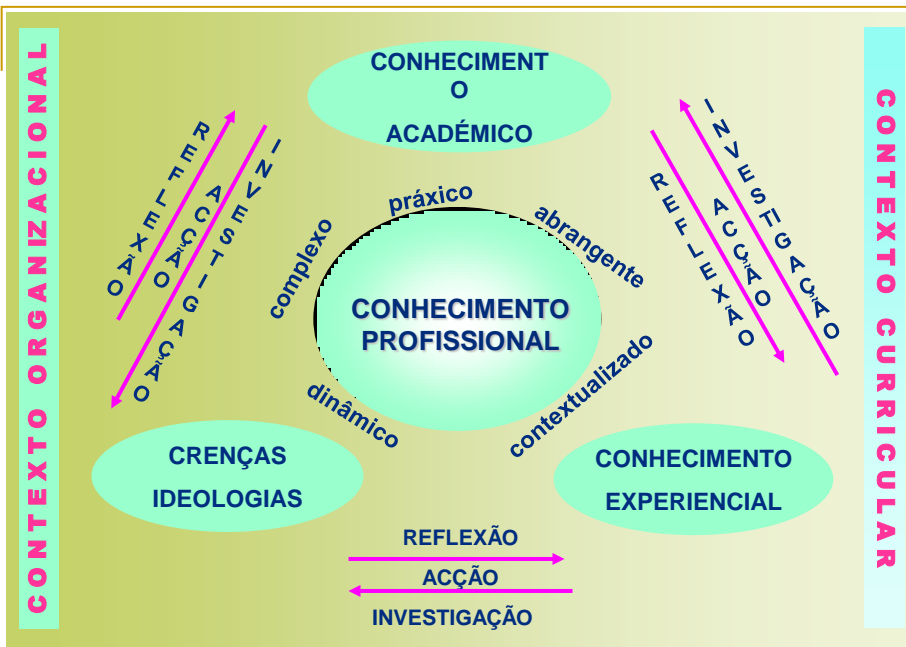
Reunião da Comissão de Prática Pedagógica IV - Licenciatura em Ensino Básico (1.º Ciclo)
Braga 04 de Dezembro de 2002

“A qualidade profissional de um currículo de formação de professores tem a ver com a forma como as diferentes componentes da formação (C. Educação / C. Especialidade / Prática Profissional) se articulam no sentido de adquirirem uma coerência, que permita aos professores em formação encontrar um significado pessoal e profissional, de forma a, progressivamente, irem construindo as **teorias práticas** que poderão orientar a sua acção”.

(L. Alonso, 1998)

A construção do conhecimento profissional docente

- Precariedade da relação directa do conhecimento com a acção;
- O peso da socialização na construção do conhecimento profissional;
- A qualidade dos contextos como condição facilitadora do desenvolvimento profissional.



A complexidade da formação de professores do 1.º Ciclo

- Abrangência do saber profissional;
- Abordagem integradora do currículo;
- Isolamento profissional.

Na procura de um Modelo Integrado e Flexível de Formação

“O conhecimento profissional é resultante de um **processo dinâmico e dialéctico** entre os **conhecimentos académicos**, o **conhecimento experiencial** e as **crenças ideológicas** em contextos determinados”.

(L. Alonso, 1998)

“A interacção continuada entre as **experiências** e o **significado** é crucial para outorgar coerência ao currículo”.

(J. Beane, 2000)

Criação de contextos formativos coerentes

- Um modelo integrado e flexível de formação sustenta-se na construção conjunta e articulada de **contextos formativos coerentes** que permitam aos formandos **atribuir um significado** (compreender, relacionar, mobilizar, agir, partilhar) pessoal e profissional às diferentes experiências que integram o currículo de formação.

Referencial da formação





O processo de supervisão

- **Supervisão:** processo interactivo e colaborativo de apoio e estímulo à construção do conhecimento profissional, através do desenvolvimento de atitudes e capacidades reflexivas e de auto-conhecimento, baseado em ciclos continuados de planificação-intervenção/observação-feedback/reflexão.

Objectivos do processo de supervisão

- **Diagnosticar as necessidades** do formando de modo a poder oferecer a ajuda e orientação adequadas.
- Facilitar a aquisição e desenvolvimento de **competências e metodologias** variadas de ensino-aprendizagem, através de processos de **investigação e experimentação**.
- Possibilitar situações em que o formando **reflita de forma sistemática** sobre a sua prática, desenvolvendo atitudes e capacidades reflexivas que o levem progressivamente à clarificação dos "**valores**" e das suas "**teorias práticas**", o que lhe permitirá "**agir com compreensão**".

Objectivos do processo de supervisão

- Oferecer ao formando um **feedback** objectivo, rigoroso e construtivo da sua actuação educativa.
- Realizar a **avaliação contínua e formativa** do formando, partilhando com ele os critérios de avaliação e envolvendo-o num processo de **auto-avaliação**.
- **Orientar e apoiar** o formando na resolução dos **problemas emocionais** e dos **conflitos cognitivos e afectivos** que acompanham o processo de mudança.

Objectivos do processo de supervisão

- Promover um **clima de comunicação e colaboração** entre os participantes no processo de formação.
- Favorecer a **integração do formando** nas diferentes estruturas da escola.
- Levar o formando a desenvolver **atitudes positivas perante a inovação** numa perspectiva de desenvolvimento profissional ao longo da vida.
- Ajudar o formando a definir o seu **projecto profissional** como docente, construindo progressivamente o seu **estilo pessoal**.

Características dum processo de supervisão

Interactivo	Directivo
Democrático	Autocrático (laissez faire)
Centrado no formando	Centrado no supervisor
Orientado para a investigação/reflexão	Orientado para a rotina/repetição
Promoção dum estilo pessoal	Imitação do modelo do supervisor

↓ ↓ ↓

Processo contínuo de feed-back

↓ ↓ ↓

Aprendizagem e desenvolvimento

Universidade do Minho/IEC

15

Estabelecer uma relação de ajuda (competências)

- O supervisor mostra uma atitude de “**compreensão empática**” do formando.
- O supervisor “**aceita incondicionalmente**” o formando.
- O supervisor implica o formando no processo de supervisão, levando este a **participar activamente nos encontros**.

Universidade do Minho/IEC

16

Estilos de supervisão

Glickman, 1985

		ESTILOS DE SUPERVISÃO		
		Não Directivo	Colaborativo	Directivo
COMPORTAMENTOS	Prestar atenção			
	Clarificar			
	Encorajar			
	Servir de espelho			
	Dar opinião			
	Ajudar a encontrar soluções			
	Negociar			
	Orientar			
	Estabelecer critérios			
	Condicionar			

Universidade do Minho/IEC

17

Competências interpessoais

- **Prestar atenção:** verbal e não-verbal
 - “pois”, “está”, “OK”, “sim”, ...
- **Clarificar:** para compreender o pensamento do professor
 - “quando diz... Refere-se a...?”, “é capaz de explicar melhor?”
- **Encorajar:** para estimular o pensamento do professor.
 - “continue”, “e depois?”, “ótimo”, “pense nisso”, ...

Universidade do Minho/IEC

18

Competências interpessoais

- **Servir de espelho:** parafrasear ou resumir para verificar se compreendeu bem.
 - “parece-me que, na sua opinião”, “se eu entendi bem”, ...
- **Dar opinião:**
 - “na minha opinião”, “eu acho que”, “podia”, ...
- **Ajudar a encontrar soluções para os problemas:**
 - “Como é que vai resolver o problema?”, “Que estratégias lhe parecem mais adequadas?”, ...

Competências interpessoais

- **Negociar:** ponderar os prós e os contras.
 - “que solução será melhor: a X ou a Y?”, “o que acontecerá se toma essa atitude?”, ...
- **Orientar:**
 - “vai fazer isto e aquilo”, “quero que”, ...
- **Estabelecer critérios:** concretizar os planos de acção.
 - “na próxima semana quero ver”, “na próxima aula deve reduzir o tempo de fala para ...”, ...

Competências interpessoais

- **Condicionar:** explicita as consequências do cumprimento ou não das indicações.
 - “sei que consigo”, “se não actuar rapidamente, depois será tarde”, “olhe que não há tempo a perder” ...

(Glickman, 1985)

Ciclo de supervisão



Encontro de planificação - pré-observação (estratégias)

- Pedir ao formando para “**explicitar**” as opções feitas na planificação;
- Identificar as “**preocupações**” do formando acerca da actividade a realizar;
- Traduzir as preocupações e conceitos abstractos em “**comportamentos observáveis**” – operacionalizar;
- Identificar **procedimentos** para **melhorar** o plano do formando;

Encontro de planificação - pré-observação (estratégias)

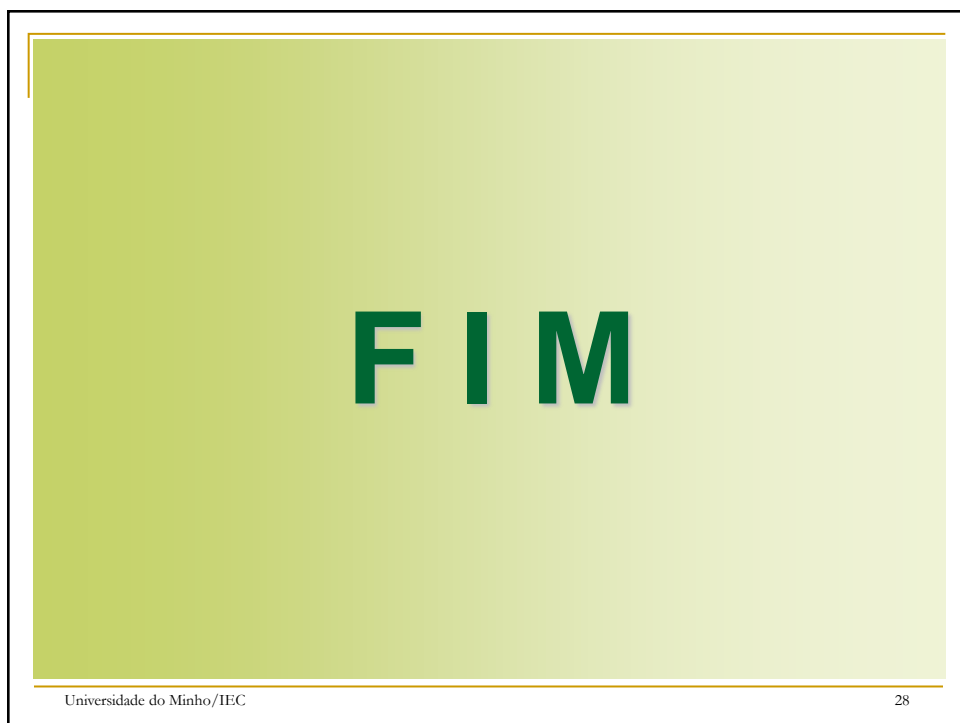
- Ajudar o formando a formular **objectivos** de **auto-aperfeiçoamento**;
- Seleccionar os comportamentos mais **relevantes** para observar e os **instrumentos** de observação para os registar;
- Usar várias **fontes/metodologias** de recolha de **dados**.

Encontros de feed-back (estratégias)

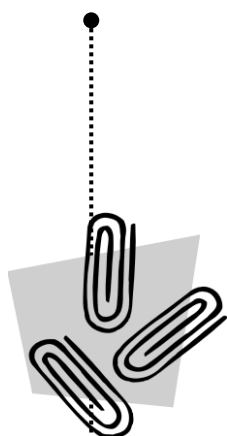
- Apresentar ao formando os dados de observação objectivos e específicos;
- Solicitar do formando inferências, opiniões e sentimentos sobre os dados de observação;
- Realizar perguntas de esclarecimento que estimulem o pensamento reflexivo;
- Estimular o formando a considerar as consequências educativas e didácticas das suas acções;

Encontros de feed-back (estratégias)

- Encorajar o formando a procurar estratégias alternativas para melhorar a sua prática;
- Dar ao formando oportunidades para a prática de diferentes metodologias e experiências e para a contrastação de umas com as outras.



Anexo 7.03



Graus de Bacharel na Universidade do Minho
Educação Pré-Escolar e Ensino Primário

Portaria n.º 621/87, de 18 de Julho

Planos de Estudos dos Respectivos Cursos

Portaria n.º 715/87, de 20 de Agosto



Agricultura do Algarve, constante do Decreto Regulamentar n.º 54/86, de 8 de Outubro, um lugar de técnico superior principal, letra D, da carreira de médico veterinário, o qual será extinto quando vagar.

Ministérios das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 12 de Julho de 1987.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — O Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 619/87

de 18 de Julho

Encontrando-se a prestar serviço há mais de um ano na Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em regime de destacamento, um funcionário pertencente ao quadro de efectivos interdepartamentais, da Secretaria-Geral do ex-MES, importa agora proceder à sua integração no respectivo quadro.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 49/84, de 3 de Fevereiro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, criar no quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, fixado pelo Decreto-Lei n.º 204/80, de 28 de Junho, um lugar de auxiliar técnico principal, a extinguir quando vagar.

Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Assinada em 6 de Julho de 1987.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *José Manuel Alves Elias da Costa*, Secretário de Estado da Construção e Habitação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Decreto-Lei n.º 281/87

de 18 de Julho

Atendendo a que o Decreto-Lei n.º 197/87, de 30 de Abril, antecipou a data da realização das eleições dos representantes do pessoal docente e não docente dos estabelecimentos do ensino preparatório, do ensino preparatório e secundário e do ensino secundário;

Considerando que, por tal motivo, importa, de igual forma, antecipar a data da tomada de posse dos conselhos directivos eleitos;

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. O n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 157/78, de 1 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 4.º — 1 — Os conselhos directivos eleitos tomarão posse na 1.ª quinzena do mês de Julho.

2 —

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Junho de 1987. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *João de Deus Rogado Salvador Pinheiro*.

Promulgado em 2 de Julho de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, *MÁRIO SOARES*.

Referendado em 8 de Julho de 1987.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Portaria n.º 620/87

de 18 de Julho

Sob proposta da Universidade de Lisboa;

Ao abrigo do disposto no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação e Cultura, aprovar o seguinte:

1.º

Criação

A Universidade de Lisboa, através da Faculdade de Letras, confere o grau de licenciado em Linguística, ministrando, em consequência, o respectivo curso.

2.º

Entrada em funcionamento

O curso entrará em funcionamento progressivamente, um ano curricular em cada ano lectivo, a partir do ano lectivo de 1987-1988.

3.º

Entrada em vigor

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ministério da Educação e Cultura.

Assinada em 17 de Junho de 1987.

Pelo Ministro da Educação e Cultura, *Fernando Nunes Ferreira Real*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

Portaria n.º 621/87

de 18 de Julho

Sob proposta da Universidade do Minho;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 346/84, de 29 de Outubro;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 59/86, de 21 de Março, e o disposto no Despacho n.º 78/MEC/86, de 3 de Abril, publicado no *DR*, 2.ª série, de 15 de Abril de 1986;

Tendo em atenção o disposto na Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho;

Ao abrigo do disposto no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação e Cultura, aprovar o seguinte:

1.º

Criação

A Universidade do Minho confere:

- a) O grau de bacharel em Educação Pré-Escolar;
- b) O grau de bacharel em Ensino Primário;

ministrando, em consequência, os respectivos cursos.

2.º

Entrada em funcionamento

1 — O curso de educadores de infância entrará em funcionamento progressivamente a partir do ano lectivo de 1987-1988.

2 — O curso de professores do ensino primário entrará em funcionamento progressivamente a partir do ano lectivo de 1987-1988.

Ministério da Educação e Cultura.

Assinada em 19 de Junho de 1987.

Pelo Ministro da Educação e Cultura, *Fernando Nunes Ferreira Real*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

Portaria n.º 622/87

de 18 de Julho

Sob proposta do conselho científico da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Ao abrigo do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 173/80, de 29 de Maio, e 263/80, de 7 de Agosto, e no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação e Cultura, que à alínea b) do n.º 1 do n.º 7.º da Portaria n.º 447/86, de 16 de Agosto, seja feito um aditamento com a seguinte redacção:

7.º

Habilitações de acesso

- 1 —
- a)
- b)

- i)
- ii) Cursos regulados pela Portaria n.º 877/85, de 19 de Novembro:

- I) Canto Gregoriano;
- II) Direcção Coral;
- III) Órgão.

2 —

Ministério da Educação e Cultura.

Assinada em 2 de Julho de 1987.

Pelo Ministro da Educação e Cultura, *Fernando Nunes Ferreira Real*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 623/87

de 18 de Julho

A prossecução de programas habitacionais de qualidade e custos controlados, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 236/85, de 5 de Julho, que estabeleceu o novo regime dos contratos de desenvolvimento para habitação (CDH), implica a fixação periódica de certos indicadores, como sejam o dos custos máximos de construção por metro quadrado de área bruta e o dos valores máximos de venda por tipologias, permitindo uma melhor adaptação às condições do mercado e garantindo uma oferta de habitação a preços moderados.

A Portaria n.º 66/87, de 29 de Janeiro, veio fixar tais valores referidos ao mês de Novembro de 1986, pelo que importa proceder agora à sua actualização.

Atendendo aos condicionalismos específicos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, considerou-se necessária a definição de valores compatíveis à viabilização destes programas habitacionais, fixando-se, para o efeito, através da Portaria n.º 280/87, de 6 de Abril, os custos máximos de construção por metro quadrado de área bruta e os valores máximos de venda das habitações por tipologias para aquelas regiões, valores estes que, de acordo com o disposto no seu n.º 2, são igualmente objecto de revisão pela presente portaria.

Assim:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nos termos e em execução do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 236/85, de 5 de Julho, o seguinte:

1.º Para as habitações construídas ao abrigo dos contratos de desenvolvimento para habitação são definidos os custos de construção máximos por metro quadrado de área bruta para cada tipologia que se seguem:

- T_1 — 29 000\$;
- T_2 — 28 600\$;
- T_3 — 28 300\$;
- T_4 — 28 000\$.

2.º Para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 14.º, os valores máximos de venda das habitações por tipologias são os seguintes:

- T_1 — 2 620 000\$;
- T_2 — 3 380 000\$;
- T_3 — 3 930 000\$;
- T_4 — 4 430 000\$.

2.º

Aplicação

O disposto na presente portaria aplica-se a partir do ano lectivo de 1987-1988.

3.º

Regime de transição

Cabe à comissão instaladora da Escola, ouvido o conselho científico, fixar as regras do regime de transição a adoptar para os alunos que hajam estado inscritos no anterior plano de estudos.

Ministério da Educação e Cultura.

Assinada em 24 de Julho de 1987.

Pelo Ministro da Educação e Cultura, *Fernando Nunes Ferreira Real*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

ANEXO I — QUADRO I —		CURSO: GESTÃO DA EMPRESA AGRÍCOLA	
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA		GRAU: BACHAREL	
ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA		ANO 1.º	
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regulamentação (em horas semanais)	Aulas Teóricas
			Aulas Práticas
			Aulas Teóricas-Práticas
Matemática, Estatística Aplicada e Informática	Anual	—	4
Biologia	Semestral 1	2	4
Sociologia e Economia Agrária	Semestral 1	2	3
Fundamentos de Agricultura (Solos e Rega)	Semestral 1	2	6
Indústria e Comércio	Semestral 1	2	4
Fundamentos de Agricultura II	Semestral 2	2	5
Métodos de Produção Agrícola I	Semestral 2	2	5
Contabilidade Agrícola	Semestral 2	—	5
Introdução à Gestão	Semestral 2	2	3
Instalações Agrícolas	Semestral 2	1	2
OBSERVAÇÕES:			

Portaria n.º 715/87

de 20 de Agosto

Sob proposta da Universidade do Minho;
Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 346/84, de 29 de Outubro;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 59/86, de 21 de Março, e no Despacho n.º 78/MEC/86, de 3 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 15 de Abril de 1986;

Tendo em atenção o disposto na Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho;

Na sequência do disposto na Portaria n.º 621/87, de 18 de Julho;

Ao abrigo do disposto no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação e Cultura, que os planos de estudos dos cursos de bacharelato em Educação Pré-Escolar e em Ensino Primário sejam os constantes em anexo à presente portaria.

Ministério da Educação e Cultura.

Assinada em 24 de Julho de 1987.

Pelo Ministro da Educação e Cultura, *Fernando Nunes Ferreira Real*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

ANEXO I — QUADRO I —		CURSO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA	
UNIVERSIDADE DO MINHO		GRAU: BACHAREL	
		ANO 1.º	
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regulamentação (em horas semanais)	Aulas Teóricas
			Aulas Práticas
			Aulas Teóricas-Práticas
Psicologia do Desenvolvimento	Anual	2	2
Correntes Fundamentais da Pedagogia	Anual	1	2
Língua Portuguesa I	Anual	2	3
Matemática I	Anual	2	2
Ciências da Natureza I	Anual	2	2
Educação para a Expressão Não Verbal I	Anual	2	2
Prática Pedagógica I	Anual	—	4
OBSERVAÇÕES:			

ANEXO I — QUADRO II —		CURSO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA	
UNIVERSIDADE DO MINHO		GRAU: BACHAREL	
		ANO 2.º	
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regulamentação (em horas semanais)	Aulas Teóricas
			Aulas Práticas
			Aulas Teóricas-Práticas
Psicologia do Desenvolvimento e Psicopatologia	Anual	1	1
Sociologia Educacional e Educação Comunitária	Anual	1	1
Organização do Processo de Ensino	Anual	1	2
Ciências Sociais	Anual	2	2
Educação para a Expressão Não Verbal II	Anual	2	3
Prática Pedagógica II	Anual	—	4
Opção (1)	Anual	1	2
Língua Portuguesa II	Semestral 1	1	2
Matemática II e Ciências da Natureza II	Semestral 2	2	3
OBSERVAÇÕES: (1) N.º 10.º de Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho.			

ANEXO I — QUADRO III —		CURSO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA	
UNIVERSIDADE DO MINHO		GRAU: BACHAREL	
		ANO 3.º	
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regulamentação (em horas semanais)	Aulas Teóricas
			Aulas Práticas
			Aulas Teóricas-Práticas
Organização do Centro Educativo	Anual	1	1
Introdução à Investigação para Decisão	Anual	1	1
Introdução à Educação Especial	Semestral 1	1	1
Educação Social	Semestral 1	1	2
Educação para a Saúde	Semestral 1	2	1
Educação para a Expressão Não Verbal III	Semestral 1	2	4
Prática Pedagógica III	Semestral 1	—	4
Opção (1)	Semestral 1	1	1
Seminário	Semestral 2	—	—
Prática Pedagógica IV	Semestral 2	—	22
OBSERVAÇÕES: (1) N.º 10.º de Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho.			
(2) Em seminário.			

ANEXO II — QUADRO I —		CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO	
UNIVERSIDADE DO MINHO		GRAU: BACHAREL	
		ANO 1.º	
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regulamentação (em horas semanais)	Aulas Teóricas
			Aulas Práticas
			Aulas Teóricas-Práticas
Psicologia do Desenvolvimento	Anual	2	2
Correntes Fundamentais da Pedagogia	Anual	1	2
Língua Portuguesa I	Anual	3	1
Matemática I	Anual	2	2
Ciências da Natureza I	Anual	2	2
Educação para a Expressão Não Verbal I	Anual	2	2
Prática Pedagógica I	Anual	—	4
OBSERVAÇÕES:			

CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO				
ANEXO II QUADRO II				
UNIVERSIDADE DO MINHO GRAU: BACHAREL ANO 2.º				
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regularidade (em horas semanais)		
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Aulas Teóricas-Práticas
Psicologia Educacional e Educação Comunitária	Anual	1	1	-
Desenvolvimento Curricular e Organização do Processo de Ensino	Anual	1	2	-
Língua Portuguesa II	Anual	1	2	-
Ciências Sociais I	Anual	2	2	-
Educação para a Expressão Não Verbal II	Anual	2	3	-
Prática Pedagógica II	Anual	-	4	-
Opção (I)	Anual	1	2	-
Matemática II	Semestral 1	2	2	-
Ciências da Natureza II	Semestral 2	2	2	-
OBSERVAÇÕES: [1] N.º 10.º de Portaria n.º 352/86, de 8 de Junho.				

CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO				
ANEXO II QUADRO III				
UNIVERSIDADE DO MINHO GRAU: BACHAREL ANO 3.º				
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regularidade (em horas semanais)		
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Aulas Teóricas-Práticas
Organização e Administração Escolar	Anual	1	1	-
Educação Social	Semestral 1	1	2	-
Introdução à Educação Especial	Semestral 1	1	1	-
Língua Portuguesa III	Semestral 1	1	1	-
Ciências Sociais II	Semestral 1	1	2	-
Educação para a Saúde	Semestral 1	2	1	-
Educação para a Expressão Não Verbal III	Semestral 1	2	4	-
Prática Pedagógica III	Semestral 1	-	4	-
Opção (II)	Semestral 2	1	1	-
Seminário	Semestral 2	-	-	3(2)
OBSERVAÇÕES:				

CURSO DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO				
ANEXO II QUADRO III (continuação)				
UNIVERSIDADE DO MINHO GRAU: BACHAREL ANO 3.º				
Nome da disciplina	Anual ou Semestral	Regularidade (em horas semanais)		
		Aulas Teóricas	Aulas Práticas	Aulas Teóricas-Práticas
Prática Pedagógica IV	Semestral 2	-	20	-
OBSERVAÇÕES: [1] N.º 10.º de Portaria n.º 352/86, de 8 de Junho.				
[2] Em seminário				

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Decreto-Lei n.º 315/87

de 20 de Agosto

A crescente participação dos transportes no desenvolvimento e no equilíbrio económico-sociais exige o ordenamento racional das suas infra-estruturas, em particular das que se apresentam com efeitos marcadamente estruturantes em áreas regionais de feição metropolitana, sem o que se correrá o risco de elevados custos e injustificadas assimetrias — fonte de bloqueios e rupturas em tecidos sócio-económicos — por inadequação dos transportes às novas exigências culturais, sociais, económicas, energéticas e até ecológicas de uma sociedade em expansão.

A região de Lisboa é, no País, uma das que mais carece de intervenção no sentido referido e o caminho de ferro, entre os modos de transporte que nela operam, o que requer maior e mais urgente atenção.

Nesta perspectiva, alguns dos empreendimentos a promover assumem, à partida, especial relevância, sendo de citar:

Reformulação da linha de cintura, incluindo o ramal de Alcântara;

Beneficiação da linha de Sintra;

Extensão da linha do Oeste, como suburbana, a Torres Vedras;

Melhoria da linha de Cascais;

Reestruturação da linha do Norte até Azambuja, como suburbana, e construção da nova estação terminal de Lisboa;

Inscrição do atravessamento ferroviário do Tejo na Ponte de 25 de Abril;

Promoção, a mais longo prazo, do segundo atravessamento ferroviário do rio Tejo.

Daqui decorre a convicção da necessidade da criação imediata de um órgão capaz de promover, coordenar, desenvolver e controlar as acções e os meios necessários à permanente adequação, quantitativa e qualificativa, do transporte ferroviário à expansão sócio-económica da área metropolitana de Lisboa.

Tratando-se, porém, de um conjunto de acções de extraordinária dimensão nos aspectos social, económico, financeiro e de construção e sendo as infra-estruturas da directa responsabilidade do Estado, justifica-se a criação de um órgão que dele dependa directamente, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, a operar em estreita colaboração com a CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — É criado o Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa, organismo com carácter eventual, sob a tutela do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, gozando de personalidade jurídica e autonomia administrativa.

2 — O Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa, adiante designado por Gabinete, tem a sua sede em Lisboa.

Art. 2.º O pessoal técnico, administrativo e auxiliar necessário ao funcionamento do Gabinete será assegurado pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Art. 3.º — 1 — O Gabinete tem por atribuições a promoção, a coordenação, o desenvolvimento e o controle de todas as actividades relacionadas com o nó ferroviário de Lisboa, sendo da sua competência, nomeadamente:

- Promover a elaboração de todos os estudos que se tornem necessários à realização dessas actividades ou com ela relacionados;
- Proceder à abertura de concursos para estudos prévios, anteprojectos e projectos ligados aos empreendimentos ferroviários de carácter regional;
- Proceder à abertura e análise das propostas para a adjudicação da execução de obras incluídas nos empreendimentos;



Bacharelatos em Educação Infantil e Básica Inicial

1 - Objectivos e enquadramento profissional.

A formação de educadores e professores de educação infantil e básica obedece fundamentalmente à necessidade de preparar educadores e professores com um perfil profissional adequado às exigências integradoras destes níveis de ensino. Isto pressupõe uma estrutura curricular integrada entre:

- a aquisição de conhecimentos, destrezas, técnicas e arte específicas das diferentes áreas que integram o perfil de um educador/professor generalista;
- a aquisição de um conhecimento profissional-pedagógico através do domínio de conhecimento, valores, atitudes e competências específicas do âmbito das Ciências da Educação fundamentais e aplicadas;
- a aquisição de um "saber fazer" através de uma formação prática que privilegie o contacto progressivo com os problemas da realidade educativa, através da componente da prática pedagógica.

Após a obtenção com aproveitamento em todas as disciplinas constantes do plano de estudos, prática pedagógica incluída, os cursos conferem o grau de Bacharel em Educação de Infância e Bacharel em Ensino Básico do 1.º Ciclo. Estes bacharelatos constituem habilitação para o exercício profissional nos respectivos níveis de ensino. A conclusão do curso com aproveitamento permite ao Bacharel candidatar-se aos concursos de Educadores e Professores do Ensino Básico do 1.º Ciclo.

Dos pressupostos supra referidos decorre a estrutura curricular adoptada, baseada numa estreita interligação entre aqueles três âmbitos de formação.

Os planos de estudo são comuns para ambos os cursos no 1.º ano, tornando-se progressivamente diferenciados durante o 2.º e o 3.º anos.

A componente de prática pedagógica rege-se pela Portaria n.º 336/88, de 28 de Maio, e assume a forma de estágio no 3.º ano dos cursos.

2 - Estrutura curricular e planos de estudos.

Para obter os quadros com a informação sobre a estrutura curricular e o plano de estudos dos cursos em Educação Infantil e Básica Inicial, faça click sobre os mesmos:

- [Educação de Infância](#)
- [Ensino Básico do 1.º Ciclo](#)

3 - Classificação final.

A classificação final dos cursos é obtida a partir das classificações de cada disciplina e do factor de ponderação das respectivas unidades de crédito e ainda aos índices atribuídos à componente de Prática Pedagógica ou de Projecto, de acordo com a fórmula:

$$\text{Média Final} = \frac{\sum_{i=1}^n f_i C_i N_i}{\sum_{i=1}^n f_i C_i}$$

em que n é o número de disciplinas do plano de estudos, Ni é a classificação obtida em cada disciplina, Ci é o correspondente número de unidades de crédito e fi é um factor com valor 2 para as disciplinas de Prática Pedagógica, Seminário ou Projecto e com valor 1 para as restantes disciplinas.



[[Home](#)] [[O IEC ...](#)] [[Lista telefones/e-mail](#)] [[Portfolio](#)]
[[Regulamento](#)] [[Plano de Desenvolvimento](#)] [[Departamentos](#)]
[[Cursos](#)] [[Centro de Estudos da Criança](#)] [[Boletim - "IEC informação"](#)] [[Eventos](#)]



Bacharelato em Educação Infantil e Básica Inicial

Curso de Ensino Básico do 1º Ciclo

Bacharelato em Ensino Básico do 1º Ciclo

(Criado pela Portaria nº 621/87, de 18 de Julho)
(Reestruturado pela Resolução SU-14/91 do Senado Universitário)

Estrutura Curricular

Áreas científicas do curso: Educação Infantil e Básica Inicial.					
Duração normal do curso: 3 anos lectivos.					
Condições necessárias à concessão do grau: 100 unidades de crédito.					
Áreas científicas e distribuição das unidades de crédito:					
ÁREAS CIENTÍFICAS OBRIGATÓRIAS			ÁREAS CIENTÍFICAS OPTATIVAS		
Cód.	Área científica	U.C.	Cód.	Área científica	U.C.
CEC	Ciências da Educação da Criança	39,0			
EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte	17,0			
CHS	Ciências Humanas e Sociais	19,0			
ECEN	Educação em Ciências Exactas e da Natureza	18,5			
CFE	Ciências Fundamentais da Educação	6,5			
TOTAL		100			
Precedências:					
EXIGE-SE A APROVAÇÃO EM:			PARA A INSCRIÇÃO EM:		
Prática Pedagógica II			Prática Pedagógica III		

Plano Curricular

ANO	ÁREA CIENT	DISCIPLINAS	REGIME			HORAS LECTIVAS/SEMANA					UNID. CRÉD	
			A	1ºS	2ºS	1	1P	3E	P	TOTAL		
										1ºS	2ºS	
1º	CEC	Psicologia do Desenvolvimento da Criança	X			2	0	0	2	4	4	5,5
	CFE	Correntes Fundamentais da Pedagogia	X			1	0	0	2	3	3	3,5
	EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte I	X			2	0	0	3	5	5	6,5
	CHS	Língua Portuguesa I - Introd. aos Estudos Linguísticos e Literários e Prática da Língua	X			3	0	0	3	6	6	8,5
	ECEN	Matemática I - Fundamentos Lógicos-Matemáticos										
	ECEN	Ciências da Natureza I - Fundamentos	X			2	0	0	2	4	4	5,5
	CEC	Prática Pedagógica I	X			2	0	0	2	4	4	5,5

Observação:

- Nos termos do nº 2 da Portaria nº 381/87, de 16 de Outubro, é ainda oferecida no 3.º ano, como disciplina de opção, de frequência facultativa, a Educação Moral e Religiosa Católica e sua Didáctica (1-0-0-1; 1,5 u.c.).



[\[Home \]](#)
[\[O IEC ... \]](#)
[\[Lista telefones/e-mail \]](#)
[\[Portfolio \]](#)
[\[Regulamento \]](#)
[\[Plano de Desenvolvimento \]](#)
[\[Departamentos \]](#)
[\[Cursos \]](#)
[\[Centro de Estudos da Criança \]](#)
[\[Boletim - "IEC informação" \]](#)
[\[Eventos \]](#)



Bacharelato em Educação Infantil e Básica Inicial

Curso de Educação de Infância

Bacharelato em Educação de Infância

(Criado pela Portaria nº 621/87, de 18 de Julho)
(Reestruturado pela Resolução SU-14/91 do Senado Universitário)

Estrutura Curricular

Áreas científicas do curso: Educação Infantil e Básica Inicial.					
Duração normal do curso: 3 anos lectivos.					
Condições necessárias à concessão do grau: 100 unidades de crédito.					
Áreas científicas e distribuição das unidades de crédito:					
ÁREAS CIENTÍFICAS OBRIGATÓRIAS			ÁREAS CIENTÍFICAS OPTATIVAS		
Cód.	Área científica	U.C.	Cód.	Área científica	U.C.
CEC	Ciências da Educação da Criança	44,5	CHS	Ciências Humanas e Sociais	2,0
EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte	19,0	EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte	
CHS	Ciências Humanas e Sociais	15,5	CEC	Ciências da Educação e da Criança	
ECEN	Educação em Ciências Exactas e da Natureza	12,5	ECEN	Educação em Ciências Exactas e da Natureza	
CFE	Ciências Fundamentais da Educação	6,5		Filosofia e Cultura	
TOTAL		98,0	TOTAL		2,0
Precedências:					
EXIGE-SE A APROVAÇÃO EM:			PARA A INSCRIÇÃO EM:		
Prática Pedagógica II			Prática Pedagógica III		

Plano de Estudos

ANO	ÁREA CIENT	DISCIPLINAS	REGIME			HORAS LECTIVAS/SEMANA						UNID. CRÉD
			A	1ºS	2ºS	1	1P	3E	P	TOTAL		
										1ºS	2ºS	
1º	CEC	Psicologia do Desenvolvimento da Criança	X			2	0	0	2	4	4	5,5
	CE	Organização dos Serviços de Apoio Sócio-Educativo à Criança	X			1	0	0	1	2	2	3,0
	EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte I - Educação Física e Dramática	X			1	0	0	2	3	3	3,5
	EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte II - Educação Visual e Musical	X			2	0	0	2	4	4	5,5
	CHS	Língua Portuguesa I-Introd. aos Estudos Linguísticos e Literários e Prática da Língua	X			3	0	0	3	6	6	8,5
	ECEN	Ciências da Natureza I - Fundamentos	X			2	0	0	2	4	4	5,5
	CEC	Prática Pedagógica I	X			0	0	0	3	3	3	2,0
TOTAL										29	29	37,0
2º	CEC	Psicopedagogia da Infância e Metodologia da Educação da Infância	X			2	0	0	3	5	5	6,5
	CEC	Novas Tecnologias do Ensino	X			1	0	0	1	2	2	3,0
	CFE	Sociologia Educacional	X			1	0	0	1	2	2	3,0
	EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte III	X			2	0	0	3	5	5	6,5
	CHS	Língua Portuguesa II - Literatura Infantil e Aquisição da Linguagem	X			1	0	0	2	3	3	3,5
	CHS	Ciências Sociais	X			1	0	0	2	3	3	3,5
	ECEN	Matemática		X		2	0	0	3	5		3,0
	ECEN	Ciências da Natureza II - Didáctica das Ciências da Natureza			X	1	0	0	2		3	2,0
	CEC	Prática Pedagógica II	X		X	0	0	0	4	4	4	3,0
		Opção I			X	0	1	0	1		2	1,0
TOTAL										29	29	35,0
3º	CEC	Metodologia da Investigação Pedagógica		X		2	0	0	2	4		3,0
	CEC	Educação Social		X		1	0	0	2	3		2,0
	CEC	Introdução à Educação Especial		X		1	0	0	1	2		1,5
	CEC	Organização do Centro Educativo		X		1	0	0	2	3		2,0
	EMA	Educação pelo Movimento e pela Arte IV		X		2	0	0	4	6		3,5
	ECEN	Educação para a Saúde		X		1	0	0	2	3		2,0
	CEC	Prática Pedagógica III			X	0	0	20	0		20	10,0
		Opção II		X		0	1	0	1	2		1,0
	CEC	Seminário de Reflexão sobre a Prática Pedagógica			X	0	0	6	0		6	3,0
TOTAL										23	26	28,0

Observação:

- Nos termos do nº 2 da Portaria nº 381/87, de 16 de Outubro, é ainda oferecida no 3.º ano, como disciplina de opção, de frequência facultativa, a Educação Moral e Religiosa Católica e sua Didáctica (1-0-0-1; 1,5 u.c.).

Opções**I**

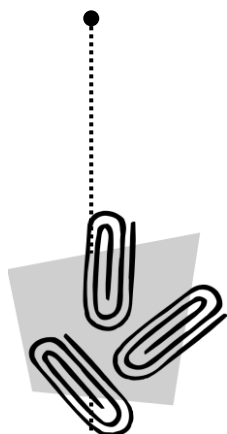
- Mentalidades e Cultura Portuguesa
- Oficina de Escrita
- Mundo Contemporâneo e o Cristianismo
- Arte e Expressão Popular

II

- Educação para a Comunicação Social
- Educação Ambiental
- Protecção do Património Cultural



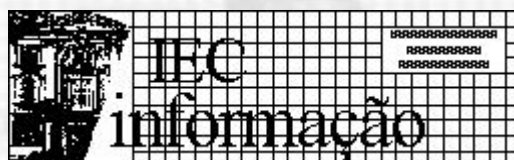
Anexo 7.04



Transição entre Bacharelatos e Licenciaturas

(Planos de Estudos Educação de Infância e Ensino Básico do 1.º Ciclo)

Fonte: Arquivo Web Abril de 1988 e Janeiro de 2001



Número 22.Abril de 1998

Estudantes dos bacharelatos: transição para a licenciatura

O Conselho Académico da Universidade, na sua reunião do passado dia 8, deu parecer favorável ao documento apresentado pelo IEC, intitulado "Plano de transição para os alunos de bacharelato em Educação de Infância e Ensino Básico do 1º Ciclo para a licenciatura".

Dado que a partir de 1998-99, os cursos para aqueles níveis de educação e ensino passarão a ser de licenciatura (cf. Boletim Informativo de Janeiro), coloca-se a questão de assegurar que os alunos actualmente no terceiro ano dos cursos de bacharelato e que pretendam fazer a licenciatura dispusessem das condições para o efeito. De acordo com orientações emanadas do Ministério da Educação, o plano de transição prevê um quarto ano com uma carga semanal de 25 horas no 1º semestre e 28 horas no segundo, sendo que, neste último caso, a maior parte do tempo seja ocupado com a realização de um projecto estreitamente ligado à intervenção pedagógica numa escola cooperante e sob a orientação de docentes do IEC.

Em relação ao 1º semestre, procurou-se que os alunos frequentassem disciplinas homólogas daquelas previstas para as novas licenciaturas, que não haviam sido oferecidas nos cursos de bacharelato.

Ensino Básico do 1.º Ciclo - 4.º Ano -

Ano	Área Cient.	Disciplina	Regime			Horas lectivas/semana						U.C.
			A	S1	S2	T	TP	P	S	Total (h)		
										S1	S2	
4.º	CEC	Teoria e Prática da Intervenção Educativa		X		2	4	-	-	6	0	4,5
		Projecto			X	-	-	-	18	0	18	9,0
	CEC	Necessidades Educativas Especiais	X			2	1	-	-	3	3	5,5
	CEC	Questões Actuais da Educação		X			2	-	-	2	0	1,5
	CILM	Oficina de Ensino de Português		X		1	2	-	-	3	0	2,5
	CILM	Oficina de Ensino de Matemática		X		1	2	-	-	3	0	2,5
	CILM	Educação para a Saúde		X		1	2	-	-	3	0	2,5
	CILM	Educação para a Comunicação Social		X		-	2	-	-	2	0	1,5
	EAEF	Opção	X			-	3	-	-	3	3	4,0
TOTAL									25	24	33,5	

Opção:

Alfabetização Visual
Animação Desportiva
Expressão Dramática
Música Vocal e Instrumental

Educação de Infância - 4.º Ano -

Ano	Área Cient.	Disciplina	Regime			Horas lectivas/semana						U.C.
			A	S1	S2	T	TP	P	S	Total (h)		
										S1	S2	
4.º	CEC	Teoria e Prática da Intervenção Educativa		X		2	4	-	-	6	0	4,5
		Projecto			X	-	-	-	18	0	18	9,0
	CEC	Necessidades Educativas Especiais	X			2	1	-	-	3	3	5,5
	CEC	Questões Actuais da Educação		X			2	-	-	2	0	1,5
	CILM	Oficina de Ensino de Português		X		1	2	-	-	3	0	2,5
	CILM	Oficina de Ensino de Matemática		X		1	2	-	-	3	0	2,5
	CILM	Actividades Experimentais em Ciências no jardim de Infância		X		1	2	-	-	3	0	2,5
	CILM	Opção I		X		-	2	-	-	2	0	1,5
	EAEF	Opção II	X			-	3	-	-	3	3	4,0
TOTAL										25	24	33,5

Opção I: Educação para a Cidadania

Património Local

Oficina de Meios de Comunicação Escolar

Opção II: Alfabetização Visual

Animação Desportiva

Expressão Dramática

Música Vocal e Instrumental



[\[Home \]](#) [\[O IEC ... \]](#) [\[Lista telefones/e-mail \]](#) [\[Portfolio \]](#) [\[Regulamento \]](#)
[\[Plano de Desenvolvimento \]](#) [\[Departamentos \]](#) [\[Cursos \]](#)
[\[Centro de Estudos da Criança \]](#) [\[Boletim - "IEC informação" \]](#) [\[Eventos \]](#)





Departamentos : Cursos : CESC : Boletim : Eventos : Contactos :
Biblioteca IEC : CEDIC : NÓNIO : Telemática Educativa : TELMIE : ccMail

IEC » Conselho de Cursos » Cursos » Exames

Transição entre Bacharelatos e Licenciaturas (Plano de Estudos)

■ Educação de Infância

■ Ensino Básico do 1º Ciclo

Educação de Infância

Ano	Área Cient.	Disciplina	Regime			Horas lectivas/semana						Unid. Créd.
			A	1ºS	2ºS	T	TP	SE	P	Total (h)		
										1ºS	2ºS	
4º	CEC	Inovação Curricular e Desenvolvimento Educacional		X		2	4	-	-	6	0	4.5
	CEC	Formação Psicológica para Educadores		X		2	1	-	-	3	6	3.5
	CEC	Necessidades Educativas Especiais			X	2	1	-	-	0		3.0
	CEC	Questões Actuais da Educação		X		-	2	-	-	2	6	1.5
	CILM	Oficina de Ensino de Português		X		1	2	-	-	3		2.5
	CILM	Iniciação à Matemática no Jardim de Infância		X		1	2	-	-	3	4	2.5
	CILM	Oficina de Ciências Experimentais no Jardim de Infância		X		1	2	-	-	3		2.5
	CILM	Opção I		X		-	2	-	-	2	4	1.5
	EAEF	Opção II	X			-	3	-	-	3		4.0
		Projecto			X	-	-	-	22	0	22	11.0
	Total									25	28	36.0

Opção III

Educação para a Cidadania
Património Local
Oficina dos Meios de Comunicação Escolar

Opção IV

Alfabetização Visual
Animação Desportiva
Expressão Dramática
Música Vocal e Instrumental

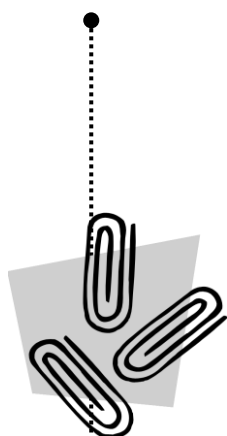
Ensino Básico

Ano	Área Cient.	Disciplina	Regime			Horas lectivas/semana						Unid. Créd.
			A	1ºS	2ºS	T	TP	SE	P	Total (h)		
										1ºS	2ºS	
	CEC	Inovação Curricular e Desenvolvimento Educacional		X		2	4	-	-	6	0	4.5
	CEC	Formação Psicológica para Professores		X		2	1	-	-	3	6	3.5
	CEC	Necessidades Educativas Especiais			X	2	1	-	-	0		3.0
	CEC	Questões Actuais da Educação		X		-	2	-	-	2	6	1.5
4º	CILM	Oficina de Ensino de Português		X		1	2	-	-	3		2.5
	CILM	Oficina de Ensino de Matemática		X		1	2	-	-	3	4	2.5
	CILM	Educação para a Saúde		X		1	2	-	-	3		2.5
	CILM	Educação para a Comunicação Social		X		-	2	-	-	2	4	1.5
	EAEF	Opção	X			-	3	-	-	3		4.0
		Projecto			X	-	-	-	22	0	22	11.0
	Total									25	28	36.0

Opção:

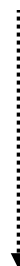
Alfabetização Visual
 Animação Desportiva
 Expressão Dramática
 Música Vocal e Instrumental

Anexo 7.05



Licenciaturas em Ensino Básico do 1.º Ciclo e Educação de Infância, IEC / UM (1988)

**(Resoluções do Senado Universitário, Planos de Estudos em Diário da
República, Arquivos Web de Janeiro de 2001 e Março de 2007)**





UNIVERSIDADE DO MINHO
SENADO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO SU-2/98

200
1998

with

1998.03.17

Sob proposta do Instituto de Estudos da Criança:

Ouvido o Conselho Académico nos termos da alínea g) nº 2. artigo 25º dos Estatutos da Universidade:

Ao abrigo do disposto no nº1 do artº 7º da Lei nº 108/88. de 24 de Setembro. no nº 1 do artigo 1º do Decreto-Lei nº 155/89. de 11 de Maio e no nº 2 do artigo 21º dos Estatutos da Universidade do Minho:

O Senado Universitário da Universidade do Minho, em sessão plenária de 2 de Fevereiro, determina:

1º

(Criação do curso)

A Universidade do Minho passa a ministrar o curso de Licenciatura em Ensino Básico (1º ciclo).

2º

(Organização do curso)

O curso de Licenciatura em Ensino Básico (1º ciclo), adiante simplesmente designado por curso, organiza-se pelo sistema de unidades de crédito.

3º

(Estrutura curricular)

Os elementos a que se refere o artigo 3º do Decreto-Lei nº 155/89. de 11 de Maio. são os constantes do anexo à presente Resolução.

U-



4.º

(Plano de estudos)

O plano de estudos do curso será fixado por despacho do Reitor, sob proposta do Conselho Académico, a publicar na II Série do Diário da República.

5.º

(Precedências)

A tabela e o regime de precedências serão fixados por despacho do Reitor, sob proposta do Conselho Académico.

6.º

(Classificação final)

1. A classificação final do curso é a média aritmética ponderada, arredondada às unidades (considerando como unidade a fracção não inferior a cinco décimas), das classificações das disciplinas em que o aluno realizou os créditos necessários à satisfação do disposto no anexo a esta Resolução.

2. Os coeficientes de ponderação serão fixados por despacho do Reitor, sob proposta do Conselho Académico.

7.º

(Condições de acesso)

As condições de acesso, matrícula, inscrição, reingresso, transferência e mudança de curso são as fixadas anualmente para os cursos de licenciatura da Universidade do Minho, observando o disposto sobre a matéria no Decreto-Lei nº189/92, de 3 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 53/95, de 20 de Março.

8.º

(Calendário escolar)

A duração dos períodos lectivos será a que, nos termos da alínea b) do nº2 do artigo 25º dos Estatutos, for fixada no calendário escolar da Universidade.



UNIVERSIDADE DO MINHO
SENADO UNIVERSITÁRIO

9.º

(Aplicação e regime de transição)

O regime de transição a adoptar para os alunos que hajam estado inscritos no curso de Bacharelato em Ensino Básico do 1.º Ciclo será regulado por despacho do Reitor, sob proposta do Conselho Científico do Instituto de Estudos da Criança.

10.º

(Início de funcionamento)

O curso terá início progressivamente, ano curricular a ano curricular, a partir do ano lectivo de 1998-1999, inclusive.

11.º

(Disposição revogatória)

É revogada a Resolução SU-14/91, de 20 de Maio.

Universidade do Minho, 2 de Fevereiro de 1998.

O Presidente do Senado Universitário,

(Sérgio Machado dos Santos)

Distribuição: Todos os Órgãos, Unidades Orgânicas, Associação Académica, Membros do Senado.



UNIVERSIDADE DO MINHO
SENADO UNIVERSITÁRIO

ANEXO À RESOLUÇÃO SU-2/98

1. Área científica do curso:

Educação Infantil e Básica Inicial.

2. Duração normal do curso:

4 anos lectivos

3. Condições necessárias à concessão do grau:

Obtenção de um mínimo de 136 unidades de crédito

4. Áreas científicas e distribuição das unidades de crédito:

Ciências Integradas e Língua Materna	55 a 58
Ciências da Educação da Criança	50 a 54
Expressões Artísticas e Educação Física	19 a 23
Ciências da Educação	5 a 8

5. Propinas:

O montante das propinas para inscrição no curso será fixado nos termos da legislação em vigor.



UNIVERSIDADE DO MINHO
REITORIA

DESPACHO RT/C-158/98

A Resolução SU-2/98, de 2 de Fevereiro, aprovou a criação do curso de Licenciatura em Ensino Básico (1º ciclo). Impõe-se agora proceder à aprovação do correspondente plano de estudos.

Assim, sob proposta do Conselho Académico, determino:

1. O plano de estudos do **Curso de Licenciatura em Ensino Básico (1º ciclo)**, ministrado na Universidade do Minho, é constante do anexo ao presente despacho.
2. São igualmente fixados os regimes de precedências e os coeficientes de ponderação para o cálculo final relativos ao referido curso.
3. O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar a partir do ano lectivo de 1998/1999.

Universidade do Minho, 10 de Julho de 1998.

O Reitor,

(Sérgio Machado dos Santos)

Distribuição: GRT, VRs, PRTs, SU, CC, CAc, GAA, GRP, GAP, AD, SAd, AJ, SA, SASUM, Escolas, Unidades Culturais, Unidades de Apoio, Departamentos e Secções, AAUM, AAEUM, Cons.Curso, Dir.Curso.

LICENCIATURA EM ENSINO BÁSICO (1º CICLO)

1. Plano de Estudos

ANO	ÁREA CIENT	DISCIPLINAS	REGIME			HORAS LECTIVAS/SEMANA							UNID.				
			A	1ºS	2ºS	T	TP	SE	P	TOTAL		CRED					
										1ºS	2ºS						
1º	CILM	Linguagem e Sistemas Linguísticos		X		1	2					3	-	2.5			
	CILM	Língua, Textualidade Literária e Estratégias Interpretativas			X	1	2					-	3	2.5			
	CILM	Matemática I	X			2	2					4	4	6.5			
	CILM	Ciências da Natureza I	X			2						4	4	5.5			
	CILM	Ciências Sociais - Problemas e Métodos		X		1	1		2			2		1.5			
	CILM	Educação para a Comunicação Social			X	1	1						2	1.5			
	EAEF	Educação Física I		X		1			2			3	-	2.0			
	EAEF	Educação Musical I			X		2					-	2	1.5			
	EAEF	Educação Visual e Plástica I		X		1		2		2		3	-	2.0			
	EAEF	Movimento e Drama I			X		2					-	2	1.5			
	CEC	Princípios Psicológicos de Educação da Criança			X	2						-	2	2.0			
	CE	História e Filosofia da Educação	X			1			2			3	3	3.5			
	CEC	Prática Pedagógica I	X						2			2	2	2.0			
TOTAL															24	24	34.5
2º	CILM	Literatura Infantil		X		2	2					4	-	3.5			
	CILM	Análise Gramatical e Pragmática do Discurso			X	1	2					-	3	2.5			
	CILM	Matemática II		X		1	2					3	-	2.5			
	CILM	Introdução à Didáctica da Matemática			X		3					-	3	2.0			
	CILM	Ciências da Natureza II		X		1			2			3	-	2.0			
	CILM	Temas de Saúde e Ambiente			X		3					-	3	2.0			
	CILM	Espaço e Sociedade			X	1	2					-	3	2.5			
	EAEF	Educação Física II		X		1			2			3	-	2.0			
	EAEF	Educação Musical II	X				2					2	2	3.0			
	EAEF	Movimento e Drama II		X		1	1					2	-	1.5			
	CEC	Teoria Curricular do Ensino Básico			X	2	1					-	3	2.5			
	CEC	Tecnologias da Informação e Comunicação	X			1				1		2	2	3.0			
	CEC	Psicologia do Desenvolvimento	X			2				1		3	3	5.0			
CEC	Prática Pedagógica II	X						2			2	2	2.0				
TOTAL															24	24	36.0
3º	CILM	Didáctica da Leitura e da Escrita		X		2	2					4	-	3.5			
	CILM	Didáctica do Texto			X	2	2					-	4	3.5			
	CILM	Didáctica da Matemática			X	1	3					-	4	3.0			
	CILM	Didáctica das Ciências da Natureza		X		1	3					4	-	3.0			
	CILM	Temas e Percursos de História de Portugal			X	1	2					-	3	2.5			
	EAEF	Educação Física III			X	1				1		-	2	1.5			
	EAEF	Opção I		X		1						4	-	3.0			
	EAEF	Educação Visual e Plástica II			X		3					-	2	1.5			
	CEC	Desenvolvimento Curricular	X			1	2					-	2	1.5			
	CEC	Organização da Escola Básica Inicial		X								3	3	4.5			
	CEC	Desenvolvimento Pessoal e Social	X			2				2		4	-	3.0			
	CE	Sociologia da Educação	X			1				1		2	2	3.0			
	CEC	Prática Pedagógica III	X			1				1		2	2	3.0			
TOTAL															26	25	38.0
4º	CILM	Oficina de Ensino da Língua Materna	X						1			1	1	1.0			
	CILM	Oficina de Ensino da Matemática	X						1			1	1	1.0			
	CILM	Oficina de Ensino das Ciências da Natureza	X						1			1	1	1.0			
	CILM	Oficina de Ensino do Estudo do Meio Social	X						1			1	1	1.0			
	EAEF	Oficina de Expressões		X					3			3	-	1.5			
	CEC	Necessidades Educativas Especiais	X			2	1					3	3	5.5			
	CEC	Integração Curricular das Tecnologias da Informação e Comunicação															
	CEC	Seminário	X						1			1	1	1.0			
	CEC	Prática Pedagógica IV	X						3			3	3	3.0			
TOTAL															10	15	12.5
TOTAL															24	26	27.5

OPÇÃO I

Alfabetização Visual
 Animação Desportiva
 Expressão Dramática
 Música Vocal e Instrumental

Nos termos do n.º 2 da Portaria n.º 38/87 de 16 de Outubro, é ainda oferecida no 3.º ano, como disciplina de opção de frequência facultativa, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica e a sua Didáctica, com duas horas semestrais, uma teórica e outra prática (1,5 u.c.)

2. Síntese por áreas científicas

ÁREAS CIENTÍFICAS OBRIGATÓRIAS			ÁREAS CIENTÍFICAS OPTATIVAS		
COD.	ÁREA CIENTÍFICA	U.C.	COD.	ÁREA CIENTÍFICA	U.C.
CEC	Ciências da Educação da Criança	52	EAEF	Expressões Artísticas e Educação Física	3,0
CILM	Ciências Integradas e Língua Materna	56,5			
EAEF	Expressões Artísticas e Educação Física	18			
CE	Ciências da Educação	6,5			
TOTAL		133	TOTAL		3,0

3. Regime de precedências:

EXIGE-SE A APROVAÇÃO EM	PARA A INSCRIÇÃO EM
Prática Pedagógica II Prática Pedagógica III	Prática Pedagógica III Prática Pedagógica IV

4. Classificação final:

A classificação final é obtida a partir das classificações de cada disciplina e do factor de ponderação das respectivas unidades de crédito e ainda do índice atribuído à componente de Prática Pedagógica, de acordo com a fórmula:

$$\text{Média final} = \frac{\sum_{i=1}^n f_i C_i N_i}{\sum_{i=1}^n f_i C_i}$$

em que:

- n número de disciplinas do plano de estudos
 N_i classificação obtida em cada disciplina
 C_i correspondente ao número de unidades de crédito
 f_i factor com valor 2 para a Prática Pedagógica e com o valor 1 para as restantes disciplinas





UNIVERSIDADE DO MINHO
SENADO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO SU-3/98

Sob proposta do Instituto de Estudos da Criança:

Ouvido o Conselho Académico nos termos da alínea g) nº 2, artigo 25º dos Estatutos da Universidade:

Ao abrigo do disposto no nº1 do artº 7º da Lei nº 108/88, de 24 de Setembro, no nº 1 do artigo 1º do Decreto-Lei nº 155/89, de 11 de Maio e no nº 2 do artigo 21º dos Estatutos da Universidade do Minho:

O Senado Universitário da Universidade do Minho, em sessão plenária de 2 de Fevereiro, determina:

1º

(Criação do curso)

A Universidade do Minho passa a ministrar a Licenciatura em Educação de Infância.

2º

(Organização do curso)

O curso de Licenciatura em Educação de Infância, adiante simplesmente designado por curso, organiza-se pelo sistema de unidades de crédito.

3º

(Estrutura curricular)

Os elementos a que se refere o artigo 3º do Decreto-Lei nº 155/89, de 11 de Maio, são os constantes do anexo à presente Resolução.



4.º

(Plano de estudos)

O plano de estudos do curso será fixado por despacho do Reitor, sob proposta do Conselho Académico, a publicar na II Série do Diário da República.

5.º

(Precedências)

A tabela e o regime de precedências serão fixados por despacho do Reitor, sob proposta do Conselho Académico.

6.º

(Classificação final)

1. A classificação final do curso é a média aritmética ponderada, arredondada às unidades (considerando como unidade a fracção não inferior a cinco décimas), das classificações das disciplinas em que o aluno realizou os créditos necessários à satisfação do disposto no anexo a esta Resolução.

2. Os coeficientes de ponderação serão fixados por despacho do Reitor, sob proposta do Conselho Académico.

7.º

(Condições de acesso)

As condições de acesso, matrícula, inscrição, reingresso, transferência e mudança de curso são as fixadas anualmente para os cursos de licenciatura da Universidade do Minho, observando o disposto sobre a matéria no Decreto-Lei nº189/92, de 3 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 53/95, de 20 de Março.

8.º

(Calendário escolar)

A duração dos períodos lectivos será a que, nos termos da alínea b) do nº2 do artigo 25.º dos Estatutos, for fixada no calendário escolar da Universidade.



UNIVERSIDADE DO MINHO
SENADO UNIVERSITÁRIO

9º

(Aplicação e regime de transição)

O regime de transição a adoptar para os alunos que hajam estado inscritos no curso de Bacharelato em Educação de Infância será regulado por despacho do Reitor, sob proposta do Conselho Científico do Instituto de Estudos da Criança.

10º

(Início de funcionamento)

O curso terá início progressivamente, ano curricular a ano curricular, a partir do ano lectivo de 1998-1999, inclusive.

11º

(Disposição revogatória)

É revogada a Resolução SU-14/91, de 20 de Maio.

Universidade do Minho, 2 de Fevereiro de 1998.

O Presidente do Senado Universitário,

(Sérgio Machado dos Santos)

Distribuição: Todos os Órgãos, Unidades Orgânicas, Associação Académica, Membros do Senado.



UNIVERSIDADE DO MINHO
SENADO UNIVERSITÁRIO

ANEXO À RESOLUÇÃO SU-3/98

1. Área científica do curso:

Educação Infantil e Básica Inicial.

2. Duração normal do curso:

4 anos lectivos

3. Condições necessárias à concessão do grau:

Obtenção de um mínimo de 136 unidades de crédito

4. Áreas científicas e distribuição das unidades de crédito:

Ciências da Educação da Criança	57 a 62
Ciências Integradas e Língua Materna	40 a 43
Expressões Artísticas e Educação Física	27 a 30
Ciências da Educação	5 a 8

5. Propinas:

O montante das propinas para inscrição no curso será fixado nos termos da legislação em vigor.



UNIVERSIDADE DO MINHO
REITORIA

DESPACHO RT/C-157/98

A Resolução SU-3/98, de 2 de Fevereiro, aprovou a criação do curso de Licenciatura em Educação de Infância. Impõe-se agora proceder à aprovação do correspondente plano de estudos.

Assim, sob proposta do Conselho Académico, determino:

1. O plano de estudos do **Curso de Licenciatura em Educação de Infância**, ministrado na Universidade do Minho, é constante do anexo ao presente despacho.
2. São igualmente fixados os regimes de precedências e os coeficientes de ponderação para o cálculo final relativos ao referido curso.
3. O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar a partir do ano lectivo de 1998/1999.

Universidade do Minho, 10 de Julho de 1998.

O Reitor,

(Sérgio Machado dos Santos)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA

1. Plano de Estudos

ANO	ÁREA CIENT	DISCIPLINAS	REGIME			HORAS LECTIVAS/SEMANA						UNID. CRED
			A	1ºS	2ºS	T	TP	SE	P	TOTAL		
										1ºS	2ºS	
1ª	CILM	Linguagem e Sistemas Linguísticos		X		1	2			3	-	2.5
	CILM	Língua, Textualidade Literária e Esrtratégias Interpretativas			X	1	2			-	3	2.5
	CILM	Matemática I	X			2	2			4	4	6.5
	CILM	Ciências da Natureza I	X			2			2	4	4	5.5
	CILM	Ciências Sociais - Problemas e Métodos		X		1	1			2		1.5
	CILM	Educação para a Comunicação Social			X	1	1				2	1.5
	EAEF	Educação Física I		X		1			2	3	-	2.0
	EAEF	Educação Musical I			X		2			-	2	1.5
	EAEF	Educação Visual e Plástica I		X		1			2	3	-	2.0
	EAEF	Movimento e Drama I			X		2			-	2	1.5
	CEC	Princípios Psicológicos de Educação da Criança			X	2				-	2	2.0
	CE	História e Filosofia da Educação	X			1			2	3	3	3.5
	CEC	Prática Pedagógica I	X					2		2	2	2.0
	TOTAL										24	24
2ª	CILM	Literatura Infantil	X			2	1			3	3	5.0
	CILM	Opção I		X		1	2			3	-	2.5
	EAEF	Educação Física II	X			1			1	2	2	3.0
	EAEF	Educação Visual e Plástica II	X			1	2			3	3	4.5
	EAEF	Educação Musical II	X			1	1			2	2	3.5
	CEC	Teoria Curricular da Educação de Infância			X	2	1			-	3	2.5
	CEC	Tecnologias de Informação e Comunicação		X		2			2	4	-	3.0
	CEC	Organização dos Serviços de Apoio à Criança	X			1			1	2	2	3.0
	CEC	Psicologia do Desenvolvimento	X			2			1	3	3	5.0
	CEC	Observação e Investigação em Educação da Criança			X	2			2	-	4	3.0
	CEC	Prática Pedagógica II	X					2		2	2	2.0
	TOTAL										24	24
3ª	CILM	Aquisição, Desenvolvimento e Ensino Precoce da Língua Materna			X	2	2			-	4	3.5
	CILM	Iniciação à Matemática no Jardim de Infância			X		3			-	3	2.0
	CILM	Iniciação às Ciências da Natureza no Jardim de Infância		X			3			3	-	2.0
	CILM	Temas e Saúde e Ambiente			X		3			-	3	2.0
	CILM	Conhecimento do Mundo Social no Jardim de Infância		X		1	2			3	-	2.5
	EAEF	Educação Musical III	X			1	1			2	2	3.5
	EAEF	Movimento e Drama II	X				2		2	4	4	4.0
	CEC	Psicopedagogia e Metodologia da Educação de Infância	X			2	1			3	3	5.5
	CEC	Organização do Centro Educativo		X		2			2	4	-	3.0
	CE	Sociologia da Educação	X			1			1	2	2	3.0
	CEC	Desenvolvimento Pessoal e Social	X			1	1			2	2	3.5
	CEC	Prática Pedagógica III	X					3		3	3	3.0
	TOTAL										26	26
4ª	CILM	Seminário de Língua Materna	X					2		2	2	2.0
	EAEF	Educação Física III	X					1		1	1	1.0
	EAEF	Oficina de Expressões	X					2		2	2	2.0
	CEC	Necessidades Educativas Especiais	X			2	1			3	3	5.5
	CEC	Integração Curricular das Tecnologias da Informação e Comunicação	X					1		1	1	1.0
	CEC	Seminário	X					3		3	3	3.0
	CEC	Opção II	X				2			2	2	2.5
	CEC	Prática Pedagógica IV	X					10		10	10	10.0
	TOTAL										24	24

Educação para
fundo Contem
Educação para a Cidadania
Mundo Contemporâneo e Cristianismo
Oficina de Meios de Comunicação Escolar
Património Local

OPÇÃO I**OPÇÃO II**

Educação Multicultural
Envolvimento Parental na Educação de Infância
Formação Psicológica de Educadores
Princípios Psicológicos da Aquisição da Linguagem,
Leitura e Escrita
Sociologia da Infância

Nos termos do nº 2 da Portaria nº 38/87 de 16 de Outubro, é ainda oferecida no 3º ano, como disciplina de opção de frequência facultativa, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica e a sua Didáctica, com duas horas semestrais, uma teórica e outra prática (1,5 u.c.)

2. Síntese por áreas científicas

ÁREAS CIENTÍFICAS OBRIGATÓRIAS			ÁREAS CIENTÍFICAS OPTATIVAS		
COD.	ÁREA CIENTÍFICA	U.C.	COD.	ÁREA CIENTÍFICA	U.C.
CEC	Ciências da Educação da Criança	57	CEC	Ciências da Educação da Criança	2,5
CILM	Ciências Integradas e Língua Materna	39			
EAEF	Expressões Artísticas e Educação Física	28,5			
CE	Ciências da Educação	6,5	CILM	Ciências Integradas e Língua Materna	2,5
TOTAL		131	TOTAL		5,0

3. Regime de precedências:

EXIGE-SE A APROVAÇÃO EM	PARA A INSCRIÇÃO EM
Prática Pedagógica II Prática Pedagógica III	Prática Pedagógica III Prática Pedagógica IV

4. Classificação final:

A classificação final é obtida a partir das classificações de cada disciplina e do factor de ponderação das respectivas unidades de crédito e ainda do índice atribuído à componente de Prática Pedagógica, de acordo com a fórmula:

$$\text{Média final} = \frac{\sum_{i=1}^n f_i C_i N_i}{\sum_{i=1}^n f_i C_i}$$

em que:

- n número de disciplinas do plano de estudos
 N_i classificação obtida em cada disciplina
 C_i correspondente ao número de unidades de crédito
 f_i factor com valor 2 para a Prática Pedagógica e com o valor 1 para as restantes disciplinas

5.3.5 — Formação profissional — para o efeito, serão considerados os seguintes critérios:

- Até trinta horas de formação — 10 pontos;
- De trinta e uma a sessenta horas de formação — 11 pontos;
- De sessenta e uma a noventa horas de formação — 12 pontos;
- De noventa e uma a cento e vinte horas de formação — 13 pontos;
- De cento e vinte e uma a cento e cinquenta horas de formação — 14 pontos;
- De cento e cinquenta e uma a cento e oitenta horas de formação — 15 pontos;
- De cento e oitenta e uma a duzentas e dez horas de formação — 16 pontos;
- De duzentas e onze a duzentas e quarenta horas de formação — 17 pontos;
- De duzentas e quarenta e uma a duzentas e setenta horas de formação — 18 pontos;
- De duzentas e setenta e uma a trezentas horas de formação — 19 pontos;
- Mais de trezentas horas de formação — 20 pontos.

Sempre que o documento comprovativo da frequência de determinada acção formativa não refira o número de horas, considerar-se-á o seguinte:

- Um dia — seis horas;
- Uma semana — trinta horas;
- Um mês — cento e vinte horas.

5.3.5.1 — Serão apenas consideradas as acções de formação com interesse para as funções do cargo a exercer e devidamente comprovadas.

5.4 — Na entrevista profissional de selecção procurar-se-á avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos de acordo com as exigências da função, assentando na apreciação dos seguintes factores:

- Capacidade de expressão e fluência verbais — procura medir a corrente do pensamento manifestada através da linguagem oral — seu caudal, transparência de ideias e sequência lógica do raciocínio;
- Motivação e interesse — pretende-se avaliar a natureza, intensidade e permanência do gosto e empenho pela actividade profissional e particularmente pelas funções a que se candidata;
- Interesse pela valorização e actualização profissional — procurará detectar a preocupação do candidato pelo melhor desempenho das funções que lhe estão cometidas, através da frequência de cursos de formação, consulta de documentação e interesse em estar actualizado;

que serão ponderados cada um numa escala de 0 a 20 valores, após o que se procederá ao cálculo da sua média aritmética, que constituirá a pontuação final da mesma entrevista, conforme ficha auxiliar a elaborar pelo júri.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do júri do concurso, dele constando os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do candidato (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento e número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, quando for caso disso, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Habilitações profissionais (cursos e outras acções de formação);
- d) Categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo, antiguidade na categoria, na carreira, na função pública e ensino superior e ainda classificação de serviço reportada aos anos de serviço exigidos como requisito de admissão a concurso;
- e) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

6.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, do qual deverão constar a identificação e as habilitações literárias e profissionais (especializações, estágios, seminários, acções de formação, etc.);
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Fotocópia autenticada das fichas de notação respeitantes aos anos de serviço exigidos como requisito especial de admissão a concurso;
- d) Certificados das acções de formação, quando for caso disso, donde conste o número de horas das mesmas;
- e) Declaração, emitida pelo serviço a que o candidato pertence, devidamente autenticada e actualizada, da qual constem, de maneira inequívoca, a categoria que aquele detém e a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira, na função pública e no ensino superior, para além de especificar pormenorizadamente o conjunto de tarefas, actividades e responsabilidades que lhe tiverem sido cometidas durante o mesmo período e que comprovem a sua experiência profissional;
- f) Fotocópia do bilhete de identidade;
- g) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

6.3 — Os candidatos pertencentes ao quadro do pessoal da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa ficam dispensados da apresentação dos documentos que já existam nos respectivos processos individuais, devendo, neste caso, ser declarado expressamente tal facto no requerimento.

7 — Envio de candidaturas — as candidaturas deverão ser endereçadas ao presidente do júri do concurso e entregues directamente na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, 1600 Lisboa, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, para o mesmo endereço, devendo ser expedidas até ao termo do prazo fixado no n.º 1.

8 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

9 — As listas relativas ao presente concurso serão divulgadas nos termos dos artigos 24.º e 33.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro.

10 — A abertura do concurso foi autorizada por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa de 15 de Julho de 1998, proferido por delegação do reitor.

11 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição, cabendo ao 1.º vogal efectivo a substituição do presidente durante as suas faltas e impedimentos:

Presidente — Professor associado doutor Bruno Ademar Paisana Gonçalves, vice-presidente do conselho directivo da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Vogais efectivos:

Doutora Helena Cansado Valente Rebelo Pinto, membro do conselho directivo da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Graciete Bertrand Costa Sousa, chefe de repartição da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Vogais suplentes:

Mestre Manuel dos Santos Pinto, assistente convidado e membro do conselho directivo da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Licenciada Maria Helena Marçal da Costa, técnica superior de 2.ª classe da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

15 de Julho de 1998. — O Presidente do Conselho Directivo, *Albano Cordeiro Estrela*.

UNIVERSIDADE DO MINHO

Reitoria

Despacho n.º 13 253/98 (2.ª série). — A resolução SU-2/98, de 2 de Fevereiro, aprovou a criação do curso de licenciatura em Ensino Básico (1.º ciclo). Impõe-se agora proceder à aprovação do correspondente plano de estudos.

Assim, sob proposta do conselho académico, determino o seguinte:

1 — O plano de estudos do curso de licenciatura em Ensino Básico (1.º ciclo), ministrado na Universidade do Minho, é o constante do anexo ao presente despacho.

2 — São igualmente fixados os regimes de precedências e os coeficientes de ponderação para o cálculo final relativos ao referido curso.

3 — O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar a partir do ano lectivo de 1998-1999.

10 de Julho de 1998. — O Reitor, *Sérgio Machado dos Santos*.

ANEXO

Licenciatura em Ensino Básico (1.º ciclo)

1 — Plano de estudos:

Ano	Área científica	Disciplinas	Regime			Horas lectivas/semana						Unidades de crédito
			A	1.º S	2.º S	T	TP	SE	P	Total		
										1.º S	2.º S	
1.º	CILM	Linguagem e Sistemas Linguísticos		×		1	2			3	–	2,5
	CILM	Língua, Textualidade Literária e Estratégias Interpretativas			×	1	2			–	3	2,5
	CILM	Matemática I	×			2	2			4	4	6,5
	CILM	Ciências da Natureza I	×			2			2	4	4	5,5
	CILM	Ciências Sociais — Problemas e Métodos		×		1	1			2		1,5
	CILM	Educação para a Comunicação Social			×	1	1				2	1,5
	EAEF	Educação Física I		×		1			2	3	–	2
	EAEF	Educação Musical I			×		2			–	2	1,5
	EAEF	Educação Visual e Plástica I		×		1			2	3	–	2
	EAEF	Movimento e Drama I			×		2			–	2	1,5
	CEC	Princípios Psicológicos de Educação da Criança			×	2				–	2	2
	CE	História e Filosofia da Educação	×			1			2	3	3	3,5
	CEC	Prática Pedagógica I	×						2	2	2	2
	Total										24	24
2.º	CILM	Literatura Infantil		×		2	2			4	–	3,5
	CILM	Análise Gramatical e Pragmática do Discurso			×	1	2			–	3	2,5
	CILM	Matemática II		×		1	2			3	–	2,5
	CILM	Introdução à Didáctica da Matemática			×		3			–	3	2
	CILM	Ciências da Natureza II		×		1			2	3	–	2
	CILM	Temas de Saúde e Ambiente			×		3			–	3	2
	CILM	Espaço e Sociedade			×	1	2			–	3	2,5
	EAEF	Educação Física II		×		1			2	3	–	2
	EAEF	Educação Musical II	×				2			2	2	3
	EAEF	Movimento e Drama II		×		1	1			2	–	1,5
	CEC	Teoria Curricular do Ensino Básico			×	2	1			–	3	2,5
	CEC	Tecnologias de Informação e Comunicação	×			1			1	2	2	3
	CEC	Psicologia do Desenvolvimento	×			2			1	3	3	5
	CEC	Prática Pedagógica II	×						2	2	2	2
	Total										24	24
3.º	CILM	Didáctica da Leitura e da Escrita		×		2	2			4	–	3,5
	CILM	Didáctica do Texto			×	2	2			–	4	3,5
	CILM	Didáctica da Matemática			×	1	3			–	4	3
	CILM	Didáctica das Ciências da Natureza		×		1	3			4	–	3
	CILM	Temas e Percursos de História de Portugal			×	1	2			–	3	2,5
	EAEF	Educação Física III			×	1			1	–	2	1,5
	EAEF	Opção I		×		1	3			4	–	3
	EAEF	Educação Visual e Plástica II			×		2			–	2	1,5
	CEC	Desenvolvimento Curricular	×			1	2			3	3	4,5
	CEC	Organização da Escola Básica Inicial		×		2			2	4	–	3
	CEC	Desenvolvimento Pessoal e Social	×			1			1	2	2	3
	CE	Sociologia da Educação	×			1			1	2	2	3
	CEC	Prática Pedagógica III	×						3	3	3	3
	Total										26	25
4.º	CILM	Oficina de Ensino da Língua Materna	×					1		1	1	1
	CILM	Oficina de Ensino da Matemática	×					1		1	1	1
	CILM	Oficina de Ensino das Ciências da Natureza	×					1		1	1	1
	CILM	Oficina de Ensino de Estudo do Meio Social	×					1		1	1	1
	EAEF	Oficina de Expressões		×				3		3	–	1,5
	CEC	Necessidades Educativas Especiais	×			2	1			3	3	5,5
	CEC	Integração Curricular das Tecnologias da Informação e Comunicação	×					1		1	1	1
	CEC	Seminário	×					3		3	3	3
	CEC	Prática Pedagógica IV	×					12,5		10	15	12,5
	Total										24	26

Opção I:

Alfabetização Visual;
 Animação Desportiva;

Expressão Dramática;
Música Vocal e Instrumental.

Nos termos do n.º 2.º da Portaria n.º 831/87, de 16 de Outubro, é ainda oferecida no 3.º ano, como disciplina de opção de frequência, facultativa, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica e a sua Didáctica, com duas horas semestrais, uma teórica e outra prática (1,5 UC).

2 — Síntese por áreas científicas:

Áreas científicas obrigatórias			Áreas científicas optativas		
Código	Área científica	UC	Código	Área científica	UC
CEC	Ciências da Educação da Criança	52	EAEF	Expressões Artísticas e Educação Física	3
CILM	Ciências Integradas e Língua Materna	56,5			
EAEF	Expressões Artísticas e Educação Física	18			
CE	Ciências da Educação	6,5			
Total		133	Total		3

3 — Regime de precedências:

Exige-se a aprovação em	Para a inscrição em
Prática Pedagógica II	Prática Pedagógica III.
Prática Pedagógica III	Prática Pedagógica IV.

4 — Classificação final — a classificação final é obtida a partir das classificações de cada disciplina e do factor de ponderação das respectivas unidades de crédito e ainda do índice atribuído à componente de Prática Pedagógica, de acordo com a fórmula:

$$\text{Média final} = \frac{\sum_{i=1}^n f_i C_i N_i}{\sum_{i=1}^n f_i C_i}$$

em que:

n = número de disciplinas do plano de estudos;
 N_i = classificação obtida em cada disciplina;
 C_i = correspondente ao número de unidades de crédito;
 f_i = factor com valor 2 para a Prática Pedagógica e com o valor 1 para as restantes disciplinas.

Despacho n.º 13 254/98 (2.ª série). — A resolução SU-3/98, de 2 de Fevereiro, aprovou a criação do curso de licenciatura em Educação de Infância. Impõe-se agora proceder à aprovação do correspondente plano de estudos.

Assim, sob proposta do conselho académico, determino o seguinte:

1 — O plano de estudos do curso de licenciatura em Educação de Infância, ministrado na Universidade do Minho, é o constante do anexo ao presente despacho.

2 — São igualmente fixados os regimes de precedências e os coeficientes de ponderação para o cálculo final relativos ao referido curso.

3 — O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar a partir do ano lectivo de 1998-1999.

10 de Julho de 1998. — O Reitor, *Sérgio Machado dos Santos*.

ANEXO

Licenciatura em Educação de Infância

1 — Plano de estudos:

Ano	Área científica	Disciplinas	Regime			Horas lectivas/semana						Unidades de crédito
			A	1.º S	2.º S	T	TP	SE	P	Total		
										1.º S	2.º S	
1.º	CILM	Linguagem e Sistemas Linguísticos		×		1	2			3	—	2,5
	CILM	Língua, Textualidade Literária e Estratégias Interpretativas			×	1	2			—	3	2,5
	CILM	Matemática I	×			2	2			4	4	6,5
	CILM	Ciências da Natureza I	×			2			2	4	4	5,5
	CILM	Ciências Sociais — Problemas e Métodos		×		1	1			2		1,5
	CILM	Educação para a Comunicação Social			×	1	1				2	1,5
	EAEF	Educação Física I		×		1			2	3	—	2
	EAEF	Educação Musical I			×		2			—	2	1,5
	EAEF	Educação Visual e Plástica I		×		1			2	3	—	2
	EAEF	Movimento e Drama I			×		2			—	2	1,5

Ano	Área científica	Disciplinas	Regime			Horas lectivas/semana						Unidades de crédito
			A	1.º S	2.º S	T	TP	SE	P	Total		
										1.º S	2.º S	
1.º	CEC	Princípios Psicológicos de Educação da Criança			×	2				—	2	2
	CE	História e Filosofia da Educação	×			1				3	3	3,5
	CEC	Prática Pedagógica I	×					2	2	2	2	2
		<i>Total</i>								24	24	34,5
2.º	CILM	Literatura Infantil	×			2	1			3	3	5
	CILM	Opção I		×		1	2			3	—	2,5
	EAEF	Educação Física II	×			1			1	2	2	3
	EAEF	Educação Visual e Plástica II	×			1	2			3	3	4,5
	EAEF	Educação Musical II	×			1	1			2	2	3,5
	CEC	Teoria Curricular da Educação de Infância			×	2	1			—	3	2,5
	CEC	Tecnologias de Informação e Comunicação										
	CEC	Organização dos Serviços de Apoio à Criança		×		2			2	4	—	3
	CEC	Psicologia do Desenvolvimento	×			1			1	2	2	3
	CEC	Observação e Investigação em Educação da Criança	×			2			1	3	3	5
	CEC	Prática Pedagógica II	×		×	2			2	—	4	3
		<i>Total</i>						2		2	2	2
										24	24	37
3.º	CILM	Aquisição, Desenvolvimento e Ensino Precoce da Língua Materna			×	2	2			—	4	3,5
	CILM	Iniciação à Matemática no Jardim-de-Infância			×		3			—	3	2
	CILM	Iniciação às Ciências da Natureza no Jardim-de-Infância		×			3			3	—	2
	CILM	Temas de Saúde e Ambiente			×		3			—	3	2
	CILM	Conhecimento do Mundo Social no Jardim-de-Infância		×		1	2			3	—	2,5
	EAEF	Educação Musical III	×			1	1			2	2	3,5
	EAEF	Movimento e Drama II	×				2		2	4	4	4
	CEC	Psicopedagogia e Metodologia da Educação de Infância	×			2	1			3	3	5,5
	CEC	Organização do Centro Educativo		×		2			2	4	—	3
	CE	Sociologia da Educação	×			1			1	2	2	3
	CEC	Desenvolvimento Pessoal e Social	×			1	1			2	2	3,5
	CEC	Prática Pedagógica III	×					3		3	3	3
		<i>Total</i>								26	26	37,5
4.º	CILM	Seminário de Língua Materna	×					2		2	2	2
	EAEF	Educação Física III	×					1		1	1	1
	EAEF	Oficina de Expressões	×					2		2	2	2
	CEC	Necessidades Educativas Especiais	×			2	1			3	3	5,5
	CEC	Integração Curricular das Tecnologias da Informação e Comunicação	×					1		1	1	1
	CEC	Seminário	×					3		3	3	3
	CEC	Opção II	×				2			2	2	2,5
	CEC	Prática Pedagógica IV	×					10		10	10	10
		<i>Total</i>								24	24	27

Opção I:

Educação para a Cidadania;
Mundo Contemporâneo e Cristianismo;
Oficina de Meios de Comunicação Escolar;
Património Local.

Opção II:

Educação Multicultural;
Envolvimento Parental na Educação de Infância;
Formação Psicológica de Educadores;
Princípios Psicológicos da Aquisição da Linguagem;
Leitura e Escrita;
Sociologia da Infância.

Nos termos do n.º 2.º da Portaria n.º 831/87, de 16 de Outubro, é ainda oferecida no 3.º ano, como disciplina de opção de frequência, facultativa, a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica e a sua Didáctica, com duas horas semestrais, uma teórica e outra prática (1,5 UC).

2 — Síntese por áreas científicas:

Áreas científicas obrigatórias			Áreas científicas optativas		
Código	Área científica	UC	Código	Área científica	UC
CEC	Ciências da Educação da Criança	57	CEC CILM	Ciências da Educação da Criança	2,5
CILM	Ciências Integradas e Língua Materna	39		Ciências Integradas e Língua Materna	2,5
EAEF	Expressões Artísticas e Educação Física	28,5			
CE	Ciências da Educação	6,5			
<i>Total</i>		131	<i>Total</i>		5

3 — Regime de precedências:

Exige-se a aprovação em	Para a inscrição em
Prática Pedagógica II	Prática Pedagógica III.
Prática Pedagógica III	Prática Pedagógica IV.

4 — Classificação final — a classificação final é obtida a partir das classificações de cada disciplina e do factor de ponderação das respectivas unidades de crédito e ainda do índice atribuído à componente de Prática Pedagógica, de acordo com a fórmula:

$$\text{Média final} = \frac{\sum_{i=1}^n f_i C_i N_i}{\sum_{i=1}^n f_i C_i}$$

em que:

n = número de disciplinas do plano de estudos;

N_i = classificação obtida em cada disciplina;

C_i = correspondente ao número de unidades de crédito;

f_i = factor com valor 2 para a Prática Pedagógica e com o valor 1 para as restantes disciplinas.

Despacho n.º 13 255/98 (2.ª série). — Nos termos da resolução SU-9/98, de 27 de Abril, do senado universitário, sob proposta do conselho académico, determino o seguinte:

1 — Os planos de estudos do curso de licenciatura em História, ramo científico e ramo variante em Arqueologia, resultantes da remodelação do curso de licenciatura em História, são os constantes do anexo ao presente despacho.

2 — São igualmente fixados os regimes de precedências e os coeficientes de ponderação para o cálculo da classificação final.

3 — Os planos de estudos assim aprovados começam a vigorar a partir do ano lectivo de 1998-1999.

10 de Julho de 1998. — O Reitor, *Sérgio Machado dos Santos*.

ANEXO

Licenciatura em História

Ramo científico

1 — Plano de estudos:

Ano	Área científica	Disciplinas	Regime			Horas lectivas/semana						Unidades de crédito
			A	1.º S	2.º S	T	TP	SE	P	Total		
										1.º S	2.º S	
1.º	H	Pré-História	×			2	2			4	4	6,5
	H	Proto-História e Primeiras Civilizações ...	×			2	2			4	4	6,5
	H	Civilizações Clássicas	×			2	2			4	4	6,5
	H	Introdução aos Estudos Históricos		×		2			2	4	—	3
	H	Teoria da História			×	2			1	—	3	2,5
	H	Seminário de Investigação I	×					3		3	3	3
	CS	Antropologia Cultural	×			2			1	3	3	5
	H	Opção I			×	2			1	3	3	2,5
		<i>Total</i>								22	24	35,5
2.º	H	Idade Média Europeia	×			2	2			4	4	6,5
	H	Idade Média Portuguesa	×			2	2			4	4	6,5
	H	Paleografia Medieval		×		1			2	3	—	2
	H	História da Arte Geral I			×	2			2	—	4	3
	H	Seminário de Investigação II	×					3		3	3	3
	CS	Métodos Quantitativos e Informática para a História	×			2			2	4	4	5,5



Departamentos : Cursos : CESC : Boletim : Eventos : Contactos :
Biblioteca IEC : CEDIC : NÓNIO : Telemática Educativa : TELMIE : ccMail

IEC » Conselho de Cursos » Cursos » Exames

Licenciaturas (Plano de Estudos)

■ Educação de Infância				■ Ensino Básico do 1º Ciclo			
1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano

Ensino Básico do 1º Ciclo

Ano	Área Cient.	Disciplina	Regime			Horas lectivas/semana						Unid. Créd.
			A	1ºS	2ºS	T	TP	SE	P	Total (h)		
										1ºS	2ºS	
1º	CILM	Linguagem e Sistemas Linguísticos		X		1	2	0	0	3	0	2.5
	CILM	Língua, Textualidades Literárias e Estratégias Interpretativas			X	1	2	0	0		3	2.5
	CILM	Matemática I	X			2	2	0	0	4	4	6.5
	CILM	Ciências da Natureza I	X			2	2	0	0	2	4	5.5
	CILM	Ciências Sociais - Problemas e Métodos		X		1	1	0	0	2		1.5
	CILM	Educação para a Comunicação Social			X	1	1	0	0		2	1.5
	EAEF	Educação Física I		X		1	0	0	2	3		2.0
	EAEF	Educação Musical I			X	0	2	0	0		2	1.5
	EAEF	Educação Visual e Plástica I		X		1	0	0	2	3		2.0
	EAEF	Movimento e Drama I			X	0	2	0	0		2	1.5
	CEC	Princípios Psicológicos de Educação da Criança			X	2	0	0	0		2	2.0
	CE	História e Filosofia da Educação	X			1	0	0	2	3	3	3.5
	CEC	Prática Pedagógica I	X			0	0	2	0	2	2	2.0
	Total									24	24	34.5

Ano	Área Cient.	Disciplina	Regime			Horas lectivas/semana						Unid. Créd.
			A	1ºS	2ºS	T	TP	SE	P	Total (h)		
										1ºS	2ºS	
2º	CILM	Literatura Infantil	X			2	1	0	0	3	3	5.0
	CILM	Análise Gramatical e Pragmática do Discurso		X		1	2	0	0	3		2.5
	CILM	Matemática II		X		1	2	0	0	3		2.5
	CILM	Introdução à Didáctica da Matemática			X	0	3	0	0		3	2.0
	CILM	Ciências da Natureza II	X			1	0	0	2	3		2.0
	CILM	Temas de Saúde e Ambiente			X	0	3	0	0		3	2.0
	CILM	Espaço e Sociedade			X	1	2	0	0		3	2.5
	EAEF	Educação Física II		X		1	0	0	2	3		2.0
	EAEF	Educação Musical II	X			0	2	0	0	2	2	3.0
	EAEF	Movimento e Drama II		X		1	1	0	0	2		1.5
	CEC	Teoria Curricular do Ensino Básico			X	2	1	0	0		3	2.5
	CEC	Tecnologias de Informação e Comunicação	X			1	0	0	1	2	2	3.0
	CEC	Psicologia do Desenvolvimento	X			2	0	0	1	3	3	5.0
	CEC	Prática Pedagógica II	X			0	0	2	0	2	2	2.0
	Total										24	24

Ano	Área Cient.	Disciplina	Regime			Horas lectivas/semana						Unid. Créd.
			A	1ºS	2ºS	T	TP	SE	P	Total (h)		
										1ºS	2ºS	
3º	CILM	Didáctica da Leitura e da Escrita		X		2	2	0	0	4		3.5
	CILM	Didáctica do Texto			X	2	2	0	0		4	3.5
	CILM	Didáctica da Matemática			X	1	3	0	0		4	3.0
	CILM	Didáctica das Ciências da Natureza		X		1	3	0	0	4		3.0
	CILM	Temas e Percursos de História de Portugal			X	1	2	0	0		3	2.5
	EAEF	Educação Física III			X	1	0	0	1		2	1.5
	EAEF	Opção I		X		1	3	0	0	4		3.0
	EAEF	Educação Visual e Plástica II			X	0	2	0	0		2	1.5
	CEC	Desenvolvimento Curricular	X			1	2	0	0	3	3	4.5
	CEC	Organização da Escola Básica Inicial		X		2	0	0	2	4		3.0
	CEC	Desenvolvimento Pessoal e Social	X			1	0	0	1	2	2	3.0
	CE	Sociologia da Educação	X			1	0	0	1	2	2	3.0
	CEC	Prática Pedagógica III	X			0	0	3	0	3	3	3.0
	Total										26	25

Ano	Área Cient.	Disciplina	Regime			Horas lectivas/semana						Unid. Créd.
			A	1ºS	2ºS	T	TP	SE	P	Total (h)		
										1ºS	2ºS	
4º	CILM	Oficina de Ensino da Língua Materna	X			0	0	1	0	1	1	1.0
	CILM	Oficina de Ensino da Matemática	X			0	0	1	0	1	1	1.0
	CILM	Oficina de Ensino das Ciências da Natureza	X			0	0	1	0	1	1	1.0
	CILM	Oficina de Ensino do Estudo do Meio Social	X			0	0	1	0	1	1	1.0
	EAEF	Oficina de Expressões		X		0	0	3	0	3		1.5
	CEC	Necessidades Educativas Especiais	X			2	1	0	0	3	3	5.5
	CEC	Integração Curricular das Tecnologias da Informação e Comunicação	X			0	0	1	0	1	1	1.0
	CEC	Seminário	X			0	0	3	0	3	3	3.0
	CEC	Prática Pedagógica IV	X			0	0	12.5	0	10	15	12.5
	Total									24	26	27.5

Observação:
Nos termos do nº 2 da Portaria nº 381/87, de 16 de Outubro, é ainda oferecida no 3º ano, como disciplina de opção, de frequência facultativa, a Educação Moral e Religiosa Católica e sua Didáctica, com 2 horas semestrais, uma teórica e outra prática (1,5 u.c.).

Opção I:
Alfabetização Visual
Animação Desportiva
Expressão Dramática
Música Vocal e Instrumental



Universidade do Minho
Instituto de Estudos da Criança

Departamentos

Licenciaturas

Pós-Graduação

I&D

Publicações

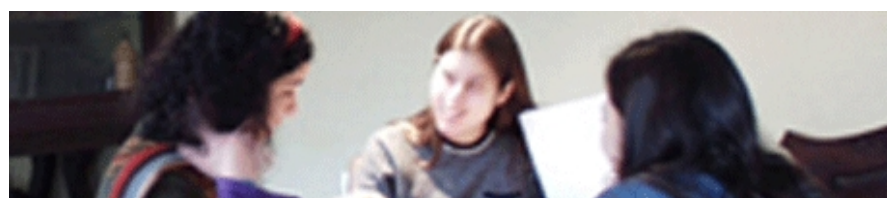
Eventos

Educação de Infância
Ensino Básico (1º Ciclo)
Conselho de Cursos
Direcção e Gestão Pedagógica
Horário da Secretaria

Horários 2006/2007 - 2º Semestre
(Alterações)

Avisos/Informações Importantes
Calendário Escolar 2006/2007

Oportunidades de Emprego



Licenciatura em Ensino Básico (1º ciclo)

Directora: Professora Doutora Beatriz Pereira | email: beatriz@iec.uminho.pt

A finalidade deste curso, com a duração de quatro anos é a de formar professores com um perfil profissional adequado a este nível de ensino, que exige competências variadas no âmbito das ciências da educação, das ciências integradas e língua materna e das expressões artísticas e educação física.

Pretende-se ainda que o estudante desenvolva capacidades para uma actualização constante de conhecimentos e de reflexão sobre as suas práticas. Neste curso valoriza-se uma sólida formação teórica complementada por uma prática fundamentada, utilizando-se metodologias variadas para atingir esses objectivos.

Áreas de trabalho/ emprego

Este curso é profissionalizante, constituindo habilitação para a docência no Ensino Básico – 1º Ciclo, tendo efeitos imediatos para acesso ao mercado de trabalho.

Provas de Ingresso

Português e Matemática **ou** Português e Desenho **ou** Português e Filosofia **ou** Português e Literatura Portuguesa

Plano de Estudos

Ano	Código	Unidade Curricular	Regime*	ECTS
1º Ano				
	3601A9	Ciências da Natureza I	A	9,5
	3601B1	História e Filosofia da Educação	A	6
	3601A8	Matemática I	A	11
	3601A7	Prática Pedagógica I	A	3,5
	3601N2	Ciências Sociais - Problemas e Métodos	S1	2,5
	3601N3	Educação Física I	S1	4
	3601N4	Educação Visual e Plástica I	S1	4
	3601N1	Linguagem e Sistemas Linguísticos	S1	4,5
	3602N3	Educação Musical I	S2	2,5
	3602N2	Educação para a Comunicação Social	S2	2,5
	3602N1	Língua, Textualidade Literária e Estratégias Interpretativas	S2	4,5
	3602N4	Movimento e Drama I	S2	2,5
	3602N5	Princípios Psicológicos de Educação da Criança	S2	3

2º Ano			
3603A8	Educação Musical II	A	5
3603A7	Prática Pedagógica II	A	3,5
3603B1	Psicologia do Desenvolvimento	A	8,5
3603A9	Tecnologias da Informação e Comunicação	A	5
3603N4	Ciências da Natureza II	S1	3,5
3603N5	Educação Física II	S1	3,5
3603N2	Literatura Infantil	S1	5,5
3603N3	Matemática II	S1	4
3603N6	Movimento e Drama II	S1	2,5
3604N2	Análise Gramatical e Pragmática do Discurso	S2	4
3604N5	Espaço e Sociedade	S2	4
3604N3	Introdução à Didáctica da Matemática	S2	3,5
3604N4	Temas de Saúde e Ambiente	S2	3,5
3604N6	Teoria Curricular do Ensino Básico	S2	4
3º Ano			
3605A1	Desenvolvimento Curricular	A	7
3605A2	Desenvolvimento Pessoal e Social	A	5
3605A4	Prática Pedagógica III	A	4,5
3605A3	Sociologia da Educação	A	4,5
3605N8	Didáctica da Leitura e da Escrita	S1	6
3605N9	Didáctica das Ciências da Natureza	S1	4,5
3605O1	Opção I	S1	4,5
3605N3	Organização da Escola Básica Inicial	S1	4,5
3606N5	Didáctica da Matemática	S2	5
3606N4	Didáctica do Texto	S2	5,5
3606N7	Educação Física III	S2	2,5
3606N8	Educação Visual e Plástica II	S2	2,5
3606N6	Temas e Percursos de História de Portugal	S2	4
4º Ano			
3607A7	Integração Curricular das Tecnologias da Informação e Comunicação	A	2
3607A6	Necessidades Educativas Especiais	A	12
3607B5	Oficina de Ensino de Ciências Integradas e Língua Materna	A	8
3607A9	Prática Pedagógica IV	A	28
3607A8	Seminário	A	7
3607N8	Oficina de Expressões	S1	3

Observações

A proposta de adequação ao Modelo de Bolonha para o ano lectivo 2007/2008 não foi apresentada por se aguardar ainda regulamentação governamental.

Contactos

Direcção dos Cursos de Educação Infantil e Básica Inicial

Campus de Gualtar, 4710-057 - Braga

Tel: 253 601 200 | Fax : 253 601 201 | email: ccursoseibi@iec.uminho.pt



Departamentos : Cursos : CESC : Boletim : Eventos : Contactos :
Biblioteca IEC : CEDIC : NÓNIO : Telemática Educativa : TELMIE : ccMail

IEC » Conselho de Cursos » Cursos » Exames

Licenciaturas (Plano de Estudos)

■ Educação de Infância				■ Ensino Básico do 1º Ciclo			
1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano

Educação de Infância

Ano	Área Cient.	Disciplina	Regime			Horas lectivas/semana						Unid. Créd.
			A	1ºS	2ºS	T	TP	SE	P	Total (h)		
										1ºS	2ºS	
1º	CILM	Linguagem e Sistemas Linguísticos		X		1	2	0	0	3	0	2.5
	CILM	Língua, Textualidades Literárias e Estratégias Interpretativas			X	1	2	0	0		3	2.5
	CILM	Matemática I	X			2	2	0	0	4	4	6.5
	CILM	Ciências da Natureza I	X			2	2	0	0	2	4	5.5
	CILM	Ciências Sociais - Problemas e Métodos		X		1	1	0	0	2		1.5
	CILM	Educação para a Comunicação Social			X	1	1	0	0		2	1.5
	EAEF	Educação Física I		X		1	0	0	2	3		2.0
	EAEF	Educação Musical I			X	0	2	0	0		2	1.5
	EAEF	Educação Visual e Plástica I		X		1	0	0	2	3		2.0
	EAEF	Movimento e Drama I			X	0	2	0	0		2	1.5
	CEC	Princípios Psicológicos de Educação da Criança			X	2	0	0	0		2	2.0
	CE	História e Filosofia da Educação	X			1	0	0	2	3	3	3.5
	CEC	Prática Pedagógica I	X			0	0	2	0	2	2	2.0
	Total									24	24	34.5

Ano	Área Cient.	Disciplina	Regime			Horas lectivas/semana						Unid. Créd.
			A	1ºS	2ºS	T	TP	SE	P	Total (h)		
										1ºS	2ºS	
2º	CILM	Linguagem e Sistemas Linguísticos		X		1	2	0	0	3	0	2.5
	CILM	Língua, Textualidades Literárias e Estratégias Interpretativas			X	1	2	0	0		3	2.5
	CILM	Matemática I	X			2	2	0	0	4	4	6.5
	CILM	Ciências da Natureza I	X			2	2	0	0	2	4	5.5
	CILM	Ciências Sociais - Problemas e Métodos		X		1	1	0	0	2		1.5
	CILM	Educação para a Comunicação Social			X	1	1	0	0		2	1.5
	EAEF	Educação Física I		X		1	0	0	2	3		2.0
	EAEF	Educação Musical I			X	0	2	0	0		2	1.5
	EAEF	Educação Visual e Plástica I		X		1	0	0	2	3		2.0
	EAEF	Movimento e Drama I			X	0	2	0	0		2	1.5
	CEC	Princípios Psicológicos de Educação da Criança			X	2	0	0	0		2	2.0
	CE	História e Filosofia da Educação	X			1	0	0	2	3	3	3.5
	CEC	Prática Pedagógica I	X			0	0	2	0	2	2	2.0
	Total									24	24	34.5

Ano	Área Cient.	Disciplina	Regime			Horas lectivas/semana						Unid. Créd.
			A	1ºS	2ºS	T	TP	SE	P	Total (h)		
										1ºS	2ºS	
3º	CILM	Aquisição, Desenvolvimento e Ensino Precoce da Língua Materna			X	2	2	0	0		4	3.5
	CILM	Iniciação à Matemática no Jardim de Infância			X	0	3	0	0		3	2.0
	CILM	Iniciação às Ciências da Natureza no Jardim de Infância		X		0	3	0	0	3		2.0
	CILM	Temas de Saúde e Ambiente			X	0	3	0	0		3	2.0
	CILM	Conhecimento do Mundo Social no Jardim de Infância		X		1	2	0	0	3		2.5
	EAEF	Educação Musical III	X			1	1	0	0	2	2	3.5
	EAEF	Movimento e Drama II	X			0	2	0	2	4	4	4.0
	CEC	Psicopedagogia e Metodologia da Educação de Infância	X			2	1	0	0	3	3	5.5
	CEC	Organização do Centro Educativo		X		2	0	0	2	4		3.0
	CE	Sociologia da Educação	X			1	0	0	1	2	2	3.0
	CEC	Desenvolvimento Pessoal e Social	X			1	1	0	0	2	2	3.5
	CEC	Prática Pedagógica III	X			0	0	3	0	3	3	3.0
	Total										26	26

Ano	Área Cient.	Disciplina	Regime			Horas lectivas/semana						Unid. Créd.
			A	1ºS	2ºS	T	TP	SE	P	Total (h)		
										1ºS	2ºS	
4º	CILM	Seminário de Língua Materna	X			0	0	2	0	2	2	2.0
	EAEF	Educação Física III	X			0	0	1	0	1	1	1.0
	EAEF	Oficina de Expressões	X			0	0	2	0	2	2	2.0
	CEC	Necessidades Educativas Especiais	X			2	1	0	0	3	3	5.5
	CEC	Integração Curricular das Tecnologias da Informação e Comunicação	X			0	0	1	0	1	1	1.0
	CEC	Seminário	X			0	0	3	0	3	3	3.0
	CEC	Opção II	X			0	2	0	0	2	2	2.5
	CEC	Prática Pedagógica IV	X			0	0	10	0	10	10	10.0
	Total									24	24	27.0

Observação:

Nos termos do nº 2 da Portaria nº 381/87, de 16 de Outubro, é ainda oferecida no 3º ano, como disciplina de opção, de frequência facultativa, a Educação Moral e Religiosa Católica e sua Didáctica, com 2 horas semestrais, uma teórica e outra prática (1,5 u.c.).

Opção III:

Educação para a Cidadania
Património Local
Oficina dos Meios de Comunicação Escolar

Opção IV:

Alfabetização Visual
Animação Desportiva
Expressão Dramática
Música Vocal e Instrumental



Universidade do Minho
Instituto de Estudos da Criança

Departamentos

Licenciaturas

Pós-Graduação

I&D

Publicações

Eventos

Educação de Infância

Ensino Básico (1º Ciclo)

Conselho de Cursos

Direcção e Gestão Pedagógica

Horário da Secretaria

**Horários 2006/2007 - 2º Semestre
(Alterações)**

Avisos/Informações Importantes

Calendário Escolar 2006/2007

Oportunidades de Emprego



Licenciatura em Educação de Infância

Directora: Professora Doutora Dalila Lino | email: dalila@iec.uminho.pt

O curso, com a duração de 4 anos lectivos, tem como finalidade formar educadores com um perfil profissional adequado às exigências integradoras deste nível de ensino, com capacidades para uma actualização constante de conhecimentos e de reflexão sobre as suas práticas.

Considerando esta finalidade, o curso valoriza uma sólida formação teórica em áreas como as ciências da educação, ciências integradas e língua materna, expressões artísticas e educação física, a qual é complementada por uma prática fundamentada.

O curso é profissionalizante, conferindo habilitação para o exercício de funções no âmbito da educação de infância e tem efeitos imediatos para acesso ao mercado de trabalho.

Áreas de trabalho/ emprego

Jardins de Infância, Creches, ATL's e outras instituições ligadas à Educação de Infância.

Provas de Ingresso

Português e Matemática **ou** Português e Desenho **ou** Português e Filosofia **ou** Português e Literatura Portuguesa

Plano de Estudos

Ano	Código	Unidade Curricular	Regime*	ECTS
1º Ano				
	3501B1	Ciências da Natureza I	A	9,5
	3501B2	História e Filosofia da Educação	A	6
	3501A9	Matemática I	A	11
	3501A8	Prática Pedagógica I	A	3,5
	3501N2	Ciências Sociais - Problemas e Métodos	S1	2,5
	3501N3	Educação Física I	S1	4
	3501N4	Educação Visual e Plástica I	S1	4
	3501N1	Linguagem e Sistemas Linguísticos	S1	4,5
	3502N3	Educação Musical I	S2	2,5
	3502N2	Educação para a Comunicação Social	S2	2,5
	3502N1	Língua, Textualidade Literária e Estratégias Interpretativas	S2	4,5
	3502N4	Movimento e Drama I	S2	2,5
	3502N5	Princípios Psicológicos de Educação da Criança	S2	3

2º Ano			
3503A9	Educação Física II	A	5
3503B2	Educação Musical II	A	5,5
3503B1	Educação Visual e Plástica II	A	7,5
3503A8	Literatura Infantil	A	8
3503B3	Organização dos Serviços de Apoio à Criança	A	5
3503A7	Prática Pedagógica II	A	3
3503B4	Psicologia do Desenvolvimento	A	8
3503N2	Opção I	S1	4
3503N3	Tecnologias de Informação e Comunicação	S1	5
3504N4	Observação e Investigação em Educação da Criança	S2	5
3504N3	Teoria Curricular da Educação de Infância	S2	4
3º Ano			
3505A5	Desenvolvimento Pessoal e Social	A	5,5
3505A1	Educação Musical III	A	5,5
3505A2	Movimento e Drama II	A	6
3505A6	Prática Pedagógica III	A	4,5
3505A3	Psicopedagogia e Metodologia da Educação de Infância	A	8,5
3505A4	Sociologia da Educação	A	4,5
3505N9	Conhecimento do Mundo Social no Jardim de Infância	S1	4
3505N8	Iniciação às Ciências da Natureza no Jardim de Infância	S1	3,5
3505N4	Organização do Centro Educativo	S1	5
3506N4	Aquisição, Desenvolvimento e Ensino Precoce da Língua Materna	S2	6
3506N5	Iniciação à Matemática no Jardim de Infância	S2	3,5
3506N6	Temas de Saúde e Ambiente	S2	3,5
4º Ano			
3507O4	Educação Física III	S1	2,5
3507O7	Integração Curricular das Tecnologias da Informação e Comunicação	S1	2,5
3508N1	Necessidades Educativas Especiais	S1	12
3507O5	Oficina de Expressões	S1	4,5
3505N7	Opção II	S1	5,5
3507O3	Seminário de Língua Materna	S1	4,5
3508N4	Prática Pedagógica IV	S2	22
3508N3	Seminário	S2	6,5

Observações

A proposta de adequação ao Modelo de Bolonha para o ano lectivo 2007/2008 não foi apresentada por se aguardar ainda regulamentação governamental.

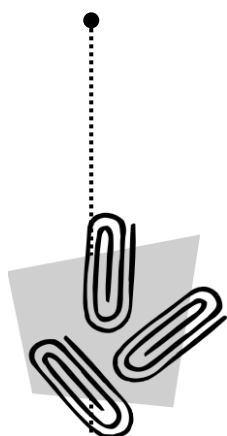
Contactos

Direcção dos Cursos

Campus de Gualtar, 4710-057 - Braga

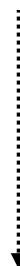
Tel: 253 601 200 | Fax : 253 601 201 | email: ccursoseibi@iec.uminho.pt

Anexo 7.06



Auto-Avaliação do Curso de Licenciatura em Ensino Básico (1º Ciclo) – 2003/2004

**(Termos de Referência da Comissão de Avaliação Externa, Grelha de
Avaliação – Dimensões Substantivas e Dimensões Operacionais)**



TERMOS DE REFERÊNCIA
DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA
DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM
EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

A – MISSÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO

A1. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1. Integração do curso na Instituição. Estratégia de integração. Compreensão pelos dirigentes, pelos docentes e pelos funcionários da missão institucional.

2. Organização interna da instituição que facilite a inserção do curso e o seu desenvolvimento articulado com a missão institucional.

3. Organização de formação acrescida no âmbito da educação de infância e do 1º ciclo do ensino básico que facilite o desenvolvimento profissional e a transformação da profissionalidade neste âmbito.

4. Organização de formação graduada no âmbito da educação de infância e do 1º ciclo do ensino básico que facilite a promoção de investigação e a transformação da profissionalidade neste âmbito.

5. Organização interna da investigação da instituição que facilite a produção de linhas, projectos e produtos de investigação no âmbito da educação de infância e do do 1º ciclo do ensino básico.

6. Envolvimento dos órgãos da instituição e dos dirigentes e dos docentes do curso no desempenho da missão.

7. Grau e qualidade da participação dos alunos nos órgãos pedagógicos.

A2.GESTÃO DA QUALIDADE

1. Mecanismos adequados para a certificação profissional (especialmente para a certificação da aptidão individual para ensinar).

2. Prática sistemática de actividades de auto-avaliação e grau de intervenção dos órgãos institucionais neste processo.

3. Avaliação do ensino pelos alunos e suas consequências.

B – PESSOAL DOCENTE E PESSOAL DISCENTE

B.1. PESSOAL DOCENTE

1. Adequação do corpo docente para a docência na formação de professores em educação de infância e 1º ciclo do ensino básico.

2. Qualificação do corpo docente.

3. Suficiência do corpo docente – ratio docente/discentes.

4. Motivação e formação do corpo docente.

5. Utilização adequada do corpo docente – adequação da distribuição do serviço docente à formação de professores em educação de infância e 1º ciclo do ensino básico.

6. Investigação do corpo docente – relevância da investigação realizada para provas académicas para a docência na formação de professores em educação de infância e 1º ciclo do ensino básico.

7. Investigação do corpo docente – relevância para a docência dos projectos e produtos da investigação.

B.2. ALUNOS (PROCURA E SUCESSO)

1. Ingresso – média de ingresso.
2. Sucesso – percentagem de sucesso.
3. Processo e empenhamento.

C -CURRÍCULO E FORMAÇÃO

C.1. OBJECTIVOS DO CURSO

1. Definição explícita dos objectivos do curso.
2. Definição do perfil de desempenho docente na educação de infância e no 1º ciclo do ensino básico utilizado como referente da formação
3. Definição das competências docentes a promover no curso.

C.2 PLANO DE ESTUDOS

1. Tipo de plano de estudos – currículo mosaico versus currículo projecto.
2. Existência e adequação de mecanismos integradores no plano de estudos (seminários, projectos e outros).

3. Equilíbrio do plano de estudos nas suas diversas componentes.
4. Adequação dos mecanismos de iniciação à profissão.

C.3. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos das ciências da educação.

3. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos da língua portuguesa e dos estudos sociais.

4. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos da matemática e das ciências da natureza.

5. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos das expressões artísticas e da educação física.

6. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos da prática pedagógica.

C.4. PROCESSO PEDAGÓGICO

DISCIPLINAS CURRICULARES

1. Adequação da organização do ensino.
2. Adequação da distribuição do serviço docente.
3. Adequação dos métodos de ensino e avaliação.
4. Adequação da coordenação científica.
5. Adequação da coordenação pedagógica.
6. Adequação da articulação da formação inicial com o desenvolvimento profissional permanente.

7. Adequação da articulação do ensino com a investigação.

INICIAÇÃO À PROFISSÃO

8. Qualificação e adequação dos supervisores cooperantes – recrutamento e papel.

9. Qualificação e adequação dos supervisores cooperantes – formação e desempenho.

10. Adequação dos contextos cooperantes.

11. Qualificação e adequação dos supervisores institucionais – escolha, papel e formação.

12. Adequação da coordenação da Prática Pedagógica.

D – DIMENSÕES OPERACIONAIS

D1. PESSOAL NÃO DOCENTE

1. Estruturas administrativas de apoio ao curso; grau de satisfação.
2. Disponibilidades de pessoal técnico para o exercício de funções específicas utilizadas pelos alunos.
3. Diversidade e adequação das competências às características do curso.
4. Regime de prestação de serviço e sua adequação às necessidades do curso.
5. Rácios pessoais administrativos e técnico/pessoal docente.
6. Estratégia e dinâmica da formação do pessoal não docente

D2. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

1. Disponibilidade de espaços comuns e espaços específicos necessários, e funcionais (salas de aula e de informática, laboratórios, oficinas, anfiteatros, salas de estudo e de reuniões, gabinetes, salas para trabalho em grupo).
2. Disponibilidade dos equipamentos e dos materiais necessários (em salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços de informática e comunicação...) e sua qualidade.
3. Índices de capacidade dos espaços relativamente ao número dos alunos que os utilizam.
4. Grau de acesso dos alunos aos equipamentos informáticos e outros; nível de interiorização da prática do recurso às tecnologias de informação e comunicação, como atitude pedagógica de acesso ao conhecimento.
5. Grau de utilização dos equipamentos.

D3. RECURSOS FINANCEIROS¹

1. Recursos financeiros afectados ao curso (custos directos e indirectos), com discriminação entre "despesas de pessoal", "despesas de funcionamento" e "despesas de investimento".
2. Especificação das diversas fontes de financiamento.
3. Cálculo do indicador "custo aluno/ano".
4. Custo do "diplomado".
5. Recursos financeiros afectos pela instituição à iniciação à profissão, designadamente à componente de Prática Pedagógica.

D4 RELAÇÕES EXTERNAS E INTERNACIONALIZAÇÃO²

1. Adequação da interacção com a comunidade profissional servida - oferta de formação acrescida e de formação pós-graduada para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico, organização de acções de formação contínua e encontros relevantes, participação de docentes da instituição em encontros profissionais organizados por associações de professores ou por escolas, realização de projectos de investigação(-acção) com a participação de professores do terreno.

¹ Período dos últimos 5 anos anteriores ao ano-objecto da avaliação

² Período dos últimos 5 anos anteriores ao ano-objecto da avaliação

2. Adequação da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino – participação de estudantes e docentes em programas de intercâmbio ou em programas de ensino comuns de docentes.
3. Adequação da interacção com a comunidade académica no âmbito da investigação – participação em congressos e outros encontros científicos, participação em projectos de investigação interinstitucionais, participação em júris de provas e concursos noutras instituições, participação em sociedades/associações científicas.
4. Adequação da interacção com a comunidade local ou regional envolvente.
5. Internacionalização da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino – participação de estudantes e docentes em programas de intercâmbio europeus.
6. Internacionalização da interacção com a comunidade académica – participação em encontros científicos internacionais, participação em projectos de investigação internacionais, participação em júris de doutoramento no estrangeiro, participação em sociedades/associações científicas de âmbito internacional, entre outros indicadores de internacionalização.

13. AMBIENTE ACADÉMICO (APOIO SOCIAL)

1. Residências universitárias, sua adequação às solicitações; outras alternativas de alojamento. Cantinas universitárias - satisfação da procura.
2. Bolsas de Estudo.
3. Estruturas e instalações para actividades culturais e desportivas.
4. Apoio médico e psicológico.
5. Participação estudantil nas decisões que lhe dizem respeito.

14. EMPREGABILIDADE

1. Taxas de emprego de diplomados no ano da conclusão e nos anos seguintes^(**).
2. Adequação e sucesso dos diplomados no exercício profissional
3. Existência de apoio aos professores principiantes e à inserção profissional dos diplomados.
4. Existência de estruturas de empreendedorismo.

^(**)Período dos últimos 5 anos anteriores ao ano-objecto da avaliação

AVALIAÇÃO EXTERNA
DOS CURSOS DE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES
EM EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA
E ENSINO BÁSICO DO 1º CICLO

GRELHA DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO EXTERNA

DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA E ENSINO BÁSICO DO 1º CICLO

GRELHA DE AVALIAÇÃO

1. Dimensões de Avaliação, Áreas de Avaliação e Campos de Apreciação

Na Grelha de Avaliação elaborada pela Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Formação de Professores em Educação de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico, os catorze Campos de Apreciação aprovados pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES) foram organizados em dois tipos de dimensões: as **Dimensões Substantivas** e as **Dimensões Operacionais ou Adjectivas**, cada uma das quais divididas em diferentes Áreas de Avaliação.

As Dimensões Substantivas incluem as seguintes **Áreas de Avaliação**: *A) Missão Institucional e Organização, B) Docentes e Discentes, e C) Currículo e Formação*. As Dimensões Operacionais (Adjectivas) incluem as seguintes **Áreas de Avaliação**: *D) Infra-estruturas e Recursos e E) Relações com as Comunidades*.

Distribuídos pelas dimensões e áreas referidas, os catorze **Campos de Apreciação** definidos no âmbito deste processo de avaliação externa referem-se: à organização institucional (**A1**) e à gestão da qualidade (**A2**), na área da Missão Institucional e Organização; ao corpo docente (**B1**) e aos alunos (**B2**), na área dos Docentes e Discentes; aos objectivos do curso (**C1**), ao plano de estudos (**C2**), aos conteúdos programáticos (**C3**) e ao processo pedagógico (**C4**), na área do Currículo e Formação; ao pessoal não docente (**D1**), às instalações e equipamentos (**D2**), aos recursos financeiros (**D3**) e ao ambiente académico – apoio social (**D4**), na área das infra-estruturas e recursos; e às relações externas e internacionalização (**E1**) e à empregabilidade (**E2**), na área das relações com as comunidades.

Na página seguinte encontra-se um quadro sintetizando esta estrutura de avaliação.

2. Dimensões de Avaliação, Áreas de Avaliação e Campos de Apreciação – quadro síntese

DIMENSÕES SUBSTANTIVAS	
ÁREA DE AVALIAÇÃO A MISSÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO	
A.1.	Organização Institucional
A.2.	Gestão da Qualidade
ÁREA DE AVALIAÇÃO B DOCENTES E DISCENTES	
B.1.	Corpo Docente
B.2.	Alunos (Procura, Sucesso Escolar)
ÁREA DE AVALIAÇÃO C CURRÍCULO E FORMAÇÃO	
C.1.	Objectivos do curso
C.2.	Plano de Estudos
C.3.	Conteúdos Programáticos
C.4.	Processo Pedagógico
C.4 a.	Processo Pedagógico - componente curricular
C.4 b.	Processo Pedagógico - componente de iniciação à profissão
DIMENSÕES OPERACIONAIS (ADJECTIVAS)	
ÁREA DE AVALIAÇÃO D INFRAESTRUTURAS E RECURSOS	
D.1.	Pessoal não docente
D.2.	Instalações e Equipamentos
D.3.	Recursos Financeiros
D.4.	Ambiente académico (Apoio Social)
ÁREA DE AVALIAÇÃO E RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES	
E.1.	Relações Externas e Internacionalização
E.2.	Empregabilidade

3. Parâmetros Criteriais e Indicadores de Apreciação dos Campos de Apreciação

Para cada um dos campos de apreciação foram estabelecidos **parâmetros criteriosais** (o número de parâmetros criteriosais utilizados nesta avaliação ascendeu aos 89), para cada um dos quais foram identificados **indicadores de apreciação** (o número de indicadores utilizado foi superior às duas centenas).

Foram, ainda, definidos, para cada campo de apreciação, **parâmetros criteriosais nucleares**, que funcionaram como organizadores da interacção entre todos os parâmetros implicados num mesmo campo de apreciação, tendo em vista a melhor fundamentação, caso a caso, das apreciações efectuadas com base nos respectivos indicadores.

As apreciações descritivas da situação do Curso face aos indicadores visados na avaliação foram efectuadas com base numa escala gradativa, cujos níveis qualitativos apresentavam um número variável de categorias, de modo a ajustar, à natureza de cada parâmetro criterial, os conteúdos, necessariamente diferenciados, dos respectivos indicadores. Assim, apesar de a divisão da escala em quatro níveis qualitativos ser a dominante na **grelha de avaliação dos parâmetros criteriosais** (Muito Favorável; Favorável; Desfavorável e Muito Desfavorável), na avaliação de alguns foi usada uma escala dicotómica traduzida apenas nos níveis de Favorável e Desfavorável.

4. Classificação dos Campos de Apreciação

Os diferentes campos de apreciação foram objecto de **classificação**, segundo os níveis da escala qualitativa incluída no Aditamento 1 ao Guião de Avaliação Externa (GAE) aprovado pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES). A atribuição dos níveis de *Excelente* (A), *Muito Bom* (B), *Bom* (C), *Suficiente* (D) e *Insuficiente* (E) previstos no referido

aditamento tem por base um referencial estabelecido para os diferentes campos de apreciação.

A atribuição da classificação de cada Campo de Apreciação tem como referencial os **parâmetros criteriosais**, tendo em atenção especialmente os nucleares. Estes **parâmetros criteriosais nucleares** funcionam como organizadores da interacção entre todos os critérios de cada dimensão, de modo a permitir a fundamentação de cada decisão caso a caso.

Os critérios que permitem atribuir uma classificação a partir da apreciação dos diversos parâmetros criteriosais são os seguintes:

A – Excelente:

Todos os parâmetros criteriosais nucleares muito favoráveis e nenhum parâmetro criterial desfavorável.

B – Muito Bom:

Todos os parâmetros criteriosais nucleares favoráveis e, pelo menos, um parâmetro criterial nuclear muito favorável.

C - Bom:

Nenhum dos parâmetros criteriosais nucleares desfavorável.

D – Suficiente:

Apenas um parâmetro criterial nuclear desfavorável.

E – Insuficiente:

Dois ou mais parâmetros criteriosais nucleares desfavoráveis.

DIMENSÕES

SUBSTANTIVAS

ÁREA DE AVALIAÇÃO A

MISSÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO

A1. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1. *Integração do curso na Instituição. Estratégia de integração.*

- ✓ há documentos prévios definidores da importância e do papel do curso na *missão* e na *visão estratégica* da instituição?
- ✓ *a missão e a visão estratégica* são referidas no relatório da auto-avaliação?
- ✓ *a missão e a visão estratégica* são referidas espontaneamente no decurso da visita?

2. *Organização interna da instituição que facilite uma inserção e desenvolvimento do curso articulados com a missão institucional*

- ✓ há unidades orgânicas (*áreas disciplinares, grupos disciplinares, departamentos, escola*) vocacionadas para o desenvolvimento destes cursos?
- ✓ houve tensões ou conflitos na inserção orgânica destes cursos na universidade?
- ✓ que mecanismos há, para além das estruturas, que facilitem essa inserção?

3. *Organização de formação acrescida no âmbito da educação de infância e do ensino primário que facilite o desenvolvimento profissional e a transformação da profissionalidade neste âmbito*

- ✓ a instituição tem cursos de complemento e de especialização que sirvam a comunidade profissional de educação de infância e do 1º ciclo?

- ✓ a instituição tem formação graduada (especializações, mestrado, curso de doutoramento) a que educadores de infância e professores do 1º ciclo tenham acesso e que frequentem regularmente ?
- ✓ a instituição tem formação graduada no âmbito da educação de infância e do 1º ciclo (isto é, cujo conteúdo sejam as problemáticas da educação de infância e do 1º ciclo do ensino básico)

4. Organização interna da investigação da instituição que facilite a produção de linhas, projectos e produtos de investigação no âmbito da educação de infância e do ensino primário

- ✓ a instituição tem linhas e projectos de investigação no âmbito da educação de infância e do ensino primário? (quer nas áreas de ciências da educação quer nas áreas da especialidade)?
- ✓ a instituição tem produtos de investigação no âmbito da educação de infância e do ensino primário (quer nas áreas das ciências da educação quer nas áreas da especialidade)?
- ✓ que percentagem dos docentes do curso têm realizado provas académicas em temáticas deste âmbito?

5. Envolvimento dos órgãos da instituição e dos dirigentes e dos docentes do curso no desempenho da missão

- ✓ há referências espontâneas à missão e visão no discurso dos dirigentes?
- ✓ há referências espontâneas à missão e visão no discurso dos docentes?
- ✓ há outros indicadores de interiorização da missão?

6. Participação dos alunos nos órgãos pedagógicos

- ✓ qual o tipo de presença e participação dos alunos nos órgãos pedagógicos?
- ✓ qual a participação dos alunos na visita de avaliação externa
- ✓ que nos revelam os resultados do inquérito aos alunos?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 2, 3 e 4

A2.GESTÃO DA QUALIDADE

A temática da gestão da qualidade será centrada na análise dos seguintes aspectos.

1. Certificação profissional - certificação da aptidão individual para ensinar

1. No nosso ordenamento jurídico as instituições concedem quatro certificações numa só

- ✓ *habilitação académica* – licenciado
- ✓ *habilitação profissional* – licenciado em ensino
- ✓ *certificação profissional* – licença para ensinar, certificado de aptidão individual
- ✓ *classificação profissional* – classificação que afecta directamente (sem ponderação nem regulação) a empregabilidade do professor iniciante

2. Em fase disto deverá avaliar-se se

- ✓ a instituição consciencializou a dimensão de certificação da aptidão individual para o ensino, isto é, da concessão a cada aluno, no fim do curso, de um certificado de aptidão individual para ensinar?
- ✓ existem mecanismos escritos ou assumidos explicitamente (na instituição, no conselho pedagógico, na direcção de curso, na equipa de Prática Pedagógica ou apenas na equipa de estágio) para o controlo individual desta certificação?
- ✓ não existindo mecanismos escritos ou assumidos explicitamente, existem casos concretos, nos últimos cinco anos, de reprovação ou prolongamento do estágio que indiquem algumas práticas de controlo?
- ✓ há mecanismos de detecção precoce no curso da inaptidão individual para o ensino?

2. Certificação profissional – classificação profissional

- ✓ a instituição consciencializou o impacto da classificação profissional na empregabilidade dos professores que forma?

3. Prática sistemática de actividades de auto-avaliação e grau de intervenção dos órgãos institucionais neste processo

- ✓ há mecanismos de avaliação sistemática de adequação da formação ministrada pela instituição?
- ✓ há evidência escrita dessas práticas sistemáticas de auto-avaliação
- ✓ há devolução da informação aos interessados?
- ✓ que implicação têm essas práticas de auto-avaliação?

4. Avaliação do ensino pelos alunos e suas consequências

- ✓ há avaliação regular do ensino pelos alunos ?
- ✓ há divulgação dos resultados dessa avaliação ?
- ✓ que impacto têm tido na melhoria do ensino ?
- ✓ que impacto têm tido na resolução de casos concretos de docentes sistematicamente menos bem avaliados pelos alunos ?

5. Avaliação da incorporação do contributo da avaliação anterior para a melhoria do curso em avaliação

- ✓ há evidência de contributos significativos da avaliação anterior (do curso de bacharelato) terem sido integrados na construção do curso de licenciatura contributos?

6. Avaliação do relatório de auto-avaliação

- ✓ o RAA segue o referencial sugerido pelo guião?
- ✓ os dados apresentados são suficientes e fiáveis?
- ✓ o RAA revela capacidade de análise?
- ✓ o RAA revela capacidade de síntese?
- ✓ as conclusões são abrangentes e coerentes com os dados?
- ✓ as conclusões revelam sentido crítico?
- ✓ o RAA foi discutido pelos órgãos e pela comunidade académica?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 3, 4 e 5

ÁREA DE AVALIAÇÃO B - DOCENTES E DISCENTES

B.1. PESSOAL DOCENTE

O enquadramento conceptual desta avaliação é a dimensão academizante versus profissionalizante do recrutamento, formação, estruturação das carreiras, produção de conhecimento do pessoal docente dos cursos. Assim, a adequação do corpo docente será baseada na *formação académica de base* e no *desenvolvimento científico e profissional* conforme indiciado pela docência universitária, pela investigação para provas académicas, pela investigação produzida no âmbito de projectos e através da orientação de provas académicas, pela sua tradução em publicações, pela experiência de docência no ensino básico ou no secundário, pela experiência de docência nas escolas dos níveis de ensino para que está a formar.

1. Adequação do corpo docente

- ✓ O pessoal docente tem formação académica de base adequada?
- ✓ Há uma adequada percentagem de pessoal docente com desenvolvimento científico e profissional indiciado pela docência, por publicações e percurso na área?
- ✓ Há uma adequada percentagem de pessoal docente com experiência de docência no terreno ou com contactos evidenciados com a comunidade profissional servida

2. Qualificação do corpo docente

Há uma adequada percentagem de docentes do curso que têm o grau de douto? Mais de 50%?, mais de 40%?, menos de 40%?, menos de 30%?

3. Suficiência do corpo docente – ratio docente/discentes

O indicador prescrito no sistema para os cursos de formação de professores é de 1 docente para 12 discentes.

Este parâmetro criterial não chegou a ser avaliado, por falta de dados fiáveis.

4. Formação do corpo docente

- adequação da investigação realizada para provas académicas

A mais valia identitária da universidade é a sua contribuição para a produção de conhecimento nas áreas que a estruturam; por isso, é vital que as carreiras docentes, sobretudo as das áreas centrais e específicas dos cursos, se organizem ao redor das problemáticas profissionais. Assim, este parâmetro é importante para avaliar a integração orgânica dos cursos na universidade.

Essa formação adequada é indiciada pela relevância das provas académicas dos docentes investigadores (provas de aptidão, mestrado, doutoramento, agregação) para a compreensão das temáticas profissionais e das dimensões profissionais do desempenho docente. Está em causa a avaliação da estruturação das carreiras docentes.

5. Utilização adequada do corpo docente

– adequação da distribuição do serviço docente

Este indicador destina-se sobretudo a avaliar a adequação da distribuição do serviço docente nas diversas áreas do curso, isto é, a utilização relevante de docentes que indiciem compreensão das dimensões profissionais da formação inicial de professores.

6. Investigação do corpo docente

– relevância para a docência dos projectos e produtos da investigação

Este indicador destina-se sobretudo a avaliar a relevância da investigação dos docentes investigadores para a compreensão das temáticas profissionais e das dimensões profissionais do desempenho docente. Trata-se aqui de avaliar o contributo da universidade para a produção de conhecimento na área.

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 4 e 6

B.2. ALUNOS (PROCURA E SUCESSO)

1. Ingresso

Avalia-se se a média de ingresso dos alunos do curso se situa acima, abaixo ou na média nacional de ingresso aos cursos universitários de formação de educadores de infância ou de professores do 1º ciclo do ensino básico.

2. Sucesso

Analisa-se a percentagem de sucesso no curso indicada pela taxa dos que concluem o curso em quatro anos

3. Empenhamento dos alunos

São utilizados os seguintes indicadores

- ✓ Assiduidade
- ✓ Participação em trabalhos teóricos-práticos e práticos
- ✓ Nível de participação nas aulas
- ✓ Interações em situações de prática pedagógica
- ✓ Participação em actividades comunitárias

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1 e 2

ÁREA DE AVALIAÇÃO C CURRÍCULO E FORMAÇÃO

Juntam-se nesta Área de Avaliação de Currículo e Formação os aspectos mais substantivos do curso - os relativos aos objectivos do curso, ao plano de estudos, aos conteúdos programáticos currículo e ao processo pedagógico (quer no que diz respeito à componente curricular disciplinar quer no que concerne a componente de iniciação à profissão).

C.1. OBJECTIVOS DO CURSO

1. Definição explícita e adequada dos objectivos do curso

- ✓ existe em documentos prévios à avaliação uma definição explícita e cuidadosa dos objectivos gerais e específicos do curso?
- ✓ os objectivos estão adequadamente formulados no RAA?

2. Perfil de desempenho docente

- ✓ são invocados os perfis de desempenho docente em vigor (perfil geral e perfil específico), perfis elaborados pelo INAFOP e aprovados pelo Governo??
- ✓ existe um perfil de desempenho contextualizado (ou mais detalhado) construído pela instituição e invocado explicitamente como referencial?

3. Competências docentes a promover

- ✓ existe uma definição explícita das competências docentes a promover nas disciplinas das diferentes áreas

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1 e 2

C.2 PLANO DE ESTUDOS

Como **referentes legais** para a avaliação do plano de estudos devem considerar-se o ordenamento jurídico da formação de professores e os perfis de desempenho docente em vigor (elaborados pelo INAFOP e aprovados pelo Governo).

Como **referente conceptual** para a avaliação do plano de estudos deve considerar-se a contraposição entre um “currículo-mosaico” e um “currículo-projecto”. Isto remete-nos para a problemática do academismo versus profissionalismo numa formação que confere uma titulação profissional.

1. Congruência do plano de estudos com os objectivos

- ✓ Existem documentos prévios que fundamentam substantivamente o plano de estudos?
- ✓ O plano de estudos revela congruência com os objectivos definidos?

2. Tendências academistas versus tendências profissionais no currículo - currículo mosaico versus currículo projecto

- ✓ O plano de estudos baseia-se prevalentemente na compartimentação disciplinar ou tem mecanismos indicadores de um currículo projecto – seminários, projectos e outros?
- ✓ O plano de estudos tem mecanismos formais para a integração curricular horizontal e vertical?

3. Carga discente

São utilizados os seguintes indicadores:

- ✓ número de disciplinas por semestre e por ano
- ✓ carga horária semanal
- ✓ quantidade de trabalhos produzidos pelos alunos para as diferentes disciplinas

4. Natureza da interação entre os dois cursos

- ✓ que mecanismos de concepção curricular existem nos planos de estudos da licenciatura em educação de infância ou da licenciatura em ensino básico do 1º ciclo para garantir a formação de um professor de crianças, de um professor generalista?
- ✓ que mecanismos de concepção curricular existem nos planos de estudos da licenciatura em educação de infância ou da licenciatura em ensino básico do 1º ciclo para garantir a especificidade da formação?

5. Relação com os referentes normativos em vigor

- ✓ tendo em conta os referentes legais o plano de estudos é equilibrado em termos das diferentes componentes?
- ✓ são invocados explicitamente como referencial os perfis de desempenho docente em vigor?

6. Iniciação à profissão

- ✓ existem no plano de estudos mecanismos adequados para a iniciação à profissão?
- ✓ existe uma definição explícita das competências docentes a promover?
- ✓ a componente de Prática Pedagógica existe ao longo de todo o curso?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 3 e 6

C.3. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Os conteúdos programáticos das diversas áreas são avaliados pela sua adequação a uma formação profissional para a docência no respectivo nível educativo.

Os **referentes legais** para esta avaliação são os perfis de desempenho docente em vigor (geral e específico) e as orientações curriculares para a educação pré-escolar ou o currículo e programas para o 1º ciclo do ensino básico.

Os **referentes metodológicos** para esta avaliação são:

- ✓ a relevância dos programas para a docência no nível de educação respectivo,
- ✓ a adequação das metodologias de ensino e de avaliação,
- ✓ a relevância da bibliografia (bibliografia seleccionada, actualizada e relevante),
- ✓ a congruência entre objectivos, conteúdos e métodos

Para permitir uma análise mais específica de cada programa, estes foram sujeitos a dois tipos de avaliação – a avaliação pela subcomissão respectiva e a avaliação pelos cinco grupos de trabalho criados para o efeito, um para cada um dos seguintes cinco grandes grupos de disciplinas. Estes grupos fizeram uma apreciação transversal dos programas de todos os cursos na sua área disciplinar, permitindo assim uma maior aferição de critérios.

Assim, os **parâmetros criteriosais** deste campo de apreciação são os seguintes:

1. **Ciências da Educação - Fundamentos**
2. **Ciências da Natureza e Matemática**
3. **Língua Portuguesa e Estudo do Meio**
4. **Expressões Artísticas e Educação Física**
5. **Currículo e Prática Pedagógica**

A classificação deste campo de apreciação é obtida a partir das apreciações dadas a cada um destes cinco parâmetros criteriosais

Todos os Parâmetros Criteriais são considerados nucleares

C.4. PROCESSO PEDAGÓGICO

O Campo de Apreciação do Processo Pedagógico subdividir-se-á em dois subcampos – um centrado na avaliação da Componente Curricular do curso e outro na avaliação da Componente de Iniciação à Profissão que assume a forma de Prática Pedagógica.

SUBCAMPO C.4.a. COMPONENTE CURRICULAR

1. Organização do ensino

Existem critérios específicos e adequados para:

- ✓ a distribuição do serviço docente?
- ✓ a organização do horário?
- ✓ a definição da dimensão das turmas?
- ✓ a articulação entre aulas teóricas e práticas?
- ✓ a dimensão e características das salas de aula e outros espaços docentes
- ✓ o formato de oferta das disciplinas opcionais?

2. Métodos de ensino e avaliação

- ✓ há um ambiente favorável à aprendizagem?
- ✓ há adequação dos métodos de ensino e aprendizagem (estimuladores da aplicação profissional, do pensamento crítico e da reflexão, da auto-formação)?
- ✓ há adequação dos métodos de avaliação utilizados?
- ✓ há articulação entre aulas teóricas e práticas?
- ✓ há adequação dos produtos discentes - do trabalho dos alunos?
- ✓ há um ambiente favorável à uma atitude investigativa por parte dos alunos?

3. Coordenação científica

- ✓ existe um locus definido e adequado para a coordenação científica do curso?
- ✓ os programas das disciplinas do curso são aprovados num órgão?
- ✓ os mecanismos da coordenação científica do curso são adequados?

4 Coordenação pedagógica

- ✓ existe um locus definido e adequado para a coordenação pedagógica do curso?
- ✓ os mecanismos de coordenação pedagógica do curso são adequados?

5. Articulação da formação inicial com o desenvolvimento profissional permanente

- ✓ existem experiências ou projectos de acompanhamento dos recém diplomados?
- ✓ há organização de acções de formação contínua?
- ✓ há colaboração ou parcerias com centros de formação de associação de escolas ou de associação de professores?
- ✓ há experiências de projectos de formação e intervenção no terreno?
- ✓ há evidência de desenvolvimento profissional de educadores de infância e professores do ensino básico através desses projectos de formação e intervenção no terreno?
- ✓ há evidência de desenvolvimento profissional de professores universitários através de projectos de formação e intervenção?

6. Articulação do ensino com a investigação

- ✓ há interacção entre a investigação produzida pelos docentes do curso e a sua docência?
- ✓ há iniciação dos alunos a perspectivas de investigação ao longo do curso?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 2 e 5

SUBCAMPO C.4.b.
COMPONENTE DE INICIAÇÃO À PROFISSÃO

Na economia desta Grelha de Avaliação a Componente de Iniciação à Profissão é analisada em vários Campos de Apreciação, conforme o quadro seguinte ilustra.

CAMPO DE APRECIAÇÃO		PARÂMETROS CRITERIAIS
A2	Gestão da Qualidade	1- Certificação profissional - certificação da aptidão individual para ensinar
C1	Objectivos do Curso	2- Perfil de desempenho docente na educação de infância e no 1º ciclo do ensino básico 3- Competências docentes a promover
C2	Plano de Estudos	6- Iniciação à Profissão
C3	Conteúdos Programáticos	5- Currículo e Prática Pedagógica
C4a	Processo Pedagógico Componente Curricular	5 – Articulação da formação inicial com o desenvolvimento
C4b	Processo Pedagógico Componente de Iniciação à Profissão	Todos os cinco parâmetros, respeitantes exclusivamente à Organização da Prática Pedagógica
E1	Relações Externas e Internacionalização	2. Adequação da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino 5- Internacionalização da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino

Neste Subcampo de Apreciação C.4. b esta Componente de Iniciação à Profissão é considerada especificamente na sua forma de Prática Pedagógica.

A Prática Pedagógica é a componente intencional e assumida de

formação prática dos professores e representa uma iniciação gradual à profissão – aos contextos e instituições, aos valores e regras, às normas e hábitos, às práticas.

A Prática Pedagógica exige uma ruptura epistemológica na relação com os saberes – os saberes não podem já ser vistos na perspectiva de alunos das disciplinas curriculares, como conhecimentos com valor em si mesmos, mas como recursos mobilizáveis para a acção docente, quando e se for útil.

Como componente autónoma da formação profissional, a prática pedagógica inicia-se nos primeiros anos e prolonga-se ao longo do curso. Há, neste processo, duas situações distintas – a Prática Pedagógica Inicial e a Prática Pedagógica Final (estágio).

A Prática Pedagógica Inicial geralmente desenvolve-se de modo gradual baseado na passagem dos contextos comunitários e organizacionais para o contexto da sala de aula, permitindo e incentivando a ruptura epistemológica referida. Faz parte desta iniciação profissional saber transformar os conhecimentos curriculares em conhecimentos profissionais susceptíveis de serem mobilizados para a acção quotidiana. Daí que a Prática Pedagógica Inicial não se confunda com a componente prática das disciplinas curriculares.

A Prática Pedagógica Final - estágio - é a fase de prática docente acompanhada, orientada e reflectida, que serve para proporcionar ao futuro professor uma prática de desempenho docente global em contexto real que permita desenvolver as competências e atitudes necessárias para um desempenho consciente, responsável e eficaz.

Mas este estágio, porque se baseia numa actuação mais autónoma, serve igualmente para avaliar as capacidades práticas de desempenho docente dos estudantes na fase terminal do curso, capacidades nunca apreciadas em plena acção e, assim determinar da sua (in)aptidão profissional individual para o desempenho de profissão docente.

É por isso que há uma diferença qualitativa entre a Prática Pedagógica Inicial e a Prática Pedagógica Final, pois esta última concretiza a responsabilidade social e moral da instituição de formação na certificação dos professores. É esta que transforma as instituições de formação em instituições de certificação de professores. Daí a importância central que este subcampo de apreciação concede à Prática Pedagógica Final, dedicando-lhe três dos cinco parâmetros criteriosais.

1. Organização global da componente de Prática Pedagógica

- ✓ os critérios de organização global da componente de Prática Pedagógica são adequados para uma iniciação à profissão?

2. Prática Pedagógica ao longo do curso

- ✓ os critérios de organização da Prática Pedagógica ao longo do curso adequados para uma iniciação à profissão?

3. Prática Pedagógica Final (estágio)

- ✓ os critérios de organização da Prática Pedagógica Final (estágio) são adequados para uma iniciação à profissão?
- ✓ o número de estagiário por sala é adequado?
- ✓ o ratio supervisor institucional/ estagiários é adequado?
- ✓ o ratio supervisor cooperante/estagiários é adequado?

4. Supervisores institucionais – escolha, papel, formação e desempenho

- ✓ o critério de escolha dos supervisores institucionais é adequado?
- ✓ a qualificação dos supervisores institucionais para o desempenho superviso é adequada?
- ✓ o papel dos supervisores institucionais é claro, relevante e bem construído?
- ✓ o tempo semanal dedicado pelos supervisores institucionais à supervisão é adequado?
- ✓ existem dispositivos (explícitos ou implícitos) de avaliação do seu desempenho superviso?

5 Supervisores cooperantes e contextos cooperantes

- ✓ Qual o critério prioritário da instituição – o recrutamento dos supervisores cooperantes ou a escolha dos contextos cooperantes?

Supervisores cooperantes

- ✓ existe um critério definido para o recrutamento dos supervisores cooperantes?
- ✓ esse critério de escolha dos supervisores cooperantes é adequado?
- ✓ a qualificação dos supervisores cooperantes para o desempenho supervisivo é adequada?
- ✓ o papel dos supervisores cooperantes é claro, relevante e bem construído?
- ✓ o tempo semanal dedicado pelos supervisores cooperantes à supervisão é adequado?
- ✓ existem dispositivos (explícitos ou implícitos) de avaliação do seu desempenho supervisivo?

Contextos cooperantes

- ✓ existe um critério definido para a selecção dos contextos cooperantes?
- ✓ esse critério definido para a selecção dos contextos cooperantes é adequado para a escolha de contextos ecologicamente relevantes para a formação?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 2, 3, 4 e 5

c.4. classificação global do campo de apreciação

processo pedagógico

- A classificação deste campo de apreciação, como um todo, faz-se pela média das classificações em cada Subcampo de apreciação
- Em caso desta média significar um nível intermédio (1,5; 2,5; 3,5, 4,5) prevalece a classificação do Subcampo da Componente de Iniciação à Profissão

DIMENSÕES
OPERACIONAIS
(ADJECTIVAS)

ÁREA DE AVALIAÇÃO D - INFRAESTRUTURAS E RECURSOS

D.1. PESSOAL NÃO DOCENTE

Este campo de apreciação relativo à Avaliação do Pessoal Não Docente (D1) não visa produzir um juízo avaliativo sobre o desempenho do pessoal administrativo, técnico e auxiliar da instituição relacionado como curso, mas antes avaliar a suficiência, a qualificação, a formação e a disponibilidade para os alunos dos recursos humanos nos diversos serviços que com estes contactam. Destes critérios foi considerado nuclear a suficiência, significando que a insuficiência de recursos humanos é sempre apreciada desfavoravelmente, mesmo que o desempenho do pessoal não docente existente seja considerado ótimo.

Para cada serviço relevante será analisada a adequação do pessoal não docente em relação a:

- ✓ suficiência (existência de pessoal próprio e em quantidade suficiente para um adequado funcionamento, regime de prestação de serviço e sua adequação às necessidades do curso)
- ✓ qualificação,
- ✓ formação,
- ✓ disponibilidade para os alunos.

São considerados serviços relevantes para esta análise, constituindo-se em **parâmetros criteriosais** os seguintes:

1. **Serviços académicos ou serviços administrativos de apoio aos cursos**
2. **Serviço de apoio às aulas**
3. **Biblioteca**
4. **Serviços de informática para os alunos**
5. **Laboratórios (TIC / Tecnologia Educativa, Ciências da Natureza)**
6. **Oficinas de Expressão Artística e Motora (Educação Musical, Educação Visual e Educação Dramática, Educação Física)**
7. **Outros**

Parâmetros Criteriais Nucleares: 2, 3, 5 e 6

D.2. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Para cada serviço relevante será analisado a sua adequação em relação às necessidades do funcionamento do curso, particularmente do ponto de vista da sua utilização pelos alunos.

Assim, serão objecto de análise:

- A adequação e qualidade de espaços e dos equipamentos
- A sua disponibilidade e utilização pelos alunos

São considerados serviços relevantes para esta análise, constituindo-se em **parâmetros criteriosais** os seguintes:

- | | |
|---|---|
| 1. Anfiteatros/Auditórios | 7. Laboratório de Ciências da Natureza |
| 2. Salas de aula | 8. Oficinas de Expressão Artística – |
| 3. Salas de estudo e de convívio | Educação Musical, Educação |
| 4. Gabinetes dos docentes | Visual e Educação Dramática |
| 5. Biblioteca | 9. Oficinas Educação Física - Ginásio |
| 6. Serviços de informática para | 10. Outros |
| os alunos e Laboratório de TIC | |
| ou Tecnologia Educativa | |

Parâmetros Criteriais Nucleares: 3, 5, 6, 7, 8 e 9

D.3. RECURSOS FINANCEIROS

A CAE decidiu não avaliar este Campo de Apreciação pela impossibilidade de o fazer com o grau de rigor com que se analisaram os outros, pelo que uma avaliação sem rigor poderia afectar a credibilidade do conjunto

D.4. AMBIENTE ACADÉMICO (APOIO SOCIAL)

Serão analisados a suficiência e a adequação dos seguintes apoios aos alunos no âmbito social:

- | | |
|--|---|
| 1. Bolsas de estudo | 6. Apoio médico |
| 2. Residências universitárias | 7. Apoio psicológico |
| 3. Cantinas | 8. Espaços de convívio |
| 4. Bares | 9. Asseio e limpeza dos espaços |
| 5. Estruturas e instalações para | docentes e de vivência |
| actividades culturais e desportivas | 10. Qualidade estética dos espaços |
| | docentes e de vivência |

ÁREA DE AVALIAÇÃO E - RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES

E.1. RELAÇÕES EXTERNAS E INTERNACIONALIZAÇÃO

Este campo de apreciação avalia as relações com os diversos tipos de comunidades no período dos últimos cinco anos – comunidade profissional, comunidade de formação, comunidade de investigação (comunidade académica), comunidade local ou regional.

Analisa a interacção com essas comunidades ao nível nacional (parâmetros criteriosais, 1,2, 3 e 4) e ao nível internacional (parâmetros criteriosais 5, e 6).

RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES A NÍVEL NACIONAL

1. Adequação da interacção com a comunidade profissional servida

- ✓ oferta de formação acrescida – cursos de complemento e de qualificação,
- ✓ oferta de formação pós-graduada para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico,
- ✓ organização de acções de formação contínua ou encontros pedagógicos relevantes,
- ✓ participação de docentes da instituição em encontros profissionais organizados por associações de professores ou por escolas,
- ✓ realização de projectos de investigação(-acção) com a participação de professores do terreno.

2. Adequação da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino

- ✓ participação de estudantes e docentes em programas de intercâmbio,
- ✓ participação de docentes em programas de ensino comuns
- ✓ protocolos e participação em redes formativas com os centros de formação contínua de professores

3. Adequação da interacção com a comunidade académica no âmbito da investigação

- ✓ participação em congressos e outros encontros científicos,
- ✓ participação em projectos de investigação interinstitucionais,
- ✓ participação em júris de provas e concursos noutras instituições,
- ✓ participação em sociedades/associações científicas.

4. Adequação da interacção com a comunidade local ou regional envolvente

RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES A NÍVEL INTERNACIONAL

5. Internacionalização da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino

- ✓ participação de estudantes e docentes em programas de intercâmbio europeus

6. Internacionalização da interacção com a comunidade académica

- ✓ participação em encontros científicos internacionais,
- ✓ participação em projectos de investigação internacionais,
- ✓ participação em júris de doutoramento no estrangeiro,
- ✓ participação em sociedades/associações científicas de âmbito internacional,

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 3, 5 e 6

E.2. EMPREGABILIDADE

1. Taxas de emprego de diplomados no ano da conclusão e nos anos seguintes

Será avaliado o período dos últimos 5 anos anteriores ao ano-objecto da avaliação

2. Adequação e sucesso dos diplomados no exercício profissional

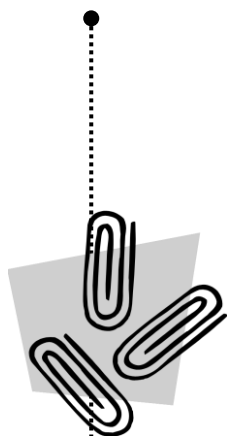
- ✓ participação em encontros científicos internacionais,
- ✓ participação em projectos de investigação internacionais,
- ✓ participação em júris de doutoramento no estrangeiro,

3. Existência de apoio aos professores principiantes e à inserção profissional dos diplomados.

- ✓ participação em encontros científicos internacionais,
- ✓ participação em projectos de investigação internacionais,
- ✓ participação em júris de doutoramento no estrangeiro,

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1 e 2

Anexo 7.07



Licenciatura em Educação Básica

(aprovada pelo Despacho n.º 22726-H/2007, de 28 de Setembro)

ANEXO II

Regimes de precedências e coeficientes de ponderação para o cálculo da classificação final

1 — Regime de precedências.

Não são estabelecidas precedências formais neste curso.

2 — Classificação final — A classificação final do curso é obtida a partir das classificações de cada unidade curricular e das respectivas unidades ECTS.

A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$\text{Classificação final} = \frac{\sum_{i=1}^n (Ci \times Ni)}{\sum_{i=1}^n Ci}$$

em que:

 n é o número de unidades curriculares do plano de estudos, Ni é a classificação obtida em cada unidade curricular Ci é o correspondente número de ECTS**Despacho n.º 22 726-H/2007**

Nos termos do disposto no artigo 4.º da Resolução SU-10/07, de 26 de Março de 2007, do Senado Universitário da Universidade do Minho que, ao abrigo do disposto n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro; do n.º 2 do artigo 20.º dos Estatutos da Universidade do Minho, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 25 de Fevereiro de 2005; do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 155/89, de 11 de Maio e do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, aprovou a criação do curso de Licenciatura em Educação Básica devidamente registada pela Direcção-Geral do Ensino Superior sob o n.º R/B-Cr 415/2007;

Impõe-se, agora, proceder à aprovação da organização do correspondente plano de estudos.

Assim, sob proposta do Conselho Académico, determino:

1 — A organização do plano de estudos da Licenciatura em Educação Básica (1.º Ciclo), ministrada na Universidade do Minho, é a constante do Anexo I ao presente despacho.

2 — São igualmente fixados:

a) Os regimes de precedências e os coeficientes de ponderação para os cálculos de classificação final (Anexo II);

3) O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar no ano lectivo de 2007-2008.

5 de Setembro de 2007. — O Reitor, *A. Guimarães Rodrigues*.

ANEXO I

Formulário

1 — Estabelecimento de ensino: Universidade do Minho.

2 — Unidade orgânica (faculdade, escola, instituto, etc.):

3 — Curso: Educação Básica.

4 — Grau ou diploma: Licenciatura.

5 — Área científica predominante do curso: Formação de Professores.

6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 180.

7 — Duração normal do curso: 6 semestres/3 anos.

8 — Opções, ramos, ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture (se aplicável):

9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau ou diploma: Licenciatura em Educação Básica.

QUADRO N.º 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Formação educacional geral	FEG	20	
Didácticas específicas	DID	20	
Iniciação à prática profissional	IPP	20	
Formação na área de docência	FAD	115	5
<i>Total</i>		175	5

As Áreas Científicas do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho encontram-se representadas nestas componentes da seguinte forma:

Ciências da Educação da Criança — FEG + IPP

Ciências Integradas e Língua Materna — DID + FAD

Expressões Artísticas e Educação Física — DID + FAD

Plano de estudos:

Universidade do Minho — Instituto de Estudos da Criança**Licenciatura em Educação Básica****1.º ano/1.º semestre**

QUADRO N.º 2.1

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Língua, textualidade literária e estratégias interpretativas	FAD	S1	140	50 (15T+30TP+50T)	5	
Elementos de matemática I	FAD	S1	140	65 (30T+30TP+50T)	5	
Geografia de Portugal	FAD	S1	140	50 (15T+20TP+10TC+50T)	5	
Ciências da natureza I	FAD	S1	140	50 (15T+30PL+50T)	5	
Educação visual e plástica	FAD	S1	140	65 (20TP+40PL+50T)	5	
Educação física	FAD	S1	140	65 (60TP+50T)	5	

2.º semestre

QUADRO N.º 2.2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Estudos da linguagem	FAD	S2	140	65 (30T+30TP+5OT)	5	
Elementos de matemática II	FAD	S2	140	65 (30T+30TP+5OT)	5	
Ciências da natureza II	FAD	S2	140	50 (15T+30PL+5OT)	5	
Educação musical	FAD	S2	140	50 (45TP+5OT)	5	
Expressão dramática e movimento	FAD	S2	140	65 (30TP+30PL+5OT)	5	
Pedagogia da infância	FEG	S2	140	50 (45TP+5OT)	5	

2.º ano/3.º semestre

QUADRO N.º 2.3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Semântica e pragmática do português	FAD	S3	140	50 (15T+30TP+5OT)	5	
Geometria e medida	FAD	S3	140	50 (15T+30TP+5OT)	5	
Biologia humana e saúde	FAD	S3	140	50 (45TP+5OT)	5	
Expressão dramática e educação musical	FAD	S3	140	65 (60TP+5OT)	5	
Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem da criança	FEG	S3	140	65 (15T+45TP+5OT)	5	
Tecnologias de informação e comunicação na prática profissional	IPP	S3	140	60 (30TP+30PL)	5	

4.º semestre

QUADRO N.º 2.4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Literatura para a infância e juventude	FAD	S4	140	50 (15T+30TP+5OT)	5	
Números e probabilidades	FAD	S4	140	50 (15T+30TP+5OT)	5	
História de Portugal	FAD	S4	140	50 (15T+30TP+5OT)	5	
Opção	FAD	S4	140	50 (30TP+10PL+5TC+5OT)	5	Opcional
Sociologia da infância e da educação	FEG	S4	140	50 (45TP+5OT)	5	
Contextos educativos e prática profissional	IPP	S4	140	65 (45TP+15TC+5OT)	5	

3.º ano/5.º semestre

QUADRO N.º 2.5

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Literacia e mediação leitora	FAD	S5	140	50 (15T+30TP+5OT)	5	
Desenvolvimento da linguagem e literacia	FAD	S5	140	50 (15T+30TP+5OT)	5	

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Geometria e padrões	FAD	S5	140	50 (15T+30TP+5OT)	5	
Educação ambiental e património cultural	FAD	S5	140	50 (45T+5OT)	5	
Organização e currículo da educação básica	FEG	S5	140	65 (52TP+8TC+5OT)	5	
Projectos interdisciplinares de investigação e acção pedagógica I	IPP	S5	140	65 (45TP+15TC+5OT)	5	

6.º semestre

QUADRO N.º 2.6

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Monografia em matemática elementar	FAD	S6	140	35 (30TP+5OT)	5	
Didáctica da língua portuguesa para a educação básica	DID	S6	140	50 (15T+30TP+5OT)	5	
Didáctica da matemática elementar	DID	S6	140	50 (15T+30TP+5OT)	5	
Iniciação à didáctica do estudo do meio	DID	S6	140	65 (60TP+5OT)	5	
Didáctica das expressões artísticas e da educação física	DID	S6	140	80 (65TP+10PL+5OT)	5	
Projectos interdisciplinares de investigação e acção pedagógica II	IPP	S6	140	50 (33TP+12TC+5OT)	5	

Quadro das disciplinas de opção oferecidas no âmbito da Unidade Curricular de Opção

No âmbito da unidade curricular de “Opção”, com 5 ECTS, o aluno terá de escolher entre uma das seguintes opções oferecidas:

	Áreas científicas	Horas de Contacto
Arte contemporânea e desenvolvimento de projectos	FAD	50 (30TP+10PL+5TC+5OT)
Cultura visual	FAD	50 (35TP+5PL+5TC+5OT)
Desenvolvimento motor	FAD	50 (45TP+5OT)
Animação lúdica e desportiva	FAD	50 (45TP+5OT)

ANEXO II

Regimes de precedências e coeficientes de ponderação para o cálculo da classificação final

1 — Regime de precedências — Não são estabelecidas precedências formais neste curso.

2 — Classificação final — A classificação final é obtida a partir das classificações de cada unidade curricular e das respectivas unidades ECTS. Não existem coeficientes de ponderação em função da área científica em que se enquadram. A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$\text{Média final} = \frac{\sum_{i=1}^n (C_i \times N_i)}{\sum_{i=1}^n C_i}$$

em que:

n é o número de unidades curriculares do plano de estudos;
 N_i é a classificação obtida em cada unidade curricular;
 C_i é o correspondente número de unidades ECTS.

Despacho n.º 22 726-I/2007

Nos termos do disposto no artigo 4.º da Resolução SU-159/06, de 6 de Novembro de 2006, do Senado Universitário da Universidade do Minho que, ao abrigo do disposto n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro; do n.º 2 do artigo 20.º dos Estatutos da Universidade do Minho, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 25 de Fevereiro de 2005; do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 155/89, de 11 de Maio e do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, aprovou a adequação do curso de Licenciatura em Matemática devidamente registada pela Direcção-Geral do Ensino Superior sob o n.º R/B-AD 144/2007;

Impõe-se, agora, proceder à aprovação da organização do correspondente plano de estudos.

Assim, sob proposta do Conselho Académico, determino:

1 — A organização do plano de estudos do Curso de Licenciatura em Matemática (1.º Ciclo), ministrado na Universidade do Minho, é a constante do Anexo I ao presente despacho.

2 — São igualmente fixados:

a) Os regimes de precedências e os coeficientes de ponderação para os cálculos de classificação final (Anexo II);

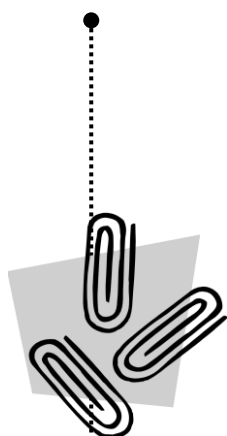
b) O plano de transição do Curso de Matemática para o novo Curso (Anexo III);

c) A tabela de equivalências entre disciplinas do anterior e do novo Curso (Anexo IV).

3 — O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar no ano lectivo de 2007-2008.

5 de Setembro de 2007. — O Reitor, *A. Guimarães Rodrigues*.

Anexo 7.08



Ciclos de Estudos Conducentes ao Grau de Mestre no âmbito da Educação Básica, na UM

**Mestrado em Educação Pré-Escolar (Despacho n.º 813/2011, de 11 de Janeiro),
Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico
(Despacho n.º 814/2011, de 11 de Janeiro), Mestrado em Ensino do 1.º e
2.º Ciclo do Ensino Básico (Despacho n.º 812/2011, de 11 de Janeiro)**

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Análise Sociológica da Educação	FEG	S3	140	T-15; TP-30; OT-5	5	Opção III.
Prática de Ensino Supervisionada	PES	Anual	1540	S-180; OT-60; E-42	55	

204147843

Despacho n.º 813/2011

Na sequência do registo de criação n.º R/B-Cr 240/2008, efectuado pela Direcção-Geral do Ensino Superior, do Mestrado em Educação Pré-Escolar;

Ao abrigo do disposto nos números 3 e 4 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, e no artigo 37.º, n.º 2 dos Estatutos da Universidade do Minho, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 5 de Dezembro de 2008;

Sob proposta do Instituto de Educação, determino:

1 — É aprovado o plano de estudos do Mestrado em Educação Pré-Escolar, nos termos constantes do anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar no ano lectivo de 2010-2011.

Universidade do Minho, 2 de Setembro de 2010. — O Reitor, *António M. Cunha*.

ANEXO**Mestrado em educação pré-escolar**

1 — Unidade orgânica: Instituto de Educação

2 — Ciclo de estudos: Mestrado em Educação Pré-Escolar

3 — Grau: Mestrado
4 — Área científica predominante do ciclo de estudos: Educação Pré-Escolar

5 — Número de créditos, necessário à obtenção do grau: 60 ECTS.

6 — Duração normal do ciclo de estudos: dois semestres.

7 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estrutura:

8 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

QUADRO 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Formação Educacional Geral	FEG	5	5
Didácticas Específicas	DID	20	
Prática de Ensino Supervisionada	PES	30	
<i>Total</i>		55	5

9 — Plano de estudos:

Universidade do Minho**Instituto de Educação****Mestrado Educação de Pré-Escolar****1.º ano/semestre 1**

QUADRO 2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Intervenção Precoce	FEG	S1	140	T-45; OT-5	5	Opcional. Opcional. Opcional.
Educação Multicultural	FEG	S1	140	T-45; OT-5	5	
Desenvolvimento Pessoal e Interação Social	FEG	S1	140	TP-18; TP-25; S-2; OT-5	5	
Educação e Cidadania	FEG	S1	140	T-45; OT-5	5	
Didáctica das Ciências Integradas e Língua Portuguesa	DID	S1	140	T-60; OT-5	5	
Didáctica das Expressões Artísticas e Educação Física no Jardim de Infância	DID	S1	140	T-45; OT-5	5	
Metodologia da Educação em Creche	DID	S1	140	T-45; OT-5	5	
Metodologia da Educação em Jardim de Infância	DID	S1	140	T-45; OT-5	5	

1.º ano/semestre 2

QUADRO 3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Prática de Ensino Supervisionada	PES	S2	840	S-45; OT-45; E-225	30	

204147802

Mestrado em Educação Pré-Escolar

Plano de Estudos

1º Semestre	Créditos
Intervenção Precoce	5
Didáctica das Ciências Integradas e Língua Portuguesa	5
Didáctica das Expressões Artísticas e Educação Física no Jardim-de-Infância	5
Metodologia da Educação em Creche	5
Metodologia da Educação em Jardim-de-Infância	5
Opção	5
Educação Multicultural	
Desenvolvimento Pessoal e Interação Social	
Educação e Cidadania	
2º Semestre	
Prática de Ensino Supervisionada	30

Nota: Serão definidas anualmente as UCs opcionais que funcionarão.

Despacho n.º 814/2011

Na sequência do registo de criação n.º R/B-Cr 267/2008, efectuado pela Direcção-Geral do Ensino Superior, do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico;

Ao abrigo do disposto nos números 3 e 4 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, e no artigo 37.º, n.º 2 dos Estatutos da Universidade do Minho, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 5 de Dezembro de 2008;

Sob proposta do Instituto de Educação, determino:

1 — É aprovado o plano de estudos do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, nos termos constantes do anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar no ano lectivo de 2010-2011.

Universidade do Minho, 2 de Setembro de 2010. — O Reitor, *António M. Cunha*.

ANEXO**Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º ciclo do ensino básico**

1 — Unidade orgânica: Instituto de Educação.

2 — Ciclo de estudos: Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

3 — Grau: Mestrado.

4 — Área científica predominante do ciclo de estudos: Ensino.

5 — Número de créditos, necessário à obtenção do grau: 90 ECTS.

6 — Duração normal do ciclo de estudos: três semestres.

7 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture:

8 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

QUADRO 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Formação na Área de Docência	FAD	5	5
Formação Educacional Geral	FEG	5	
Didácticas Específicas	DID	30	
Prática de Ensino Supervisionada	PES	45	
<i>Total</i>		85	5

9 — Plano de estudos:

Universidade do Minho**Instituto de Educação****Mestrado em Educação de Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico****1.º e 2.º ano/semestres 1, 2 e 3**

QUADRO 2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Expressões Artísticas e Educação Física no Jardim de Infância e Escola Básica.	FAD	S1	140	T-60; OT-5	5	
Educação Especial na Educação de Infância e Ensino Básico	FEG	S1	140	T-45; OT-5	5	
Didáctica da Língua Portuguesa	DID	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	
Didáctica da Matemática dos 4 aos 10 anos	DID	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	
Didáctica do Estudo do Meio	DID	S1	140	TP-60; OT-5	5	
Didáctica das Expressões Artísticas e Educação Física no Jardim de Infância e Escola Básica.	DID	S1	140	TP-40; PL-5	5	
Metodologia da Educação de Infância	DID	S2	140	TP-45; OT-5	5	
Desenvolvimento Curricular e Metodologia do Ensino Básico	DID	S2	140	TP-45; OT-5	5	
Organização Pedagógica da Educação Básica	FEG	S3	140	TP-45; OT-5	5	
Desenvolvimento Pessoal e Interação Social	FEG	S3	140	T-18; TP-25; S-2 OT-5	5	
Educação e Cidadania	FEG	S3	140	TP-45; OT-5	5	
Prática de Ensino Supervisionada na Educação de Infância e Ensino Básico	PES	S2 e S3	1260	S-135; OT-90; E-330	45	

204147738

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**Faculdade de Ciências Médicas****Aviso (extracto) n.º 1101/2011**

Nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 251.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e para cumprimento do estatuído na alínea d) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se pública a lista nominativa do pessoal da Faculdade de Ciências Médicas que cessou funções, no período compreendido entre 1 de Julho e 30 de Novembro de 2010:

Licenciada Maria Manuela Rodrigues da Silva Prates Machado Caetano — Técnico Superior, por aposentação em 31/10/2010;

Maria Luísa Rodrigues Mota de Campos Leitão — Assistente Técnico, por aposentação em 30/10/2010;

Maria Crisante de Oliveira Amaro — Técnico Superior, por aposentação em 01/11/2010;

Manuel Lopes Pereira dos Santos — Assistente Operacional, por aposentação em 01/11/2010.

30 de Dezembro de 2010. — O Director da Faculdade, *Prof. Doutor J. M. Caldas de Almeida*.

204149252

Aviso n.º 1102/2011

Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, provi-

denciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12, faz-se público que, por despacho do Senhor Reitor da Universidade Nova de Lisboa, de 13 de Dezembro de 2010, se encontra aberto pelo prazo de vinte dias úteis, a contar da data da afixação do presente Aviso, concurso externo de ingresso, para provimento de um lugar de Técnico de 2.ª classe da carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica de análises clínicas e de saúde pública previsto no mapa de pessoal da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, aprovado para o ano de 2010.

2 — O presente concurso rege-se pelas disposições legais previstas no Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12 e Portaria n.º 721/2000, de 05/09.

3 — Prazo de validade: — O concurso é válido para a vaga anunciada, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional: — é o constante do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12.

5 — Requisitos de admissão: — além dos requisitos gerais de admissão a que se refere o n.º 2 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12, os candidatos ao presente concurso deverão estar habilitados com curso previsto no artigo 14.º do referido decreto-lei.

Curso Superior ministrado nas Escolas Superiores de Tecnologia da Saúde, ou na Escola superior de Alcoitão, ou seu equivalente legal;

Curso Superior ministrado noutro estabelecimento de ensino superior no âmbito das profissões constantes do artigo 5.º deste diploma, um e outro legalmente reconhecidos.

6 — O local de trabalho situa-se no Campo Mártires da Pátria, 130, em Lisboa, sendo a estrutura remuneratória a correspondente à tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12 e as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Central.

7 — Métodos de selecção: Avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

7.1 — Na avaliação curricular que visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, são obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função:

a) A habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;

b) A nota final do curso de formação;

c) A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a profissão a que respeita o lugar posto a concurso, desde que promovidas por entidades públicas ou organizadas com a participação destas;

d) A experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na profissão a que se refere o concurso, bem como outras capacitações adequadas, com avaliação da sua natureza e duração;

e) O desempenho de actividades e a realização de trabalhos profissionais relevantes;

7.2. — Na entrevista profissional de selecção que visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, através dos seguintes factores:

a) Capacidade de análise e sentido crítico;

b) Motivação;

c) Grau de maturidade e responsabilidade;

d) Espírito de equipa;

e) Sociabilidade.

7.3 — Na classificação final resultante da aplicação do método de selecção é adoptada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9,5 valores.

8 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas, às quais os interessados terão acesso, nos termos da lei.

8.1 — Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

9 — As listas de candidatura e de classificação final do concurso serão afixadas no átrio da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa no Campo Mártires da Pátria, 130, em Lisboa.

10 — Apresentação de candidaturas:

10.1. — a candidatura é formalizada obrigatoriamente através do formulário disponível na página da Faculdade de Ciências Médicas em <http://www.fcm.unl.pt> — *Gestão de Recursos Humanos* — *Formulário*

de candidatura, e deverá ser entregue, até ao termo do prazo fixado no presente Aviso, pessoalmente durante as horas normais de funcionamento na Divisão de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências Médicas, sita no Campo Mártires da Pátria, 130, 1169-056 Lisboa, ou por carta registada com aviso de recepção, para a mesma morada, acompanhada, dos seguintes documentos:

a) Fotocópia legível do certificado de habilitações,

b) Fotocópia do número de identificação fiscal;

c) Documentos comprovativos das habilitações profissionais (especializações, seminários e acções de formação), dos quais constem as suas designações, os períodos em que decorreram e a respectiva duração;

d) 3 exemplares do *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado pelos candidatos;

e) Declaração sob compromisso de honra de que reúne os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas previstos no n.º 2 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12.

11 — A não apresentação dos documentos referidos nas alíneas a) a e) do ponto 10.1 determina a exclusão do concurso.

12 — Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.

13 — Assiste ao júri a faculdade de solicitar aos candidatos em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos dos factos por eles referidos, e que possam relevar para a apreciação do seu mérito.

14. — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão puníveis nos termos da lei Penal.

15 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente:

Professora Doutora Sílvia Margarida Vilares Santos Conde, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria Teresa Martins Lopes, técnica superior da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Iolanda Baptista Gonçalves Caires Correia, Técnica de 1.ª classe de Diagnóstico e Terapêutica, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa

Vogais suplentes:

Dr.ª Fernanda Maria Gonçalves da Silva, Técnica de 1.ª classe de Diagnóstico e Terapêutica, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa

Dr.ª Ana Sofia Marques de Sousa Mendes Tavares, Técnica Superior, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, 30 de Dezembro de 2010. — O Director, *Prof. Doutor J. M. Caldas de Almeida*.

204149488

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Aviso n.º 1103/2011

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum com vista ao recrutamento de um Técnico Superior da carreira geral de Técnico Superior para a Área de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais da Divisão de Património e Económico, do Núcleo de Obras, Manutenção e Equipamento, aberto por Aviso n.º 17758/2010, publicado no DR, 2.ª série, n.º 175, de 8 de Setembro, homologada por despacho de 22 de Dezembro de 2010, do Senhor Director da FCSH. Para efeitos do disposto nos números 4 e 5 do referido artigo 36.º, ficam notificados todos os candidatos a este procedimento concursal, conforme previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da mencionada Portaria.

Lista unitária de ordenação final

Nome	Resultado final (0 a 20 Valores)		
Marco Alexandre dos Santos Ferreira Lopes	16,24	Aprovado	1.º
Ana Isabel Guerreiro Martins	10,92	Aprovado	2.º

Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

Plano de Estudos

1º semestre	Créditos
Expressões Artísticas e Educação Física no Jardim-de-Infância e Escola Básica	5
Educação Especial na Educação de Infância e Ensino Básico	5
Didáctica da Língua Portuguesa	5
Didáctica da matemática dos 4 aos 10 anos	5
Didáctica do estudo do meio	5
Didáctica das expressões artísticas e educação física no Jardim-de-Infância e escola básica	5
2º semestre	
Metodologia da Educação de Infância	5
Desenvolvimento curricular e metodologia do ensino básico	5
Prática de Ensino Supervisionada na Educação de Infância e Ensino Básico	20
3º semestre	
Prática de Ensino Supervisionada na Educação de Infância e Ensino Básico	25
Opção	5
Organização pedagógica da educação básica	
Desenvolvimento Pessoal e Interacção Social	
Educação e Cidadania	

Nota: Serão definidas anualmente as UCs opcionais que funcionarão.

a) Atento o conteúdo do posto de trabalho a ocupar, serão valoradas, a habilitação académica, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho.

b) Este método será valorado numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

c) Na acta da primeira reunião do júri serão definidos os parâmetros de avaliação e a respectiva ponderação bem como a grelha classificativa e o sistema de valoração final deste método de selecção. A acta será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

d) Os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores consideram-se excluídos do procedimento, não sendo chamados à aplicação do método seguinte.

13.2.1.1 — Entrevista de Avaliação de Competências — Visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

a) Para esse efeito haverá um guião de entrevista composto por um conjunto de questões directamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido, associada a uma grelha de avaliação individual que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em análise.

b) O método é avaliado segundo níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respectivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

c) A obtenção, pelos candidatos que passaram a este método de selecção, de valoração inferior a 9,5 valores determina a sua exclusão da valoração final.

13.2.1.2 — A classificação final será expressa numa escala de 0 a 20 valores através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = 0,60 AC + 0,40 EAC$$

em que:

CF = Classificação final

AC = Avaliação curricular

EAC = Entrevista de avaliação de competências

14 — Excepcionalmente, e considerando o carácter urgente do procedimento e a necessidade premente de repor a capacidade de resposta do serviço em causa no âmbito das atribuições que lhe estão cometidas, por grave carência de recursos humanos na área a que respeita o recrutamento, poderá ser utilizada apenas a prova de conhecimentos ou a avaliação curricular, complementado com o método de selecção facultativo, entrevista profissional de selecção. Nos termos do artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o método de selecção obrigatório será aplicado, num primeiro momento, à totalidade dos candidatos admitidos ao procedimento. O segundo método de selecção será aplicado apenas aos candidatos aprovados no método anterior. Estes candidatos serão convocados por tranches sucessivas de três candidatos, por ordem decrescente de classificação, e respeitando as prioridades legais da respectiva situação jurídico-funcional. Serão excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos, não lhes sendo aplicado o método seguinte.

15 — Os candidatos admitidos serão convocados para a realização dos métodos de selecção, por notificação, nos termos previstos no artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da mesma. A notificação indicará o dia, hora e local da realização dos métodos de selecção. Os candidatos excluídos serão, como estatui o n.º 1 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, notificados por uma das formas previstas nas alíneas a), b) ou d) do n.º 3 do mesmo artigo, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

16 — Em conformidade com o disposto na alínea t) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, os candidatos têm acesso às actas do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, desde que o solicitem.

17 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de selecção é efectuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público no Edifício da Penteada, junto à Recepção e no Edifício do Colégio dos Jesuítas, junto à Unidade de Recursos Humanos e disponibilizada na sua página electrónica.

18 — A lista unitária de ordenação final, após homologação, será publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público no Edifício da Penteada, junto à Recepção e no Edifício do Colégio dos Jesuítas, junto à Unidade de Recursos Humanos e disponibilizada na sua página electrónica.

19 — Em caso de igualdade de valoração, os critérios de desempate a adoptar são os constantes do artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

20 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição “A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação”.

21 — Posicionamento remuneratório: De acordo com o artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

22 — O Júri terá a seguinte composição:

Presidente — Licenciado António Manuel Ramalho Pires, Responsável pelo Gabinete de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas da Universidade da Madeira;

1.º Vogal efectivo — Licenciado Duarte Nuno Fernandes Homem Costa, Especialista de Informática da Universidade da Madeira, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efectivo — Licenciado Gonçalo Nuno Sol Teixeira, Especialista de Informática da Universidade da Madeira;

1.º Vogal suplente — Licenciado Paulo da Silva Figueira, Especialista de Informática da Universidade da Madeira;

2.º Vogal suplente — Licenciado Pedro Dionísio Valente, Especialista de Informática da Universidade da Madeira.

23 — Quotas de Emprego: De acordo com o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no formulário de candidatura a incapacidade e o tipo de deficiência.

24 — Prazo de validade: o concurso é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a concurso, e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro (reserva de recrutamento interna).

ANEXO I

Bibliografia e Legislação

- Constituição da República Portuguesa;
Código de Procedimento Administrativo — Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e alterado pelo Acórdão n.º 118/97, de 24 de Abril;
Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior — Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro;
Estatutos da Universidade da Madeira — Despacho normativo n.º 53/2008, de 17 de Outubro;
Regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas — Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e Lei n.º 34/2010, de 02 de Setembro;
Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas — Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril;

22 de Dezembro de 2010. — O Reitor da Universidade da Madeira,
José Manuel Nunes Castanheira da Costa.

204145089

UNIVERSIDADE DO MINHO

Reitoria

Despacho n.º 812/2011

Na sequência do registo de criação n.º R/B-Cr 268/2008, efectuado pela Direcção-Geral do Ensino Superior, do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico;

Ao abrigo do disposto nos números 3 e 4 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, e no artigo 37.º, n.º 2 dos Estatutos da Universidade do Minho, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 5 de Dezembro de 2008;

Sob proposta do Instituto de Educação, determino:

1 — É aprovado o plano de estudos do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Básico, nos termos constantes do anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar no ano lectivo de 2010-2011.

Universidade do Minho, 2 de Setembro de 2010. — O Reitor, *António M. Cunha*.

ANEXO

Mestrado em ensino do 1.º e do 2.º ciclo do ensino básico

- 1 — Unidade orgânica: Instituto de Educação
 2 — Ciclo de estudos: Mestrado em Ensino do 1.º e do 2.º Ciclo do Ensino Básico
 3 — Grau: Mestrado
 4 — Área científica predominante do ciclo de estudos: Ensino
 5 — Número de créditos, necessário à obtenção do grau: 120 ECTS.
 6 — Duração normal do ciclo de estudos: quatro semestres.
 7 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estrutura:

8 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

QUADRO 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Formação na Área de Docência	FAD	20	10
Formação Educacional Geral . . .	FEG	5	5
Didáticas Específicas	DID	25	
Prática de Ensino Supervisionada	PES	55	
<i>Total</i>		105	15

9 — Plano de estudos:

Universidade do Minho**Instituto de Educação****Mestrado em Ensino do 1.º e do 2.º Ciclo do Ensino Básico****1.º ano/semestre 1**

QUADRO 2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Análise Linguística do Discurso	FAD	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	Opção I.
Pragmática da Comunicação Literária para a Infância e Juventude.	FAD	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	Opção I.
História da Aritmética e da Álgebra	FAD	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	Opção II.
Resolução de Problemas em Geometria	FAD	S1	140	TP-45; OT-5	5	Opção II.
Teoria de Números	FAD	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	Opção II.
Espaço e Sociedade	FAD	S1	210	TP-40; TC-20 S-15; OT-5	7.5	
A Terra e a Diversidade Biológica	FAD	S1	210	T-25; PL-50; OT-5	7.5	
Expressões Artísticas e Educação Física no Ensino Básico	FAD	S1	140	TP-60; OT-5	5	

1.º ano/semestre 2

QUADRO 3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Educação Especial no Ensino Básico	FEG	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	
Desenvolvimento Curricular e Metodologia do Ensino Básico	DID	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	
Didáctica da Língua Portuguesa para o Ensino Básico	DID	S1	140	T-15; TP-30; OT-5	5	
Didáctica da Matemática dos 6 aos 12 Anos	DID	S1	140	T-20; TP-40; OT-5	5	
Didáctica das Ciências da Natureza, da História e da Geografia de Portugal.	DID	S1	140	TP-60; OT-5	5	
Didáctica das Expressões Artísticas e Educação Física no Ensino Básico.	DID	S1	140	TP-40; PL-5	5	

2.º ano/semestres 3 e 4

QUADRO 4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Organização Pedagógica da Educação Básica	FEG	S3	140	TP-45; OT-5	5	Opção III.
Desenvolvimento Pessoal e Interação Social	FEG	S3	140	T-18; TP-25; S-2; OT-5	5	Opção III.
Educação e Cidadania	FEG	S3	140	T-15; TP-30; OT-5	5	Opção III.

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Análise Sociológica da Educação	FEG	S3	140	T-15; TP-30; OT-5	5	Opção III.
Prática de Ensino Supervisionada	PES	Anual	1540	S-180; OT-60; E-42	55	

204147843

Despacho n.º 813/2011

Na sequência do registo de criação n.º R/B-Cr 240/2008, efectuado pela Direcção-Geral do Ensino Superior, do Mestrado em Educação Pré-Escolar;

Ao abrigo do disposto nos números 3 e 4 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, e no artigo 37.º, n.º 2 dos Estatutos da Universidade do Minho, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 5 de Dezembro de 2008;

Sob proposta do Instituto de Educação, determino:

1 — É aprovado o plano de estudos do Mestrado em Educação Pré-Escolar, nos termos constantes do anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O plano de estudos assim aprovado começa a vigorar no ano lectivo de 2010-2011.

Universidade do Minho, 2 de Setembro de 2010. — O Reitor, *António M. Cunha*.

ANEXO**Mestrado em educação pré-escolar**

1 — Unidade orgânica: Instituto de Educação

2 — Ciclo de estudos: Mestrado em Educação Pré-Escolar

3 — Grau: Mestrado

4 — Área científica predominante do ciclo de estudos: Educação Pré-Escolar

5 — Número de créditos, necessário à obtenção do grau: 60 ECTS.

6 — Duração normal do ciclo de estudos: dois semestres.

7 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture:

8 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

QUADRO 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Formação Educacional Geral	FEG	5	5
Didácticas Específicas	DID	20	
Prática de Ensino Supervisionada	PES	30	
<i>Total</i>		55	5

9 — Plano de estudos:

Universidade do Minho**Instituto de Educação****Mestrado Educação de Pré-Escolar****1.º ano/semestre 1**

QUADRO 2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Intervenção Precoce	FEG	S1	140	T-45; OT-5	5	Opcional. Opcional. Opcional.
Educação Multicultural	FEG	S1	140	T-45; OT-5	5	
Desenvolvimento Pessoal e Interação Social	FEG	S1	140	TP-18; TP-25; S-2; OT-5	5	
Educação e Cidadania	FEG	S1	140	T-45; OT-5	5	
Didáctica das Ciências Integradas e Língua Portuguesa	DID	S1	140	T-60; OT-5	5	
Didáctica das Expressões Artísticas e Educação Física no Jardim de Infância	DID	S1	140	T-45; OT-5	5	
Metodologia da Educação em Creche	DID	S1	140	T-45; OT-5	5	
Metodologia da Educação em Jardim de Infância	DID	S1	140	T-45; OT-5	5	

1.º ano/semestre 2

QUADRO 3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Prática de Ensino Supervisionada	PES	S2	840	S-45; OT-45; E-225	30	

204147802

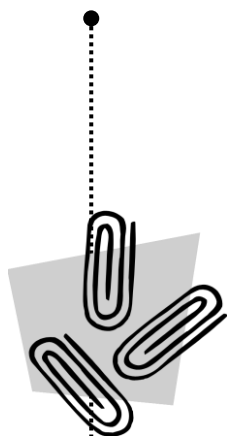
Mestrado em Ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico

Plano de Estudos

1º Semestre	Créditos
Espaço e Sociedade	7,5
A Terra e a Diversidade Biológica	7,5
Expressões Artísticas e Educação Física no Ensino Básico	5
Opção I	5
Análise Linguística dCo Discurso	
Pragmática da Comunicação Literária para a Infância e Juventude	
Opção II	
História da Aritmética e da Álgebra	5
Resolução de Problemas em Geometria	
Teoria dos Números	
2º Semestre	
Educação Especial no Ensino Básico	5
Desenvolvimento Curricular e Metodologia do Ensino Básico	5
Didáctica da Língua Portuguesa para o Ensino Básico	5
Didáctica da Matemática dos 6 aos 12 Anos	5
Didáctica das Ciências da Natureza, da História e da Geografia de Portugal	5
Didáctica das Expressões Artísticas e Educação Física no Ensino Básico	5
3º e 4º Semestres	
Prática de Ensino Supervisionada	55
Opção III	5
Organização Pedagógica da Educação Básica	
Desenvolvimento Pessoal e Interacção Social	
Educação e Cidadania	
Análise Sociológica da Educação	

Nota: Serão definidas anualmente as UCs opcionais que funcionarão.

Anexo 7.09



**Projecto Curricular de
Prática Pedagógica IV / Estágio**
(Orientações para a Supervisão e Avaliação da Prática Pedagógica)

PROJECTO CURRICULAR DE ESTÁGIO

ORIENTAÇÕES PARA A
SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Curso de Licenciatura em Ensino Básico (1º Ciclo)
PRÁTICA PEDAGÓGICA IV- ESTÁGIO
Ano lectivo de 2001-2002

Introdução

Neste documento apresentam-se as orientações fundamentais para a supervisão e avaliação dos alunos na Prática Pedagógica IV, permitindo criar as condições para a construção de uma visão partilhada do projecto formativo a desenvolver neste processo, do qual a avaliação é um elemento regulador imprescindível. Estas orientações sustentam-se nos princípios regem a formação e no perfil profissional de professor a formar. Assim, pretende-se que este documento de trabalho sirva como base para a discussão acerca do modelo de profissionalidade docente, das concepções e estratégias formativas e de supervisão mais adequadas e dos papeis e relações desejáveis entre os diferentes participantes no processo. É na clarificação destes aspectos que a avaliação dos processos e dos resultados adquire um sentido, como componente que permite compreender e determinar o valor e a qualidade da formação, à luz de determinados princípios e objectivos que orientam o projecto de desenvolvimento pessoal e profissional dos futuros professores.

A coordenadora da Prática Pedagógica IV

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA FORMAÇÃO

1. O processo formativo dos estagiários deve entender-se *em ligação estreita com o processo de mudança da escola*, entendida como comunidade educativa com projecto.
2. A formação deve basear-se num *processo contínuo e sistemático de planificação-acção-reflexão*, numa perspectiva investigativa e colaborativa.
3. O processo formativo deve incidir sobre *todas as dimensões do perfil profissional de um professor*, nos seus diferentes âmbitos de intervenção: sala de aula, escola, comunidade envolvente.
4. O processo formativo deve fomentar a capacidade do estagiário para progressivamente *tomar decisões autónomas*, teoricamente fundamentadas e contextualmente adequadas, com base no diagnóstico e caracterização das situações.
5. O processo deve privilegiar as *actividades e experiências significativas* e relevantes para a formação do estagiário.
6. A supervisão deve basear-se num *processo contínuo de feed-back objectivo e construtivo* sobre a actuação educativa do formando.
7. O professor-cooperante, mais do que servir de modelo, deve criar condições favoráveis à *emergência de um estilo pessoal* do estagiário.
8. O desenvolvimento do processo baseia-se na criação de um *clima de comunicação e colaboração* aberta e democrática entre todos os participantes.
9. O estágio, enquanto momento privilegiado de *integração da teoria e a prática*, deve ser considerado como o ponto de partida de um processo de *formação contínua ao longo da vida*.
10. Todos estes princípios se justificam e adquirem sentido em função da melhoria do *desenvolvimento organizacional* da escola, do *desenvolvimento profissional* dos professores e do *desenvolvimento integral dos alunos*.

Supervisão: processo interactivo e colaborativo de apoio e estímulo à construção do conhecimento profissional, através do desenvolvimento de atitudes e capacidades reflexivas e de auto-conhecimento, baseado em ciclos continuados de planificação—intervenção/observação—feed-back/reflexão.

Objectivos do processo de supervisão

- **Diagnosticar as necessidades** do formando de modo a poder oferecer a ajuda e orientação adequadas.
- Facilitar a aquisição e desenvolvimento de **competências e metodologias** variadas de ensino-aprendizagem, através de processos de **investigação e experimentação**.
- Possibilitar situações em que o formando **reflita de forma sistemática** sobre a sua prática, desenvolvendo atitudes e capacidades reflexivas que o levem progressivamente à clarificação dos "**valores**" e das suas "**teorias práticas**", o que lhe permitirá "**agir com compreensão**".
- Oferecer ao formando um **feed-back** objectivo, rigoroso e construtivo da sua actuação educativa.
- Realizar a **avaliação contínua e formativa** do formando, partilhando com ele os critérios de avaliação e envolvendo-o num processo de **auto-avaliação**.
- **Orientar e apoiar** o formando na resolução dos **problemas emocionais** e dos **conflitos cognitivos e afectivos** que acompanham o processo de mudança.
- Promover um **clima de comunicação e colaboração** entre os participantes no processo de formação.
- Favorecer a **integração do formando** nas diferentes estruturas da escola.
- Levar o formando a desenvolver **atitudes positivas perante à inovação** numa perspectiva de desenvolvimento profissional ao longo da vida.
- Ajudar o formando a definir o seu **projecto profissional** como docente, construindo progressivamente o seu **estilo pessoal**.

PERFIL PROFISSIONAL DO PROFESSOR A FORMAR

Modelo de professor: investigador, reflexivo, colaborador, aberto à inovação e participante activo e crítico em diferentes contextos educativos: sala de aula, escola, comunidade envolvente e comunidade alargada.

Perfil profissional integrado, constituído por três dimensões interrelacionadas: capacidades e atitudes de investigação e reflexão; competências curriculares e pedagógico-didácticas; valores e atitudes pessoais e relacionais.

Competência: ser capaz de *agir* e *reagir* de forma adequada perante situações mais ou menos complexas, através da mobilização e combinação de saberes, atitudes e capacidades pessoais, num contexto determinado e enquadrado num marco de valores.

A competência implica:

- *um saber mobilizar*: os saberes e saber-fazer num contexto particular;
- *um saber combinar*: escolher e combinar de forma pertinente o seu manancial de saberes e saber-fazer;
- *um saber agir e reagir*: face a acontecimentos e situações complexas, indo mais além do que está pré-determinado;
- *um saber transferir*: não se limitando a repetir. Saber inovar e promover a evolução da sua competência em função das modificações do contexto.
- *um saber partilhar*: não se é competente sozinho — é cada vez mais importante saber articular as suas competências com as dos outros, para assegurar a produtividade das equipas e para gerir os processos e projectos transversais.

As competências não existem por si próprias; o que existem são pessoas possuidoras de competências. Por isso, não podem ser reconhecidas e avaliadas independentemente dos indivíduos que delas são portadores e da sua participação activa em contextos determinados.

DIMENSÕES DO PERFIL PROFISSIONAL DO PROFESSOR DO 1º CICLO

1. COMPETÊNCIAS E ATITUDES DE INVESTIGAÇÃO E REFLEXÃO

1.1. CAPACIDADES DE COMPREENSÃO

No conteúdo e forma de apresentação do dossier de prática e dos relatórios de reflexão:

- Correção na interpretação dos conceitos fundamentais.
- Capacidade de relação e estruturação dos conceitos.
- Rigor e clareza na apresentação dos trabalhos.

1.2. COMPETÊNCIAS INVESTIGATIVAS

No diagnóstico e definição de problemas e na utilização de instrumentos de recolha, análise e interpretação de dados (grellhas de observação, entrevistas, questionários, diário...):

- Definição e equacionamento de problemas/questões significativas.
- Elaboração de hipóteses.
- Selecção de técnicas de recolha de dados.
- Utilização de técnicas de análise dos dados.
- Interpretação de dados à luz da teoria.
- Elaboração de conclusões.

1.3. COMPETÊNCIAS REFLEXIVAS

Na observação, caracterização, análise criteriosa e crítica da prática (sua e dos outros) à luz da teoria (relatórios de reflexão, diário, intervenções orais, registos...):

- Observar, descrever e interpretar situações à luz da teoria.
- Examinar e avaliar criticamente implicações e consequências das acções.
- Reformular e reconstruir concepções e práticas a partir da sua análise sistemática.
- Procurar definir o projecto pessoal e profissional.
- Partilhar e comunicar sentimentos, ideias e reflexões.

1.4. COMPETÊNCIAS DECISÓRIAS

Na caracterização e avaliação criteriosa, adequada e criativa das situações e problemas, adequando a intervenção às suas exigências:

- Planificação fundamentada e adequada das actividades.

- Adequação da intervenção em função das exigências do contexto e das necessidades dos alunos.
- Resolução adequada das situações dilemáticas.
- Procura de estratégias inovadoras para melhorar o processo educativo.

2. COMPETÊNCIAS CURRICULARES E PEDAGÓGICO-DIDÁCTICAS

2.1. DESENHO INTEGRADO DO PROJECTO CURRICULAR

- Na capacidade para construir projectos curriculares integrados, fundamentados teoricamente e adequados às características dos contextos educativos
- Na mobilização e integração de conhecimentos científicos das áreas e das competências necessárias à promoção da aprendizagem dos alunos.
 - a) Área de Língua Portuguesa
 - b) Área de Matemática
 - c) Área de Estudo do Meio
 - d) Área de Educação Artística
 - e) Área de Educação Física

2.2. ORGANIZAÇÃO DE AMBIENTES EDUCATIVOS DE QUALIDADE

Na planificação, desenvolvimento/condução e avaliação das actividades na sala de aula e outros espaços, orientados por uma concepção curricular integrada e flexível, e por uma perspectiva construtivista, interactiva e crítica do ensino:

- Motivação (implicação cognitiva e afectiva dos alunos).
- Relação afectiva e criação de um clima sócio-emocional positivo.
- Negociação e gestão de normas e regras.
- Condução dos processos de interacção.
- Comunicação didáctica (estrutura, clareza, adequação da linguagem).
- Rigor científico no tratamento dos conteúdos.
- Abordagem integradora das áreas curriculares.
- Realização das actividades diversificadas, activas, significativas e globalizadoras.
- Gestão e organização do espaço, tempo, das formas de agrupamento.
- Confecção, diversificação e utilização dos materiais didácticos.
- Adequação aos ritmos e necessidades diversificadas dos alunos.
- Estimulação de processos de aprendizagem auto-regulada.
- Avaliação e registo do processo e resultados da aprendizagem.

3. VALORES E ATITUDES RELACIONAIS

3.1. ATITUDES COLABORATIVAS

- Capacidade para desenvolver projectos em colaboração, desenvolvendo atitudes de respeito, cooperação e partilha de ideias, sentimentos, valores, responsabilidades, etc.

3.2. ATITUDES DE ABERTURA E FLEXIBILIDADE

- Disposição para aceitar a mudança, para aprender a aprender e para promover a inovação.

3.3. ATITUDES ÉTICAS

- Capacidade para se consciencializar da dimensão ética da função docente, assumindo atitudes de responsabilidade, coerência, respeito, honestidade e prudência no seu comportamento profissional.

3.4. ATITUDES DE ENTUSIASMO

- Gosto, interesse e fruição no desempenho das actividades realizadas nos diferentes contextos de prática.

PROJECTO DE ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA IV PARA O ANO LECTIVO DE 2001-2002

Princípios organizadores

- As disciplinas que constam do plano curricular do 4º ano devem ser entendidas como espaços articulados com a prática, o que implica que, tanto as metodologias como o sistema de avaliação a utilizar, sejam relevantes e significativas para a mesma. Os docentes destas disciplinas poderão assistir às aulas nas escolas, de acordo com o projecto de Prática pedagógica.
- No curso de licenciatura em ensino básico – 1ºciclo, o acompanhamento da prática será feito por uma equipa interdisciplinar de supervisão, constituída por docentes de diferentes áreas disciplinares sob a coordenação da directora de curso e responsável pela disciplina de PPIV.
- Esta equipa de coordenação estabelece a articulação entre as escolas de PP e respectivos professores cooperantes, os supervisores do IEC e os docentes das disciplinas.
- Para concretizar esta articulação, é criada uma Comissão de PP IV para cada curso, da qual fazem parte os coordenadores, a equipa de supervisão, 5 representantes dos professores cooperantes e 2 representantes dos alunos
- O projecto curricular de PP é elaborado pela equipa coordenadora, ouvidos todos os professores do 4º ano, e aprovado na 1ª reunião da Comissão de PPIV. Este projecto, que deve sustentar-se no perfil de professor/educador a formar, define os princípios orientadores, objectivos, plano de actividades, dinâmica de acompanhamento e sistema de avaliação. Define também as competências e funções dos diferentes intervenientes no processo.
- A organização da PP IV segue o critério de uma indução progressiva no terreno o que obriga a uma reestruturação do calendário e respectivas cargas horárias, relativamente ao que está definido nos respectivos planos curriculares. Assim se procederá a uma *organização trimestral com um número de horas diferenciado do 1º ao 3º trimestre, o que obriga também a uma reestruturação da carga horária das disciplinas, mantendo, contudo, o número de horas estabelecido no plano curricular.*

**Calendarização e distribuição da carga lectiva para o 4ºano das
Licenciaturas em Ensino Básico 1ºCiclo– 2001/2002**

1. O calendário para a Prática Pedagógica IV é o indicado no anexo nº 1
2. O calendário para as diferentes disciplinas funcionará de acordo com o calendário escolar normal da Universidade.
3. De forma a ser possível a concentração de PPIV em determinados períodos, a carga horária das disciplinas será redistribuída, mantendo, contudo, o número de horas previsto no plano de estudos.
4. No Curso do Ensino Básico (1º Ciclo), no período intensivo de prática pedagógica, as disciplinas de modalidade “Oficina” e a “Integração Curricular das TIC” funcionam em regime de atendimento, constando do horário do docente. A “Oficina de Expressões” funciona no 1º semestre, como consta do plano curricular.
5. A redistribuição das cargas lectivas das diferentes licenciaturas é a seguinte:

1º Semestre	2º Semestre
Necessidades Educativas Especiais . - 4h	Necessidades Educativas Especiais . - 3h (de 03/04 a 25/05)
Oficina de Expressões - 3h	
Outras Oficinas - 4h	Outras oficinas - 4h
Integração curricular das TIC..... - 1h	Integração curricular das TIC - 1h
Seminário - 3h	Seminário - 3h

CALENDÁRIO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA IV (ESTÁGIO)

Trimestre	Calendário	Dias de PP	Semanas
1º trimestre	24/09 a 04/10	Prática intensiva	2 semanas
	08/10 a 14/12	1 dia por semana (5h)	9 semanas
2º trimestre	21/01 a 22/03	4 dias por semana (20h)	8 semanas
3º trimestre	08/04 a 31/05	3 dias por semana (15h)	8 semanas

Interrupções: - 29/10 a 02/11
- 11/02 a 15/02

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E PEDAGÓGICA DO ESTÁGIO NO PERÍODO INTENSIVO DE PRÁTICA

1. Na sequência do trabalho desenvolvido no 1º período e com base no projecto educativo/curricular da escola e da turma cada grupo faz o desenho global de um Projecto Curricular Integrado que sustenta e orienta as decisões a tomar ao longo deste período de prática intensiva e que se vai concretizar no desenvolvimento de actividades integradoras/unidades didácticas globalizadoras. Estas actividades integradoras que se organizam em torno de problemas significativos para as crianças (questões geradoras) permitem desencadear todo um percurso de ensino-aprendizagem baseado na investigação, na colaboração e na reflexão, permitindo às crianças a (re)construção activa do saber e da experiência. Permitem também articular os conteúdos das diferentes áreas do currículo e a sua mobilização no desenvolvimento de competências que as diferentes experiências de aprendizagem exigem dos alunos.
2. Em termos organizativos, para cada semana, os grupos planificarão uma actividade integradora decorrente do projecto curricular.

Desenho do Projecto Curricular

Como é do conhecimento dos alunos, o projecto curricular integrado articula-se em torno das seguintes questões:

Quem somos?

Quais as nossas prioridades?

O que pretendemos?

Como e quando o vamos conseguir?

Como nos organizamos?

Como saberemos o quê e como o estamos a conseguir?

Como saberemos o que conseguimos?

Como vamos comunicar o projecto à comunidade educativa?

Planificação semanal de grupo: Actividade Integradora

- Núcleo globalizador e questões geradoras (problemas a investigar)
- Competências transversais e específicas
- Mapa de conteúdos a adquirir ou mobilizar: Conceptuais, procedimentais e atitudinais
- Actividades/experiências de aprendizagem

Dia	Problemas a investigar	Actividades	Recursos	Avaliação

- Aspectos a ter em conta na diferenciação pedagógica

Reflexão semanal de grupo

Esta reflexão deve basear-se nas seguintes orientações, embora não necessariamente seguindo os pontos por separado:

1. narrativa das experiências mais significativas;
2. interpretação à luz da teoria;
3. aprendizagens e implicações para a formação/ensino;
4. propostas de melhoria.

Planificação individual

Deve ser feita com base nas opções da planificação semanal, embora cada aluno/estagiário poderá encontrar um estilo próprio na forma de fazer o registo, sendo entendida mais como um instrumento para pensar e orientar a prática do que um requisito burocrático para constar do dossier.

O que deve constar do dossier

- O desenho global do Projecto Curricular Integrado
- A planificação da actividade integradora semanal feita em grupo
- A reflexão semanal de grupo

As planificações individuais devem constar de um *dossier individual* e poderão ser mostradas ao professor supervisor ou professor cooperante, sempre que estes considerarem conveniente. Recomenda-se aos professores cooperantes que contribuam para criar as condições para que os estagiários encontrem um contexto adequado para pôr em prática as opções curriculares e pedagógicas que lhes permitam inovar, na procura progressiva do seu estilo pessoal e profissional. O clima de diálogo e confiança já criado nesta altura permitirá que isto se possa concretizar.

Quanto aos professores supervisores, recomenda-se que adoptem estas orientações, de forma a haver coerência de perspectivas e níveis de exigência entre os diferentes grupos.

Lembra-se também a todos os participantes neste processo que consultem as decisões tomadas na reunião da Comissão de PPIV sobre as funções dos diferentes intervenientes e sobre o sistema de avaliação contínua e final, de forma a construir de forma partilhada o projecto de prática, com o maior rigor e qualidade possível.

FUNÇÕES DOS INTERVENIENTES NA PPIV (1º semestre)

PROFESSORES SUPERVISORES

- Reúnem uma vez cada quinze dias com o seu grupo, em horário a combinar, para planificação, reflexão e diálogo sobre o andamento da prática.
- Realizam 2 visitas a cada grupo respeitando as fases do ciclo de supervisão: Planificação conjunta, observação e feed-back.
- Fazem o acompanhamento e avaliação contínua do dossier de PP.
- Reúnem com o professor cooperante duas vezes como mínimo, uma na metade do semestre e outra no final para realizar a avaliação formativa dos alunos.
- Poderão orientar algum Seminário a pedido do docente responsável.

PROFESSORES COOPERANTES

- Reúnem uma vez por semana com o seu grupo para planificação, reflexão e diálogo sobre o andamento da prática.
- Realizam a observação e recolha de dados sistemática sobre a intervenção dos formandos, de forma a poderem desenvolver uma avaliação continuada e formativa.
- Favorecem a integração dos formandos nas diferentes estruturas e iniciativas da escola.
- Reúnem pelo menos duas vezes com o professor supervisor, uma na metade do semestre e outra no final para realizar a avaliação formativa dos formandos. Para além disso, poderão solicitar ao professor supervisor uma reunião, sempre que acharem necessário.

ALUNOS

- Durante as duas semanas intensivas fazem a caracterização da escola e da turma e colaboram com o professor cooperante nas actividades lectivas.
- Durante o resto do semestre, um dia por semana (6ª feira), cada grupo assume a responsabilidade pela prática, planificando a sua intervenção de forma articulada em equipa.
- Elaboram o *dossier de prática* em moldes a definir no Seminário.
- No final do semestre, fazem um *relatório de reflexão individual* sobre a prática a ser avaliado pelos docentes do Seminário.
- Reúnem quinzenalmente com o seu professor supervisor, em horário a definir.
- Reúnem semanalmente com o seu professor cooperante em horário a definir.

2º Semestre

PROFESSORES SUPERVISORES

- Reúnem uma vez cada quinze dias com o seu grupo, em horário a combinar, para planificação, reflexão e feed-back sobre o andamento da prática.
- Realizam, no mínimo, 3 visitas a cada grupo respeitando as fases do ciclo de supervisão: Planificação conjunta, observação e feed-back. Isto permitirá uma observação a cada um dos alunos. Recomenda-se que cada visita permita recolher dados suficientes para poder fazer um acompanhamento e avaliação consistente e fundamentada de cada um dos alunos. Isto significa que cada observação deve abranger, como mínimo, um dos dois turnos em que se divide a manhã.
- Fazem o acompanhamento e avaliação contínua do dossier de Prática Pedagógica.
- Reúnem com o professor cooperante duas vezes como mínimo, uma na metade do trimestre e outra no final para realizar a avaliação formativa dos alunos.

PROFESSORES COOPERANTES

- Reúnem uma vez por semana com o seu grupo para planificação, reflexão e feed-back sobre o andamento da prática.
- Realizam a observação e recolha de dados sistemática sobre a intervenção dos formandos, de forma a poderem desenvolver uma avaliação continuada e formativa.
- Favorecem a integração dos formandos nas diferentes estruturas e iniciativas da escola.
- Estimulam os formandos à experimentação e inovação, criando assim condições para desenvolverem o seu estilo pessoal.
- Reúnem pelo menos duas vezes com o professor supervisor, uma na metade do trimestre e outra no final para realizar a avaliação formativa dos formandos. Para além disso, poderão solicitar ao professor supervisor uma reunião, sempre que acharem necessário.

ALUNOS

- Construem, desenvolvem e avaliam um *projecto curricular integrado* e adequado ao contexto da turma.
- No desenvolvimento deste projecto cada aluno assume um dia a responsabilidade pela docência, cabendo ao grupo a responsabilidade partilhada no 4º dia da semana, com excepção dos grupos integrados por quatro elementos.
- Elaboram o *dossier de prática* do qual consta o registo do projecto.
- Reúnem quinzenalmente com o seu professor supervisor, em horário a definir.
- Reúnem semanalmente como o seu professor cooperante em horário a definir.
- Participam assiduamente no Seminário para fazer a reflexão sobre a prática, partilhar experiências, resolver problemas e dilemas e aprofundar temas específicos relevantes para a prática profissional.

Sistema de avaliação contínua e final dos alunos

1. Elementos a ter em conta na avaliação:

- O dossier de prática pedagógica (a ser analisado pelo professor supervisor).
- Os relatórios de reflexão sobre a prática (intermédio e final); (a serem analisados pelos professores do seminário).
- As reuniões de supervisão (a serem analisadas pelo professor supervisor e professor cooperante).
- A intervenção na prática (a ser analisada pelo professor supervisor e professor cooperante).

2. O processo de avaliação basear-se-á nos princípios e orientações contidas no *instrumento de avaliação*, tendo em conta, de maneira articulada e globalizadora, os diferentes parâmetros e critérios que constam do instrumento, o qual tem por base o perfil de professor a formar (consultar o Perfil Profissional do Professor do 1º Ciclo do Ensino Básico), capaz de integrar de forma equilibrada três dimensões fundamentais: capacidades e atitudes de investigação e reflexão; competências pedagógico-didáticas; e valores e atitudes éticas e sociais.

3. O processo de avaliação sustenta-se na necessidade de *procurar um consenso* entre as perspectivas do professor supervisor, do professor cooperante e dos professores do seminário, o que decorre da existência de um clima de diálogo e colaboração entre eles. Para isso, no final do 1º e 2º trimestres serão feitas reuniões de avaliação formativa em que, com base nas orientações do instrumento, será elaborado um relatório sucinto de avaliação formativa para cada aluno. Do resultado desta avaliação será dado, pelo professor supervisor, um feed-back aos alunos, em reunião convocada para o efeito.

Será enviada ao coordenador da PPIV uma cópia destes relatórios de avaliação dos alunos, que constará do seu processo.

4. A coordenação da PPIV exercerá um papel de *regulação e aferição* no processo de avaliação contínua e final. Antes da reunião prevista no ponto seguinte, serão divulgadas, junto das equipas de supervisão, orientações precisas sobre os procedimentos a seguir na avaliação sumativa.

5. No final do ano lectivo será feita pelas equipas de supervisão, uma reunião para a avaliação sumativa final e respectiva classificação, que posteriormente será ratificada pela Comissão de PPIV.
6. No caso de não se conseguir um consenso entre os intervenientes no processo de avaliação, a coordenadora de PPIV reunirá com a equipa de supervisão para ajudar a encontrar a decisão mais justa.
7. Em todo este processo os alunos serão ouvidos e informados sobre o resultado da avaliação formativa e sumativa.

**INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO
DA PRÁTICA PEDAGÓGICA IV**

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AVALIAÇÃO

- A avaliação tem um carácter eminentemente *qualitativo e axiológico*. Avaliar significa valorar, julgar, emitir um juízo a partir da interpretação dos dados obtidos por diferentes meios e processos, à luz das intenções previstas no projecto. Mais do que medir, avaliar significa compreender e determinar o valor e a qualidade dum processo formativo. Isto requer a consideração simultânea dos problemas éticos e técnicos que se cruzam na avaliação.
- Toda a avaliação é *formativa e construtiva*, no sentido em que os juízos emitidos pretendem valorizar o nível de qualidade conseguido num determinado momento do processo formativo, incentivando o desenvolvimento pessoal e profissional, através da definição contínua do projecto de melhoria.
- A avaliação deve apresentar um *carácter global e integrador*, tendo em conta a capacidade do formando para construir o seu perfil profissional e pessoal numa perspectiva integradora do saber, saber ser, saber fazer e saber estar com os outros, que se actualiza na mobilização de competências, numa perspectiva holística do conhecimento profissional.
- A avaliação incide, não apenas sobre resultados parciais ou finais, mas também sobre a *natureza dos processos* que permitiram atingir determinado nível de qualidade nos resultados, sempre provisórios numa perspectiva de formação ao longo da vida. A avaliação, entendida como um processo formativo, deve antepor o seu interesse pelos significados que o formando vai atribuindo à prática, ao interesse pelos comportamentos observáveis.
- Numa *perspectiva ecológica* da avaliação, deve-se ter em conta os contextos em que os processos formativos decorrem, analisando as variáveis psicológicas, sociológicas, curriculares e institucionais que influenciaram o processo, condicionando positiva ou negativamente o projecto formativo de cada aluno.
- Na procura da compreensão dos fenómenos, deve-se utilizar uma *flexibilidade metodológica* para a recolha de informação, privilegiando as metodologias qualitativas, como: observação, entrevistas, discussões, relatórios de reflexão, diários, etc., de forma a recolher uma diversidade de dados ricos e valiosos.
- A avaliação qualitativa garante a objectividade dos juízos, através de processos de *triangulação* que pretendem salvaguardar a *objectividade concertada* e a democraticidade. Isto requer, juntamente com a flexibilidade metodológica, o confronto aberto de perspectivas a partir de critérios assumidos e partilhados, num esforço de consenso entre todos os participantes na avaliação: alunos, professores supervisores, professores-cooperantes, comissão de estágio, coordenador.

ESCALA GERAL DE AVALIAÇÃO

CrITÉRIOS e indicadores de avaliação:

1. Não conseguiu desenvolver as atitudes e competências básicas para a construção do perfil profissional, revelando poucos progressos e baixo nível de empenhamento ao longo da prática.
2. Revela ainda dificuldades na construção do perfil profissional, embora mostrasse empenhamento e tivesse realizado alguns progressos ao longo do processo. Apresenta dificuldades na fundamentação reflexiva da prática e na procura de um estilo pessoal.
3. Desenvolveu algumas atitudes e competências básicas para a construção do perfil profissional, manifestando progressos ao longo do processo, mas não conseguindo ainda uma integração pessoal das diferentes dimensões do perfil. Revela algumas dificuldades na justificação clara e fundamentada das suas opções e decisões práticas.
4. Revela persistência e decisão na procura de atitudes e competências que definem o perfil profissional, mostrando progressos significativos ao longo do processo, o qual se sustenta num ciclo de investigação-acção-reflexão e na procura de soluções inovadoras para os problemas.
5. Revela um nível excepcional de segurança, de reflexão e de decisão na construção pessoal do seu perfil profissional, mostrando progressos relevantes ao longo do processo. As suas decisões práticas são teoricamente sustentadas e adequadas às situações, conduzindo a sua actuação com sentido inovador e criativo.

DIMENSÕES DO PERFIL PROFISSIONAL

1. CAPACIDADES E ATITUDES DE INVESTIGAÇÃO E REFLEXÃO

1.1. CAPACIDADES DE COMPREENSÃO

No conteúdo e forma de apresentação do dossier de prática e dos relatórios de reflexão:

- Correção na interpretação dos conceitos fundamentais.
- Capacidade de relação e estruturação dos conceitos.
- Rigor e clareza na apresentação dos trabalhos.

Apreciação qualitativa:

Apreciação quantitativa 1.....2.....3.....4.....5

1.2. CAPACIDADES INVESTIGATIVAS

No diagnóstico e definição de problemas e na utilização de instrumentos de recolha, análise e interpretação de dados (grelias de observação, entrevistas, questionários, diário...):

- Definição e equacionamento de problemas/questões significativas.
- Elaboração de hipóteses.
- Seleção de técnicas de recolha de dados.
- Utilização de técnicas de análise dos dados.
- Interpretação de dados à luz da teoria.
- Elaboração de conclusões.

Apreciação qualitativa:

Apreciação quantitativa 1.....2.....3.....4.....5

1.3. CAPACIDADES REFLEXIVAS

Na observação, caracterização, análise criteriosa e crítica da prática (sua e dos outros) à luz da teoria (relatórios de reflexão, diário, intervenções orais, registos...):

- Observar, descrever e interpretar situações à luz da teoria.
- Examinar e avaliar criticamente implicações e consequências das acções.
- Reformular e reconstruir concepções e práticas a partir da sua análise sistemática.
- Procurar definir o projecto pessoal e profissional.
- Partilhar e comunicar sentimentos, ideias e reflexões.

Apreciação qualitativa:

Apreciação quantitativa 1.....2.....3.....4.....5

1.4. CAPACIDADES DECISÓRIAS

Na caracterização e avaliação criteriosa, adequada e criativa das situações e problemas, adequando a intervenção às suas exigências:

- Planificação fundamentada e adequada das actividades.
- Adequação da intervenção em função das exigências do contexto e das necessidades dos alunos.
- Resolução adequada das situações dilemáticas.
- Procura de estratégias inovadoras para melhorar o processo educativo.

Apreciação qualitativa:

Apreciação quantitativa 1.....2.....3.....4.....5

2. COMPETÊNCIAS PEDAGÓGICO-DIDÁCTICAS

2.1. ORGANIZAÇÃO DE AMBIENTES EDUCATIVOS DE QUALIDADE

Na planificação, desenvolvimento/condução e avaliação das actividades na sala de aula e outros espaços, orientados por uma concepção curricular integrada e flexível, e por uma perspectiva construtivista, interactiva e crítica do ensino:

- Motivação (implicação cognitiva e afectiva dos alunos).
- Relação afectiva e criação de um clima sócio-emocional positivo.
- Negociação e gestão de normas e regras.
- Condução dos processos de interacção.
- Comunicação didáctica (estrutura, clareza, adequação da linguagem).
- Rigor científico no tratamento dos conteúdos.
- Abordagem integradora das áreas curriculares.
- Realização das actividades diversificadas, activas, significativas e globalizadoras.
- Gestão e organização do espaço, tempo, das formas de agrupamento.
- Confeção, diversificação e utilização dos materiais didácticos.
- Adequação aos ritmos e necessidades diversificadas dos alunos.
- Estimulação de processos de aprendizagem auto-regulada.
- Avaliação e registo do processo e resultados da aprendizagem.

Apreciação qualitativa:

Apreciação quantitativa 1.....2.....3.....4.....5

3. VALORES E ATITUDES RELACIONAIS

3.1. ATITUDES COLABORATIVAS

- Capacidade para desenvolver projectos em colaboração, desenvolvendo atitudes de respeito, cooperação e partilha de ideias, sentimentos, valores, responsabilidades, etc.

Apreciação qualitativa:

Apreciação quantitativa 1.....2.....3.....4.....5

3.2. ATITUDES DE ABERTURA E FLEXIBILIDADE

- Disposição para aceitar a mudança, para aprender a aprender e para promover a inovação.

Apreciação qualitativa:

Apreciação quantitativa 1.....2.....3.....4.....5

3.3. ATITUDES ÉTICAS

- Capacidade para se consciencializar da dimensão ética da função docente, assumindo atitudes de responsabilidade, coerência, respeito, honestidade e prudência no seu comportamento profissional.

Apreciação qualitativa:

Apreciação quantitativa 1.....2.....3.....4.....5

3.4. ATITUDES DE ENTUSIASMO

- Gosto, interesse e fruição no desempenho das actividades realizadas nos diferentes contextos de prática.

Apreciação qualitativa:

Apreciação quantitativa 1.....2.....3.....4.....5

Projecto de Prática Pedagógica na Formação de Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Luísa Alonso (alonso@iec.uminho.pt)
Equipa da Prática Pedagógica EB

Universidade do Minho
Instituto de Estudos da Criança

**Jornadas Departamento de Ciências de Educação da Criança
Braga, 11-12 de Fevereiro de 2004**

1. Contexto: complexidade da profissão docente e da formação no 1.º Ciclo

- Abrangência do saber profissional;
- Abordagem integradora do currículo;
- Exercício colaborativo da profissão;
- Necessidade de um Projecto Integrado de Formação à luz de um Perfil Profissional.

2. Percurso histórico

■ Fases da PP:

- 1.^a Fase (1987-1993)
- 2.^a Fase (1993-1998)
- 3.^a Fase (1998-2001)
- 4.^a Fase (2001-2004)
- (...)

■ Critérios de análise:

- Explicitação do Projecto de Formação;
- Organização temporal da Iniciação à Prática Profissional e do Estágio;
- Contextos de realização;
- Responsabilidade e modalidade de Supervisão;
- Modelo de Coordenação;
- Parcerias com as escolas cooperantes.

3. Princípios orientadores da formação

- Ligar a formação com a mudança da escola (investigação-acção colaborativa).
- Promover aprendizagens significativas e relevantes através de experiências diversificadas e sistemáticas de planificação-acção-reflexão.
- Trabalhar de forma integrada todas as dimensões do perfil profissional, incidindo nos diferentes contextos de intervenção educativa.
- Criar um clima de comunicação e colaboração aberta e democrática entre todos os intervenientes na formação.
- Disponibilizar contextos construtivos de supervisão, favorecendo a emergência de um projecto profissional e pessoal.
- Apostar na inovação de modo a que a formação contribua, simultaneamente, para a melhoria das práticas da escola e da instituição formadora.

4. Princípios de organização curricular da Prática Pedagógica

- Componente transversal e vertical do currículo que permite:
 - Gerir e integrar a diversidade de conhecimentos provenientes das diferentes componentes de formação e das experiências pessoais;
 - Fazer a mediação entre os desafios da prática e os conhecimentos profissionais pertinentes;
 - Desenvolver competências profissionais através da mobilização e integração de conhecimentos, atitudes e procedimentos pertinentes para a prática.
 - Construir uma identidade e um perfil profissional para enfrentar os desafios da mudança social e educacional.

5. Construção do Perfil Profissional

- O conhecimento profissional é resultante de um **processo dinâmico, dialéctico e reflexivo** entre os **conhecimentos académicos**, o **conhecimento experiencial** e as **crenças ideológicas** em **contextos** determinados.

6. Referencial da formação



Universidade do Minho/IEC

Luísa Alonso / Equipa da Prática Pedagógica EB

7

7. Modelo Integrado de Formação



Universidade do Minho/IEC

Luísa Alonso / Equipa da Prática Pedagógica EB

8

8. Estrutura curricular da prática pedagógica

Estrutura curricular da Prática Pedagógica no contexto da licenciatura		
	1.º Ano	2.º Ano
Áreas Disciplinares	<ul style="list-style-type: none"> Linguagem e Sistemas Linguísticos Língua, Textualidade Literária e Estratégias Interpretativas Matemática I Ciências da Natureza Ciências Sociais - problemas e Métodos Educação para a Comunicação Social Educação Física I Educação Musical I Educação Visual e Plástica I Movimento e Drama I Princípios Psicológicos da Educação da Criança História da Filosofia da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> Literatura Infantil Análise Gramatical e Pragmática do Discurso Matemática II Introdução à Didáctica da Matemática Ciências da Natureza II Temas de Saúde e Ambiente Espaço e Sociedade Educação Física II Educação Musical II Movimento e Drama II Teoria Curricular do Ensino Básico Tecnologias da Informação e Comunicação
PP	<ul style="list-style-type: none"> Observação em contextos educativos diversificados 	<ul style="list-style-type: none"> Observação, intervenção e reflexão em contextos escolares Diálogo com projectos de inovação educativa
Contextos Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> Associações Culturais e Artísticas, Jardins de Infância, Escuteiros, Creches, ATL's, Videotecas, Associações Desportivas, Internatos, Museus, Academia de Música Escolas Cooperantes, Instituições de Ensino Especial, Serviços de Pediatria, ... 	<ul style="list-style-type: none"> Escolas cooperantes/Salas, Projectos de Inovação Educativa – Escola da Ponte, Programa Nónio-Século XXI, Projecto PROCUR, Agrupamentos Horizontais, Centros Escolares, ...

8. Estrutura curricular da prática pedagógica

Estrutura curricular da Prática Pedagógica no contexto da licenciatura		
	3.º Ano	4.º Ano
Áreas Disciplinares	<ul style="list-style-type: none"> Didáctica da Leitura e da Escrita Didáctica do Texto Didáctica da Matemática Didáctica das Ciências da Natureza Temas e Percursos de História de Portugal Educação Física III Opção I Educação Visual e Plástica II Desenvolvimento Curricular Organização da Escola Básica Inicial Desenvolvimento Pessoal e Social Sociologia da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> Oficina de Ensino da Língua Materna Oficina de Ensino da Matemática Oficina de Ensino das Ciências da Natureza Oficina de Ensino do Estudo do Meio Social Oficina de Expressões Necessidades Educativas Especiais Integração Curricular das Tecnologias da Informação e Comunicação Seminário
PP	<ul style="list-style-type: none"> Caracterização e análise de um contexto escolar Desenho de um Projecto Curricular de Turma Integrado num contexto escolar Planificação, desenvolvimento e avaliação de uma Actividade Integradora 	<ul style="list-style-type: none"> Desenho e desenvolvimento de um Projecto Curricular de Turma, integrado num Projecto Curricular de Escola/Agrupamento
Contextos Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> Agrupamentos/Escolas/Salas Cooperantes e outros contextos de interesse. 	<ul style="list-style-type: none"> Agrupamentos/Escolas/Salas cooperantes.

9. Estrutura curricular do 4.º ano (Estágio)

Períodos de Formação					
		1.ª Fase - 2 sems.	2.ª Fase - 10 sems.	3.ª Fase - 10 sems.	4.ª Fase - 4 sems.
Componentes da Formação	PPIV Estágio (12,5 h semanais)	<ul style="list-style-type: none">• Permanência inicial continua nas escolas	<ul style="list-style-type: none">• Um dia por semana (intervenção em grupo)	<ul style="list-style-type: none">• Quatro dias por semana (intervenção individual)	<ul style="list-style-type: none">• Dois dias por semana (intervenção em grupo)
		Observação e caracterização do contexto. Desenvolvimento de Actividades Integradoras . Construção do Projecto Curricular de Turma.		Desenvolvimento e avaliação de um Projecto Curricular Integrado .	
	Seminário (3 horas semanais)	<ul style="list-style-type: none">• Regulação e avaliação do processo• Reflexão sistemática• Troca de experiências	<ul style="list-style-type: none">• Aprofundamento de temas/problemas relevantes• Apoio na construção do Projecto Curricular.		
	Supervisão	<ul style="list-style-type: none">• Encontros Supervisor/Grupo – 1,5 horas semanais• Encontros Cooperante/Grupo – 3 horas semanais• Acompanhamento Cooperante/Grupo-Aluno – 12,5 horas semanais• Visitas de observação (Supervisor) – 12 visitas/grupo anuais• Visitas de observação (Oficinas)			
	Áreas		Necessidades Educativas Especiais (3 horas semanais) Oficinas de Ensino (1 hora semanal)		

10. Dispositivos de formação



11. Registos da formação

■ Dossiê:

- É o documento que reflecte o processo de construção, pelos grupos, do seu perfil profissional, entendido como um texto aberto que traduz as melhorias que vão sendo introduzidas na prática, como resultado do processo de investigação-acção colaborativa, que sustenta o percurso formativo.

■ Relatório:

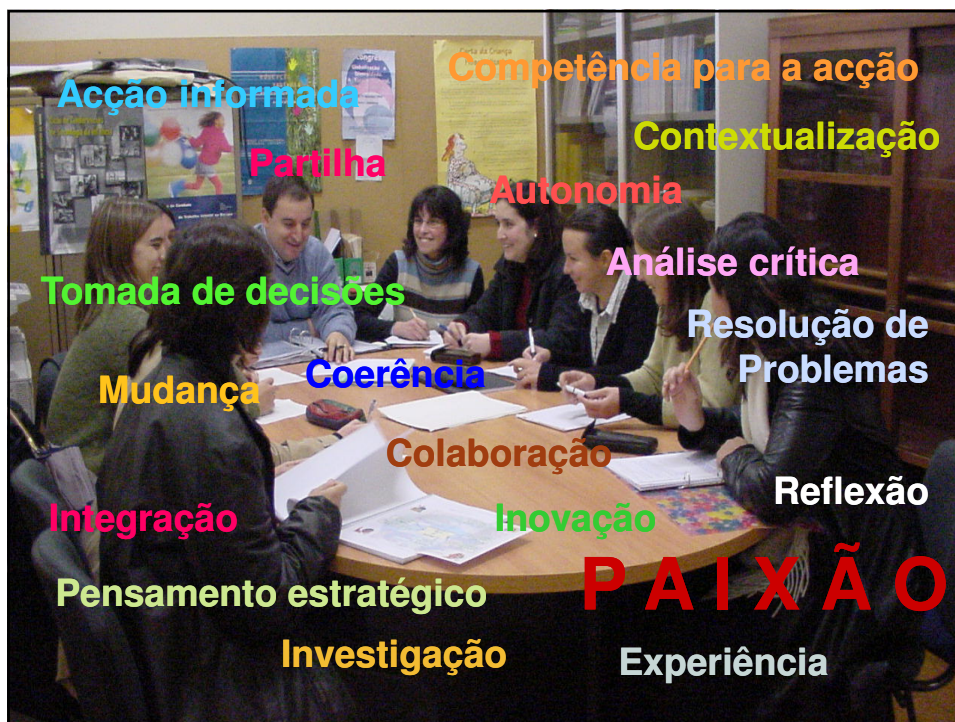
- Registo individual de meta-reflexão sobre o processo e de definição do projecto docente para o futuro.

12. Coordenação e gestão do Estágio

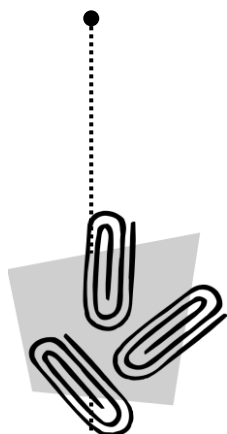
Períodos de Formação				
	1.ª FASE 2 semanas	2.ª FASE 4 semanas	3.ª FASE 4 semanas	4.ª FASE 4 semanas
Dispositivos de Coordenação	<ul style="list-style-type: none">• Reunião da Comissão de Estágio – uma por fase• Reuniões de Coordenação – uma por mês• Reuniões da equipa de supervisão (Supervisores e Cooperantes) – uma por fase• Reuniões Supervisor/Cooperante – duas por fase• Reuniões informais			

O futuro...

- Consolidar o modelo;
- Desenvolver investigação e avaliação;
- Desenvolver parcerias com outras instituições de formação;
- Fazer o seguimento dos licenciados no período de indução.



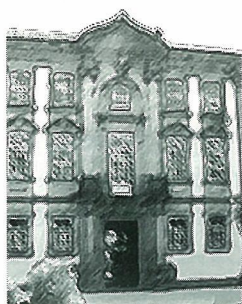
Anexo 7.10



**Acreditam? Acreditem! Podem Mesmo Acreditar
qu'Acreditação Acabou! ...**

(Editorial – Boletim “IEC Informação” n.º 63, Maio de 2002)





i. e. c. informação

U n i v e r s i d a d e d o M i n h o
Boletim Informativo do Instituto de Estudos da Criança
Director: Prof^a Doutora Graça Simões de Carvalho

63
M a i o
2 0 0 2

Editorial

Acreditam?

Acreditem!

Podem mesmo acreditar qu'Acreditação acabou !...

Sim, podem acreditar porque é verdade: no passado dia 22 de Abril tive o imenso privilégio de pressionar aquela milagrosa tecla do computador que diz *Enter* e que, precedida de um código precioso, nos permitiu selar e lançar em voo electrónico *on-line* até ao INAFOP os nossos processos de acreditação dos cursos de licenciatura de Ensino Básico do 1º Ciclo (E.B.) e de Educação de Infância (E.I.).



Queria aqui, e hoje, deixar o meu mais veemente apreço a todos os docentes e funcionários que mais uma vez prontamente se dispuseram a dar prioridade a mais este processo tão exigente e complexo. Mas, naturalmente, que o meu/nosso reconhecido apreço deve dirigir-se àquelas três mulheres fortes do nosso IEC que tomaram sobre elas, com empenho, determinação e um imenso desgaste (que só quem de perto acompanhou pode compreender) a coordenação e a redacção final dos processos de acreditação. Refiro-me, como é óbvio à Prof^a Luisa Alonso, à Prof^a Teresa Sarmiento e à Cláudia, respectivamente, Presidente do Conselho de

Cursos do IEC (e Directora do curso de E.B.), Directora do curso de E.I. e Secretária do Conselho de Cursos. A estas três mulheres-chave neste processo bem como aos Directores de Departamento – Professores João Formosinho, Nelson Lima e Elisa Lessa – que com elas consistentemente cooperaram apresento as minhas felicitações pela forma como conseguiram tornar o complicado em simples e o moroso em célere, libertando assim a grande maioria dos docentes da excessiva carga que de início nos era vaticinado com este imenso processo de acreditação.

Mas como “nem tudo são rosas”... a luta continua!... lá para o equinócio de Setembro cá teremos a Comissão de Acreditação e com ela de novo o retomar dos processos de acreditação... para então voltarmos a acreditar que afinal o processo de acreditação não acabou...

Graça S. de Carvalho
Presidente do IEC

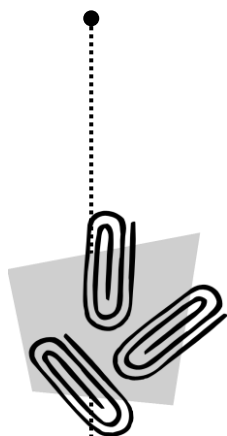


neste número

Publicações	2
Congressos Simpósios Encontros	2
Informática & Comunicações	5

Cursos	6
Ainda a propósito do relatório PISA 2000	8

Anexo 7.11



Perfil Profissional Integrado do Professor a Formar

Licenciatura em Ensino Básico (1.º Ciclo) – IEC / UM

**UNIVERSIDADE DO MINHO
INSTITUTO DE ESTUDOS DA CRIANÇA**

Licenciatura em Ensino Básico (1.º Ciclo)

Perfil Profissional Integrado do Professor a Formar

1. COMPETÊNCIAS E ATITUDES DE INVESTIGAÇÃO E REFLEXÃO

1.1. Capacidades de compreensão

No conteúdo e forma de apresentação do dossier de prática e dos relatórios de reflexão:

- ♦ Correção na interpretação dos conceitos fundamentais;
- ♦ Capacidade de relação e estruturação dos conceitos;
- ♦ Coerência na perspectiva curricular/ensino adoptada;
- ♦ Rigor e clareza na apresentação dos trabalhos.

1.2. Competências investigativas

No diagnóstico e definição de problemas e na procura e utilização de instrumentos de recolha, análise e interpretação de dados (dossier, grelhas de observação, entrevistas, questionários, diários, ...):

- ♦ Definição e equacionamento de problemas/questões significativas;
- ♦ Elaboração de hipóteses;
- ♦ Selecção e utilização de técnicas de recolha e análise de dados;
- ♦ Interpretação de dados à luz da teoria e elaboração de conclusões.

1.3. Competências reflexivas

Na observação, caracterização, análise criteriosa e crítica da prática (sua e dos outros) à luz da teoria (relatórios de reflexão, diários, intervenções orais, registos, ...):

- ♦ Observar, descrever e interpretar situações à luz da teoria;
- ♦ Examinar e avaliar criticamente implicações e consequências das acções;
- ♦ Reformular e reconstruir concepções e práticas a partir da análise sistemática;
- ♦ Procurar definir o projecto pessoal e profissional;
- ♦ Partilhar e comunicar sentimentos, ideias e reflexões.

1.4. Competências decisórias

Na caracterização e avaliação criteriosa, adequada e criativa das situações e problemas, adequando a intervenção às suas exigências:

- ♦ Planificação fundamentada e adequada das actividades;
- ♦ Adequação da intervenção em função das exigências do contexto e das necessidades dos alunos;
- ♦ Resolução adequada de situações dilemáticas;
- ♦ Procura de estratégias inovadoras para melhorar o processo educativo.

2. COMPETÊNCIAS CURRICULARES E PEDAGÓGICO-DIDÁCTICAS

2.1. Desenho integrado do Projecto Curricular

a) **Capacidade de construir Projectos Curriculares Integrados, fundamentados teoricamente e adequados às características dos contextos;**

b) **Mobilização e integração de conhecimentos científicos das áreas e das competências necessárias à promoção da aprendizagem dos alunos:**

- ◆ Área de Língua Portuguesa;
- ◆ Área de matemática;
- ◆ Área de Estudo do Meio;
- ◆ Área de Educação Artística;
- ◆ Área de educação Física.

c) **Integração das áreas transversais do currículo no projecto curricular.**

- ◆ Estudo Acompanhado;
- ◆ Educação para a Cidadania / Formação Cívica;
- ◆ Tecnologias de Informação e Comunicação.

2.2. Organização de ambientes educativos de qualidade

Planificação, desenvolvimento/condução e avaliação das actividades na sala de aula e outros espaços, orientados por uma concepção curricular integrada e flexível, e por uma perspectiva construtivista, interactiva e crítica do ensino:

a) **Dimensão organizativa/gestão da turma:**

- ◆ Negociação e gestão de normas e regras;
- ◆ Gestão e organização do espaço, tempo, formas de agrupamento.

b) **Dimensão afectiva/relacional:**

- ◆ Motivação (implicação cognitiva e afectiva dos alunos);
- ◆ Relação afectiva e criação de um clima sócio-emocional positivo.

c) **Dimensão curricular/didáctica:**

- ◆ Comunicação didáctica (estrutura, clareza, adequação da linguagem);
- ◆ Rigor científico no tratamento dos conteúdos;
- ◆ Abordagem integradora das áreas curriculares;
- ◆ Realização de actividades diversificadas, activas, significativas e globalizadoras;
- ◆ Confeção, diversificação e utilização de materiais didácticos;
- ◆ Adequação aos ritmos e necessidades diversificadas dos alunos;
- ◆ Estimulação de processos de aprendizagem auto-regulada;

d) **Dimensão interactiva/participativa:**

- ◆ Utilização de processos diversificados de interacção professor/turma, professor/aluno, aluno/aluno, aluno/professor;
- ◆ Condução de processos de interacção;
- ◆ Estimulação da participação activa e autónoma dos alunos nas tarefas.

2.3. Participação/Integração na comunidade escolar e educativa¹

- ♦ Inserção na estrutura e dinâmica da escola
- ♦ Participação no desenvolvimento do Projecto Educativo
- ♦ Conhecimento das características do meio em que se insere a escola a escola
- ♦ Relação com a comunidade social envolvente.
- ♦ Relações com a família

3. VALORES E ATITUDES RELACIONAIS/PROFISSIONAIS

3.1. Atitudes colaborativas

- ♦ Capacidade para desenvolver projectos em colaboração, desenvolvendo atitudes de respeito, cooperação e partilha de ideias, sentimentos, valores, responsabilidades, etc.

3.2. Atitudes de abertura e flexibilidade

- ♦ Disposição para aceitar a mudança, para aprender a aprender e para promover a inovação.

3.3. Atitudes éticas

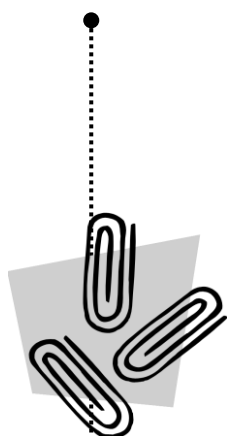
- ♦ Capacidade para se consciencializar da dimensão ética da função docente, assumindo atitudes de responsabilidade, coerência, respeito, honestidade e prudência no seu comportamento profissional.

3.4. Atitudes de entusiasmo

- ♦ Gosto, interesse e fruição no desempenho das actividades realizadas nos diferentes contextos de prática.

¹ Os indicadores desta dimensão foram retirados do “perfil profissional do professor (1.º Ciclo) a desenvolver no projecto de formação”, que faz parte dos “Documentos Elaborados no Desenvolvimento do Projecto Curricular para a Formação de Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico Durante o Estágio” (Alonso et al., 1989) – Centro de Formação de Professores e Educadores de Infância (CEFOPE), ano lectivo de 1989/1990.

Anexo 7.12

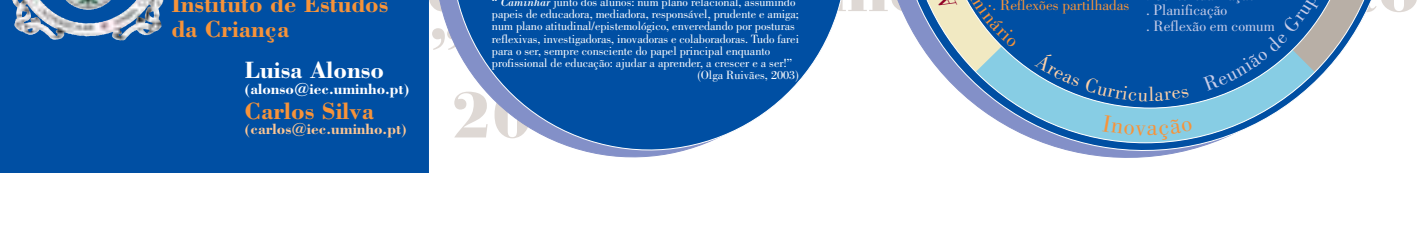
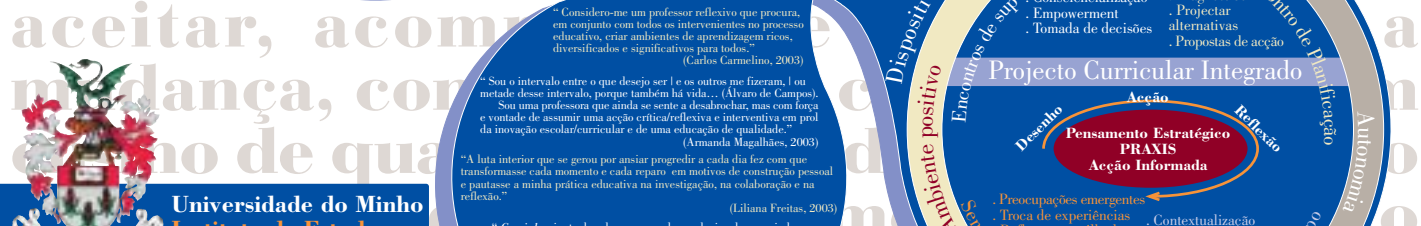
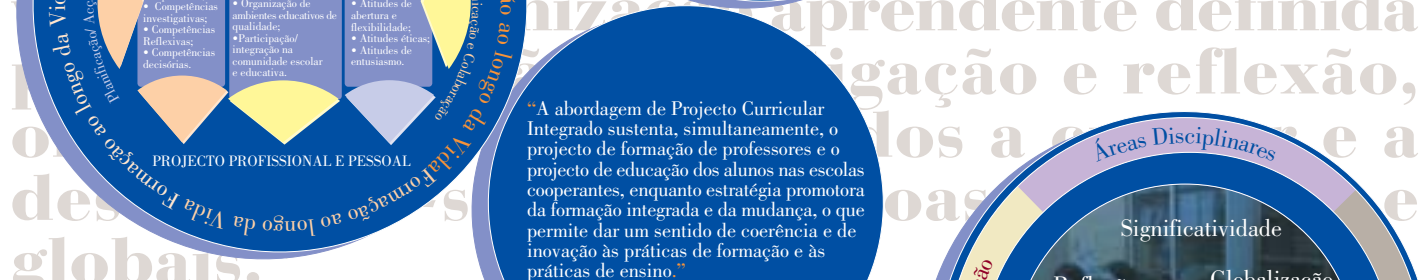


Perfil Profissional e Projecto de Formação: a Construção de um Currículo Formativo Integrado

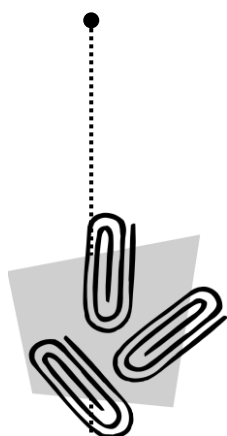
Poster apresentado no “1.º Simpósio Nacional de Educação Básica.
Pré-Escolar e 1.º Ciclo”, realizado em Aveiro, Dezembro de 2003

Identifico-me com a imagem de um professor que dá alguns primeiros passos para a construção de um projecto de vida, tendo em conta os desafios de uma educação em mudança, e procurando uma abordagem integrada de vida, uma abordagem que favoreça um desenvolvimento pessoal e profissional, o que implica: a necessidade de um Projecto Curricular de Formação que fundamente, articule e oriente a organização e avaliação dos diversos saberes e experiências formativas, em função de um perfil profissional a desenvolver.

Perfil profissional e projecto de formação: a construção de um currículo formativo integrado.



Anexo 7.13



Prática Pedagógica e o Plano Curricular da Licenciatura em EB – 1.º Ciclo

**(Ordenamento jurídico da formação inicial de professores,
Decreto-Lei n.º 344/89, de 11 de Outubro; Regulamentação da Prática
Pedagógica, Portaria n.º 336/88, de 28 de Maio)**



UNIVERSIDADE DO MINHO – INSTITUTO DE ESTUDOS DA CRIANÇA

Plano Curricular da Licenciatura em Ensino Básico (1.º Ciclo)

ANO	CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	REGIME¹	ECTS
1	3601A9	• Ciências da Natureza I	A	9,5
1	3601B1	• História e Filosofia da Educação	A	6
1	3601A8	• Matemática I	A	11
1	3601A7	• Prática Pedagógica I	A	3,5
1	3601N2	• Ciências Sociais – Problemas e Métodos	S1	2,5
1	3601N3	• Educação Física I	S1	3,5
1	3601N4	• Educação Visual e Plástica I	S1	3,5
1	3601N1	• Linguagem e Sistemas Linguísticos	S1	5
1	3602N3	• Educação Musical I	S2	2,5
1	3602N2	• Educação para a Comunicação Social	S2	2,5
1	3602N1	• Língua, Textualidade Literária e Estratégias Interpretativas	S2	4
1	3602N4	• Movimento e Drama I	S2	2,5
1	3602N5	• Princípios Psicológicos de Educação da Criança	S2	3,5
2	3603A8	• Educação Musical II	A	5
2	3603A7	• Prática Pedagógica II	A	3,5
2	3603B1	• Psicologia do Desenvolvimento	A	8,5
2	3603A9	• Tecnologias da Informação e Comunicação	A	5
2	3603N4	• Ciências da Natureza II	S1	3,5
2	3603N5	• Educação Física II	S1	3,5
2	3603N2	• Literatura Infantil	S1	5,5
2	3603N3	• Matemática II	S1	4
2	3603N6	• Movimento e Drama II	S1	2,5
2	3604N2	• Análise Gramatical e Pragmática do Discurso	S2	4
2	3604N5	• Espaço e Sociedade	S2	4
2	3604N3	• Introdução à Didáctica da Matemática	S2	3,5
2	3604N4	• Temas de Saúde e Ambiente	S2	3,5
2	3604N6	• Teoria Curricular do Ensino Básico	S2	4
3	3605A1	• Desenvolvimento Curricular	A	7
3	3605A2	• Desenvolvimento Pessoal e Social	A	5
3	3605A4	• Prática Pedagógica III	A	4,5
3	3605A3	• Sociologia da Educação	A	4,5
3	3605N8	• Didáctica da Leitura e da Escrita	S1	6
3	3605N9	• Didáctica das Ciências da Natureza	S1	4,5
3	3605O1	• Opção I	S1	4,5
3	3605N3	• Organização da Escola Básica Inicial	S1	4,5
3	3606N5	• Didáctica da Matemática	S2	5
3	3606N4	• Didáctica do Texto	S2	5,5
3	3606N7	• Educação Física III	S2	2,5
3	3606N8	• Educação Visual e Plástica II	S2	2,5
3	3606N6	• Temas e Percursos de História de Portugal	S2	4
4	3607A7	• Integração Curricular das Tecnologias da Informação e Comunicação	A	2
4	3607A6	• Necessidades Educativas Especiais	A	12
4	3607A2	• Oficina de Ensino da Língua Materna	A	2
4	3607A3	• Oficina de Ensino da Matemática	A	2
4	3607A4	• Oficina de Ensino das Ciências da Natureza	A	2
4	3607A5	• Oficina de Ensino do Estudo do Meio Social	A	2
4	3607A9	• Prática Pedagógica IV	A	28
4	3607A8	• Seminário	A	7
4	3607N8	• Oficina de Expressões	S1	3

¹ Regime da disciplina: A = Anual; S1 = 1.º Semestre; S2 = 2.º Semestre.

UNIVERSIDADE DO MINHO – INSTITUTO DE ESTUDOS DA CRIANÇA

Licenciatura em Ensino Básico (1.º Ciclo) – Coordenação da Prática Pedagógica

PRÁTICA PEDAGÓGICA E O PLANO CURRICULAR DA LICENCIATURA EM ENSINO BÁSICO (1.º CICLO)				
	1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	4.º ANO
Áreas Curriculares	<ul style="list-style-type: none"> • Ciências da Natureza • Ciências Sociais - problemas e Métodos • Educação Física I • Educação Musical I • Educação para a Comunicação Social • Educação Visual e Plástica I • História da Filosofia da Educação • Língua, Textualidade Literária e Estratégias Interpretativas • Linguagem e Sistemas Linguísticos • Matemática I • Movimento e Drama I • Princípios Psicológicos da Educação da Criança 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise Gramatical e Pragmática do Discurso • Ciências da Natureza II • Educação Física II • Educação Musical II • Espaço e Sociedade • Introdução à Didáctica da Matemática • Literatura Infantil • Matemática II • Movimento e Drama II • Tecnologias da Informação e Comunicação • Temas de Saúde e Ambiente • Teoria Curricular do Ensino Básico 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Curricular • Desenvolvimento Pessoal e Social • Didáctica da Leitura e da Escrita • Didáctica da Matemática • Didáctica das Ciências da Natureza • Didáctica do Texto • Educação Física III • Educação Visual e Plástica II • Opção I • Organização da Escola Básica Inicial • Sociologia da Educação • Temas e Percursos de História de Portugal 	<ul style="list-style-type: none"> • Integração Curricular das Tecnologias da Informação e Comunicação • Necessidades Educativas Especiais • Oficina de Ensino da Língua Materna • Oficina de Ensino da Matemática • Oficina de Ensino das Ciências da Natureza • Oficina de Ensino do Estudo do Meio Social • Oficina de Expressões • Seminário
PRÁTICA PEDAGÓGICA	Prática Pedagógica I <ul style="list-style-type: none"> • Observação em contextos educativos diversificados 	Prática Pedagógica II <ul style="list-style-type: none"> • Observação, intervenção e reflexão em contextos escolares • Diálogo com projectos de inovação educativa 	Prática Pedagógica III <ul style="list-style-type: none"> • Caracterização e análise de um contexto escolar • Intervenções diárias temáticas • Desenho de um Projecto Curricular de Turma integrado num contexto escolar • Planificação, desenvolvimento e avaliação de uma Actividade Integradora 	Prática Pedagógica IV <ul style="list-style-type: none"> • Desenho e desenvolvimento de um Projecto Curricular de Turma, integrado num Projecto Curricular de Escola/Agrupamento
Contextos Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> • Associações Culturais e Artísticas, Jardins-de-infância, Escuteiros, Creches, ATL's, Videotecas, Associações Desportivas, Internatos, Museus, Academia de Música Escolas Cooperantes, Instituições de Ensino Especial, Serviços de Pediatria,... 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas cooperantes/Salas, Projectos de Inovação Educativa – Escola da Ponte, Programa Nónio-Século XXI, Projecto PROCUR, Agrupamentos Horizontais, Centros Escolares, ... 	<ul style="list-style-type: none"> • Agrupamentos/Escolas/Salas cooperantes e outros contextos de interesse. 	<ul style="list-style-type: none"> • Agrupamentos/Escolas/Salas cooperantes.

Decreto-Lei n.º 189-C/81, de 3 de Julho, ratificado com emendas pela Lei n.º 26/82, de 23 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 323/86, de 26 de Setembro, bem como os direitos e obrigações delas emergentes, são transferidas para a Direcção-Geral das Florestas (DGF).

2 — O IGEF transferirá para a DGF, mediante auto de entrega, todos os processos relativos às campanhas corticeiras de 1981 a 1985, independentemente da fase em que se encontrem.

3 — Os elementos necessários ao esclarecimento de situações relativas aos processos das campanhas corticeiras dos anos de 1981 a 1985 serão incluídos em listagens, a elaborar pelo IGEF, onde constem, caso a caso, os elementos de identificação dos contratos, massa de cortiça transaccionada e correspondentes valores, total dos pagamentos efectuados pelos adquirentes, liquidações, discriminação das despesas, distribuição dos depósitos e saldos existentes.

4 — São transferidos para a DGF os saldos existentes no Tesouro da titularidade do IGEF, decorrentes da execução do citado Decreto-Lei n.º 189-C/81 e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 323/86.

5 — No prazo de quinze dias após a publicação do presente despacho, o IGEF apresentará ao Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, com cópia à DGF, o balancete discriminado dos saldos a que se refere o número anterior, acompanhado das listagens referidas no n.º 3.

Ministérios das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação, 21 de Março de 1988. — O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — O Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Portaria n.º 335/88

de 28 de Maio

O quadro de pessoal do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Indústria e Energia, aprovado pela Portaria n.º 704/87, de 18 de Agosto, mostra-se insuficiente, a nível da carreira técnica superior, para ocorrer às necessidades de provimento decorrentes de movimentos de pessoal já visados.

Importa, pois, proceder à alteração das dotações daquela carreira, tendo em vista um dimensionamento mais adequado, sem aumento de efectivos.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Indústria e Energia, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro, o seguinte:

1.º O quadro de pessoal do Gabinete de Estudos e Planeamento, constante do mapa III anexo à Portaria n.º 704/87, de 18 de Agosto, é substituído, na parte relativa ao grupo de pessoal técnico superior, pelo mapa anexo à presente portaria.

2.º A presente portaria entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Ministérios das Finanças e da Indústria e Energia.

Assinada em 13 de Maio de 1988.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*.

Mapa anexo à Portaria n.º 335/88
Gabinete de Estudos e Planeamento

Grupo de pessoal	Grau/ Nível	Carreira	Área funcional	Categoria	Letra	Número de lugares
Técnico superior...	2	Técnico superior...	Concepção, estudos e planeamento.	Assessor principal	A	5
				Primeiro-assessor	B	(a) 5 + 1
				Assessor	C	(b) 10 + 2
	1			Técnico superior principal	D	(c) 20
				Técnico superior de 1.ª classe...	E	(c1) 22
				Técnico superior de 2.ª classe...	G	17

(a) [...]

(b) [...]

(c) Três lugares a extinguir quando vagarem após o primeiro preenchimento.

(c1) Cinco lugares são extintos logo que os seus titulares sejam providos em lugares de categoria imediatamente superior.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 336/88

de 28 de Maio

A realização da prática pedagógica dos cursos de formação inicial de educadores de infância e de professores dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico implica a existência de normas regulamentares que garantam:

A salvaguarda do projecto educacional e de formação que cada instituição formadora tem o direito e o dever de assumir e de, responsabilmente, prosseguir;

A correcta articulação pedagógica e administrativa entre as instituições formadoras e os estabelecimentos onde a prática pedagógica se realiza;

A definição clara dos princípios a que deve obedecer o recrutamento dos educadores e professores titulares das salas, classes ou turmas e a escolha dos jardins-de-infância e escolas onde se realiza a prática pedagógica.

Nestes termos:

Ouvidas as escolas superiores de educação e as universidades que ministram os cursos de formação inicial supra-referidos;

Ouvidos o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos e a Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 59/86, de 21 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 298/86, de 19 de Setembro;

Considerando o disposto na Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho, alterada pela Portaria n.º 442-C/86, de 14 de Agosto;

Ao abrigo do disposto no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Educação, aprovar o seguinte:

1.º

Objectivo

O presente diploma destina-se a regulamentar a componente de prática pedagógica dos cursos de formação inicial de educadores de infância e de professores dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

2.º

Designações

Para os fins deste diploma designa-se por:

- a) Escola, um jardim-de-infância, escola do 1.º ciclo do ensino básico ou escola onde se ministre o 2.º ciclo do ensino básico;
- b) Instituição de formação, uma escola superior de educação ou uma universidade onde se ministre um curso de formação inicial de entre os referidos no n.º 1.º

3.º

Objectivo da prática pedagógica

1 — A prática pedagógica tem como objectivo fundamental a aquisição e desenvolvimento de competências básicas relativas:

- a) Ao conhecimento da instituição escolar e da comunidade envolvente;
- b) À aplicação integrada e interdisciplinar dos conhecimentos adquiridos relativos às diferentes componentes de formação;
- c) Ao domínio de métodos e técnicas relacionados com o processo de ensino-aprendizagem, o trabalho em equipa, a organização da escola e a investigação educacional.

2 — A prática pedagógica concretiza-se através de actividades diferenciadas ao longo do curso, em períodos de duração crescente e responsabilização progressiva.

3 — A prática pedagógica deverá, em princípio, desenvolver-se nos seguintes aspectos:

- a) Observação-análise;
- b) Cooperação-intervenção;
- c) Responsabilização pela docência.

4.º

Concretização curricular

1 — A carga horária global da prática pedagógica deverá satisfazer ao disposto nos n.ºs 8.º e 9.º da Portaria n.º 352/86.

2 — A distribuição de carga horária global da prática pedagógica ao longo do curso será fixada no plano de estudos respectivo.

5.º

Realização da prática pedagógica

1 — As actividades da prática pedagógica serão realizadas integrando, de forma coordenada:

- a) Docentes da instituição de formação;
- b) Os educadores ou professores das salas, classes ou turmas nas escolas onde se realize a prática pedagógica, adiante designados por professores cooperantes, e que deverão possuir a habilitação profissional e a experiência adequadas.

2 — A responsabilidade directa pelo acompanhamento da prática pedagógica será cometida aos docentes da instituição de formação designados para o efeito.

3 — O grau de responsabilidade dos professores cooperantes será o adequado à natureza das actividades que desenvolvam no quadro da prática pedagógica.

6.º

Responsabilidade e coordenação

Cada unidade curricular de prática pedagógica identificada autonomamente no plano de estudos do curso será da responsabilidade de um docente da instituição de formação, ao qual estará cometida a coordenação das actividades respectivas, nos moldes regulamentados por esta instituição.

7.º

Avaliação

A avaliação da prática pedagógica será objecto de regulamentação nos termos do n.º 12.º da Portaria n.º 352/86, a qual deverá graduar a intervenção de cada docente em função do grau de responsabilidade da sua participação nas respectivas actividades.

8.º

Local de realização

1 — Compete à instituição de formação a escolha das escolas em que se realizará a prática pedagógica, obtida que seja a sua anuência.

2 — A escolha poderá recair em escolas públicas dependentes ou não do Ministério da Educação e em escolas particulares ou cooperativas.

3 — A escolha será feita tomando em consideração, nomeadamente, os seguintes critérios:

- a) Adequação da escola às necessidades da realização da prática pedagógica, viabilizando a concretização do projecto educativo da instituição de formação;
- b) Disponibilidade da escola;
- c) Diversidade de situações;
- d) Distância entre a escola e a instituição de formação.

9.º

Concretização da escolha

A escolha concretizar-se-á através de um protocolo de colaboração, a celebrar por um prazo determinado entre a instituição de formação e a escola.

10.º

Competência para a assinatura dos protocolos

1 — Serão competentes para firmar os protocolos os órgãos de gestão da instituição de formação e da escola.

2 — Os protocolos celebrados com os jardins-de-infância e com as escolas do 1.º ciclo do ensino básico dependentes ou tutelados pelo Ministério da Educação carecem de homologação do director escolar respectivo.

11.º

Actividades autorizadas

1 — No âmbito das actividades da prática pedagógica, que incluem a sua preparação, execução e avaliação, e de acordo com uma programação acordada entre os docentes da instituição de formação e dos docentes da escola e, quando necessário, os órgãos de gestão desta, será facultado, nomeadamente, o seguinte:

- a) A entrada dos professores e alunos da instituição de formação nas instalações da escola;
- b) A entrada nas salas no decurso das actividades escolares, incluindo aulas e reuniões com fins pedagógicos ou administrativos;
- c) O registo de som e imagem das actividades escolares;
- d) A consulta de registos administrativos;
- e) A realização de actividades de ensino, quer por professores, quer por alunos da instituição de formação;
- f) A participação em actividades de apoio social, de contacto com os pais e a comunidade e em outras actividades educativas consideradas úteis;
- g) A participação dos professores cooperantes nas acções do programa de actividades da prática pedagógica organizadas pela instituição de formação e para as quais sejam convocados por esta.

2 — Nos protocolos a que se refere o n.º 9.º, para além de outras cláusulas, será estabelecida a forma de concretização das actividades a que se refere o n.º 1.

3 — A Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário definirá os princípios que as escolas deverão respeitar na celebração dos protocolos.

12.º

Sigilo

Os alunos e docentes da instituição de formação que, no âmbito das actividades da prática pedagógica, tomem conhecimento de informações de natureza confidencial ou reservada ficarão obrigados à conservação do sigilo sobre as mesmas.

13.º

Envio dos protocolos a outras entidades

No dia imediato à celebração do protocolo, a instituição de formação enviará cópia do mesmo às seguintes entidades:

- a) Inspecção-Geral do Ensino;
- b) Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário;
- c) Direcção-Geral de Administração e Pessoal;
- d) Direcção-Geral do Ensino Superior;
- e) Direcção regional de educação respectiva;
- f) Entidade de tutela da escola, se diferente de uma das anteriores.

14.º

Escolha dos professores cooperantes

A escolha dos professores cooperantes deverá fazer-se por acordo entre a instituição de formação e a escola, obtida a anuência do professor.

15.º

Abonos devidos aos professores cooperantes

1 — Os professores cooperantes serão abonados das despesas de deslocação e das ajudas de custo nos termos legalmente estabelecidos, sempre que, na sequência de convocatória da instituição de formação, se deslocarem para participar em acções do programa de actividades da prática pedagógica organizadas por aquela.

2 — Os professores cooperantes receberão pela sua colaboração nas actividades da prática pedagógica uma gratificação.

3 — A gratificação a atribuir a cada professor cooperante será fixada pela instituição de formação, sendo calculada em função do trabalho solicitado e efectivamente prestado e não podendo exceder 10% do vencimento correspondente à letra D em cada mês em que for devida.

4 — Esta gratificação não poderá ser recebida em mais de dez meses do ano.

5 — As instituições de formação deverão planear a colaboração dos professores cooperantes dentro de uma perspectiva de economia de recursos.

16.º

Recursos materiais

1 — No quadro da preparação e realização das actividades da prática pedagógica, as instituições de formação poderão fornecer às escolas materiais de consumo corrente para fins didácticos.

2 — No quadro da prática pedagógica, as instituições de formação, de acordo com as suas disponibilidades, facultarão aos alunos o uso dos equipamentos e os materiais consumíveis necessários à realização das actividades programadas.

17.º

Encargos

1 — Os encargos com as actividades da prática pedagógica, nomeadamente aqueles a que se referem os

n.ºs 15.º e 16.º, serão satisfeitos pelas verbas adequadas do orçamento da instituição de formação.

2 — Às instituições de formação e às escolas não cabe prover ao pagamento das eventuais despesas de deslocação que os alunos devam realizar no quadro das actividades da prática pedagógica, sem prejuízo do recurso, por parte destes, às modalidades de apoio social existentes ou a criar nos estabelecimentos de ensino superior.

18.º

Formação e apoio pedagógico

As instituições de formação:

- a) Proporcionarão formação adequada aos professores cooperantes;
- b) Apoiarão os projectos educativos das escolas com as quais celebrem protocolos.

Ministérios das Finanças e da Educação.

Assinada em 13 de Maio de 1988.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — O Ministro da Educação, *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

Portaria n.º 337/88

de 28 de Maio

Em execução do disposto no artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado com alterações pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho (Estatuto da Carreira Docente Universitária);

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Educação, que o quadro de professores do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa, fixado pela Portaria n.º 726/87, de 24 de Agosto, seja aumentado de um lugar de professor catedrático, passando a ser o constante do mapa anexo ao presente diploma.

Ministérios das Finanças e da Educação.

Assinada em 16 de Maio de 1988.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — O Ministro da Educação, *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

Mapa anexo

Universidade Técnica de Lisboa

Instituto Superior Técnico

Número de lugares	Categoria	Vencimento
81	Professor catedrático	Decreto-Lei n.º 145/87, de 24 de Março.
143	Professor associado	

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 12/88

de 28 de Maio

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. É aprovada a Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre Estados de Língua Oficial Portuguesa em Matéria de Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, concluída em 26 de Setembro de 1986, cujo texto em língua portuguesa segue em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de Março de 1988. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Joaquim Fernando Nogueira* — *João de Deus Rogado Salvador Pinheiro*.

Assinado em 29 de Abril de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 5 de Maio de 1988.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

CONVENÇÃO SOBRE ASSISTÊNCIA MÚTUA ADMINISTRATIVA ENTRE PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA EM MATÉRIA DE LUTA CONTRA O TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES E DE SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS.

Preâmbulo

Os Governos da República Portuguesa, da República Popular de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República Popular de Moçambique e da República Democrática de São Tomé e Príncipe:

Considerando que o uso abusivo de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas constitui um perigo para a saúde pública e prejudica os interesses, nomeadamente de carácter social, dos países respectivos;

Convencidos de que a luta contra o tráfico ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas resultará mais eficaz mediante uma cooperação estreita entre as suas administrações aduaneiras e baseando-se a este respeito na Recomendação do Conselho de Cooperação Aduaneira sobre a Assistência Mútua Administrativa e na Resolução n.º 39/141, de Dezembro de 1984, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas;

acordam no seguinte:

CAPÍTULO I

Definições e campo de aplicação

Artigo 1.º Para efeitos da presente Convenção, entende-se por:

- a) «Tráfico ilícito», a prática de actos de natureza fraudulenta com o intuito de fazer entrar ou

- 3) A taxa devida anualmente pela concessão do exclusivo de pesca é de 6300\$, de acordo com os limites estabelecidos pelo artigo 6.º do Decreto n.º 44 623, e será liquidada antecipadamente no mês de Janeiro;
- 4) A importância referida no número anterior constitui receita da Direcção-Geral das Florestas, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto Regulamentar n.º 51/86, de 6 de Outubro, a qual fará a sua gestão de acordo com o determinado no Decreto-Lei n.º 459/82, de 26 de Novembro;
- 5) O pagamento da taxa referente ao corrente ano far-se-á no acto da entrega do alvará e será devida por inteiro;
- 6) A concessionária é obrigada a cumprir e a fazer cumprir as normas do regulamento desta concessão, aprovado pela Direcção-Geral das Florestas;
- 7) Os repovoamentos piscícolas próprios do meio só poderão ser levados a efeito em presença de funcionários da Direcção-Geral das Florestas, que elaborarão os respectivos autos de lançamento.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 25 de Setembro de 1989.

Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação,
Álvaro dos Santos Amaro, Secretário de Estado da Agricultura.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 344/89

de 11 de Outubro

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro) define a formação de educadores e de professores como um dos vectores fundamentais da nova educação que se quer para Portugal. Importa que tal formação seja rapidamente adaptada à nova orgânica do sistema de ensino, aos objectivos gerais prosseguidos globalmente por esse sistema e aos objectivos de cada nível de escolaridade.

Assim, e em concordância com os objectivos definidos, o presente diploma constitui o ordenamento jurídico da formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário, tomando como quadro referencial a Lei de Bases do Sistema Educativo, em conjugação com a legislação adequada que na matéria se encontra em vigor.

O presente diploma pretende conciliar duas vertentes fundamentais: o contributo da experiência vivida nos últimos anos e a criação de uma estrutura flexível e dinâmica que garanta a articulação dos diversos modelos de formação coexistentes no sistema.

O ordenamento jurídico da formação dos referidos profissionais, de acordo com as grandes finalidades que orientam o sistema educativo nacional, enquadra-se numa política que procura articular, de forma sequencial e coerente, a formação dos docentes dos níveis de ensino não superior.

O presente diploma define ainda o perfil profissional dos educadores e dos professores nos campos de competência científica na especialidade, da competência pedagógico-didáctica e da adequada formação pes-

soal e social, adquiridas numa perspectiva de integração. Igualmente traduz no seu normativo a importância atribuída à formação contínua, que considera indissociável da formação inicial.

Finalmente, consagra também como vector fundamental o princípio de que a dimensão de investigação e de inovação constitui uma componente permanente na formação e na actividade profissional de educadores e professores de todos os escalões.

Tendo em consideração os grandes objectivos acima definidos e o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Âmbito

O presente diploma aplica-se à educação e ensino não superior.

Artigo 2.º

Objecto

O presente diploma estabelece o ordenamento jurídico da formação dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário.

Artigo 3.º

Princípios orientadores

De acordo com o n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, a formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário orienta-se pelos seguintes princípios gerais:

- a) A formação inicial é de nível superior, devendo contemplar componentes de formação pessoal, social e cultural, de preparação científica na especialidade e de formação pedagógico-didáctica;
- b) A formação contínua deve, na sequência da preparação inicial, promover o desenvolvimento profissional permanente dos educadores e professores, designadamente numa perspectiva de auto-aprendizagem;
- c) A formação deve garantir a integração tanto de aspectos científicos e pedagógicos como das componentes teórica e prática e promover a aprendizagem das diferentes funções adequadas às exigências da carreira docente;
- d) A formação deve ser flexível, permitindo a reconversão e mobilidade dos docentes;
- e) A formação deve assentar em práticas metodológicas afins das que os educadores e professores vierem a utilizar no exercício da função docente;
- f) A formação deve favorecer práticas de análise crítica, investigação e inovação pedagógica, assim como o envolvimento construtivo com o meio.

Artigo 4.º**Docentes a formar**

1 — De acordo com a lei vigente, são os seguintes os docentes a formar:

- a) Educadores de infância;
- b) Professores do ensino básico;
- c) Professores do ensino secundário.

2 — A formação dos professores do ensino básico diversifica-se nas seguintes modalidades e em correspondência com o grau de polivalência docente definida na Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro:

- a) Professores para o 1.º ciclo do ensino básico;
- b) Professores para o 2.º ciclo do ensino básico;
- c) Professores para o 3.º ciclo do ensino básico.

3 — Os professores que adquirirem formação para a docência no 2.º ciclo do ensino básico ficam também profissionalmente qualificados para a docência no 1.º ciclo do ensino básico.

4 — Os professores que adquirirem formação para a docência no 3.º ciclo do ensino básico ficam também profissionalmente qualificados para a docência no 2.º ciclo do ensino básico.

5 — Os professores do ensino secundário poderão também ficar profissionalmente qualificados para a docência do 3.º ciclo do ensino básico.

6 — A possibilidade de mobilidade dos docentes referida nos números anteriores exercer-se-á à medida que os respectivos cursos estejam organizados e aprovados com essa finalidade.

Artigo 5.º**Professores de áreas profissionais ou artísticas**

As instituições superiores de formação devem assegurar a preparação de docentes destinados a áreas ou disciplinas de natureza vocacional, profissional ou artística.

Artigo 6.º**Docentes de educação e ensino especial**

A formação de docentes para a educação e ensino especial realiza-se pela frequência, com aproveitamento, de cursos de especialização vocacionados para o efeito, aos quais terão acesso educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário com prática de educação ou de ensino regular ou especial.

CAPÍTULO II**Da formação inicial****Artigo 7.º****Definição**

1 — A formação inicial de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário é a que confere qualificação profissional para a docência.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por qualificação profissional a que permite o ingresso na carreira de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário.

3 — A formação inicial terá como objectivos fundamentais:

- a) A formação pessoal e social dos futuros docentes, favorecendo a adopção de atitudes de reflexão, autonomia, cooperação e participação, bem como a interiorização de valores deontológicos e a capacidade de percepção de princípios;
- b) A formação científica, tecnológica, técnica ou artística na respectiva especialidade;
- c) A formação científica no domínio pedagógico-didáctico;
- d) O desenvolvimento progressivo das competências docentes a integrar no exercício da prática pedagógica;
- e) O desenvolvimento de capacidades e atitudes de análise crítica, de inovação e investigação pedagógica.

4 — Os objectivos referidos no número anterior desenvolvem-se segundo diferentes proporções, tendo em conta a sua adequação ao grupo etário e nível de ensino a que educadores e professores se destinam.

Artigo 8.º**Aquisição de qualificações profissionais**

1 — A qualificação profissional de educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário é adquirida através da frequência, com aproveitamento, de cursos específicos de formação inicial, ministrados em escolas superiores ou em universidades que disponham de unidades de formação próprias para o efeito.

2 — A qualificação profissional de professores do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário pode ainda ser adquirida pelos diplomados possuidores de habilitação científica para a docência da respectiva área ou especialidade, mediante a frequência, com aproveitamento, de um curso adequado de formação pedagógica.

Artigo 9.º**Entidades que promovem a formação**

1 — A formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário é assegurada, através de cursos específicos de formação inicial, pelas instituições de ensino superior que disponham de unidades de formação próprias para o efeito.

2 — Consideram-se unidades de formação própria para a formação inicial, para efeitos do estabelecido no número anterior, aquelas que, como tal, sejam reconhecidas nos respectivos diplomas legais de criação.

Artigo 10.º**Formação de educadores de infância**

A formação inicial de educadores de infância é feita em escolas superiores de educação ou em universidades com unidades de formação próprias, que, para o efeito, conferem o grau de bacharel em Educação.

Artigo 11.º

Formação de professores do 1.º ciclo do ensino básico

A formação inicial de professores do 1.º ciclo do ensino básico é realizada em escolas superiores de educação ou em universidades com unidades de formação próprias, que, para o efeito, conferem o grau de bacharel em Ensino.

Artigo 12.º

Formação de professores do 2.º ciclo do ensino básico

A formação inicial dos professores do 2.º ciclo do ensino básico é realizada em escolas superiores de educação ou em universidades com unidades de formação próprias, que, para o efeito, conferem o diploma de estudos superiores especializados e ou o grau de licenciado em Ensino, com a indicação da área disciplinar de docência.

Artigo 13.º

Formação de professores do 3.º ciclo do ensino básico

A formação inicial dos professores do 3.º ciclo do ensino básico é realizada em universidades com unidades de formação próprias, que, para o efeito, conferem o grau de licenciado em Ensino, com a indicação da disciplina ou grupo de disciplinas de docência.

Artigo 14.º

Formação de professores do ensino secundário

A formação inicial dos professores do ensino secundário é realizada em universidades com unidades próprias de formação, que, para o efeito, conferem o grau de licenciado em Ensino, com a indicação da disciplina ou disciplinas de docência.

Artigo 15.º

Estrutura curricular dos cursos de formação

1 — Os cursos de formação inicial de educadores de infância e dos professores dos diferentes ciclos e graus de ensino não superior disporão de uma estrutura adequada, que incluirá, designadamente:

- a) Uma componente de formação pessoal, social, cultural, científica, tecnológica, técnica ou artística ajustada à futura docência;
- b) Uma componente de ciências de educação;
- c) Uma componente de prática pedagógica orientada pela instituição formadora, com a colaboração do estabelecimento de ensino em que essa prática é realizada.

2 — Os cursos regulares de formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário devem incluir preparação inicial no campo da educação especial.

3 — A estrutura curricular dos cursos e de cada uma das suas componentes deve concretizar os princípios sobre a formação de educadores e professores enunciados no artigo 3.º deste diploma.

Artigo 16.º

Prática pedagógica

1 — Para efeitos do disposto no artigo anterior, a prática pedagógica deve constituir uma componente fundamental no processo de desenvolvimento das capacidades e competências que integram a função docente.

2 — De acordo com mecanismos de cooperação a estabelecer, caso a caso, por despacho do Ministro da Educação, a cada instituição formadora poderá ser associada uma rede de escolas com o objectivo de facilitar a organização das actividades da prática pedagógica.

Artigo 17.º

Modalidades da prática pedagógica

1 — Nos cursos específicos de formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário a prática pedagógica concretiza-se através de actividades diferenciadas ao longo do curso.

2 — A prática pedagógica pode, na sua fase final, assumir a natureza de um estágio, em condições a regulamentar por portaria do Ministro da Educação.

Artigo 18.º

Organização dos cursos

1 — Na organização dos cursos de formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário, designadamente no que se refere ao relevo das componentes de formação a incluir, devem respeitar-se os princípios genéricos constantes das alíneas seguintes:

- a) A natureza e o relevo da componente de formação científica na respectiva especialidade variam em função do nível de ensino em que o futuro docente vai exercer, devendo assumir importância crescente na formação dos professores dos graus de ensino mais elevados;
- b) A componente da formação pedagógico-didáctica, incluindo as didácticas específicas dos conteúdos a leccionar, deve adquirir maior relevo na formação dos educadores e professores do 1.º ciclo do ensino básico.

2 — Nos cursos de educadores de infância e de professores do 1.º ciclo do ensino básico o conjunto das duas componentes de formação pedagógico-didáctica e de prática pedagógica deve manter-se em equilíbrio com a componente de formação cultural e científica, não devendo aquela ultrapassar os 60 % da carga horária total, em qualquer caso.

3 — Nos cursos de formação de professores do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico a formação cultural e científica na respectiva especialidade não deve ultrapassar os 70 % da carga horária total relativamente ao conjunto das outras duas componentes de formação.

4 — Nos cursos de formação de professores do ensino secundário a formação cultural e científica na respectiva especialidade não deve ultrapassar os 80 % da carga horária total, sem prejuízo de uma proporção diferente nos modelos de formação que exigem uma licenciatura científica para a admissão à frequência da componente pedagógica.

Artigo 19.º**Carga horária dos cursos**

A carga horária total das disciplinas, seminários e actividades que integram os planos de estudo dos cursos de formação de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário constará dos documentos legais de criação dos respectivos cursos e desenvolver-se-á nos documentos legais que os regulamentem, de acordo com os princípios orientadores definidos no artigo 18.º

Artigo 20.º**Segunda via de formação de professores do 3.º ciclo do ensino básico e de professores do ensino secundário**

1 — Os cursos de formação pedagógica a que se refere o n.º 2 do artigo 8.º do presente diploma deverão ser globalmente equivalentes à componente pedagógica dos cursos integrados de formação para o mesmo nível de ensino.

2 — A organização dos cursos de formação pedagógica deve prever, obrigatoriamente, um estágio, a regulamentar por portaria do Ministro da Educação.

Artigo 21.º**Formação de professores de áreas vocacionais, profissionais ou artísticas**

1 — A formação inicial dos professores de disciplinas de natureza vocacional, profissional ou artística dos ensinos básico e secundário é feita em instituições de ensino superior, através da frequência, com aproveitamento, de cursos profissionais adequados, os quais serão complementados por formação pedagógica, conferindo uma qualificação profissional equivalente à dos professores do respectivo nível de ensino.

2 — A formação pedagógica referida no número anterior terá uma composição, no que respeita às componentes de formação, globalmente equivalente à definida no artigo 18.º

3 — Em casos especiais, quando o curso de complemento de formação pedagógica referido no n.º 1 se realizar na mesma instituição do ensino superior que ministra o curso profissional ou artístico, o seu desenvolvimento pode iniciar-se antes de concluído este.

Artigo 22.º**Disciplinas de formação vocacional, profissional ou artística**

As disciplinas de natureza vocacional, profissional ou artística dos ensinos básico e secundário, a que correspondem os cursos profissionais adequados referidos no artigo 21.º, são aquelas que, como tal, constam dos planos curriculares dos ensinos básico e secundário.

Artigo 23.º**Qualificação para a docência em educação especial**

A qualificação para a docência em educação especial representa uma especialização, a que corresponde um diploma próprio.

Artigo 24.º**Cursos de especialização**

1 — Os cursos de especialização, a nível de pós-graduação, para educadores e professores visam a preparação de pessoal qualificado para o exercício de funções, tanto de natureza pedagógica como de natureza administrativa, requeridas pelo sistema educativo.

2 — Na sequência do estabelecido no número anterior, poderão ser criados cursos de especialização, nomeadamente em:

- a) Orientação pedagógica;
- b) Inspeção escolar;
- c) Administração escolar;
- d) Alfabetização e educação básica de adultos;
- e) Animação cultural.

CAPÍTULO III**Da formação contínua****Artigo 25.º****Natureza**

A formação contínua constitui um direito e um dever dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, visando promover a actualização e aperfeiçoamento da actividade profissional, bem como a investigação aplicada e a divulgação da inovação educacional.

Artigo 26.º**Objectivos e articulação**

1 — A formação contínua tem como objectivos fundamentais:

- a) Melhorar a competência profissional dos docentes nos vários domínios da sua actividade;
- b) Incentivar os docentes a participar activamente na inovação educacional e na melhoria da qualidade da educação e do ensino;
- c) Adquirir novas competências relativas à especialização exigida pela diferenciação e modernização do sistema educativo.

2 — A formação contínua inicia-se por um período de indução, durante o qual são asseguradas pelas instituições de formação, de acordo com as suas disponibilidades, formas de apoio ao novo docente.

3 — A regulamentação do período de indução será objecto de portaria do Ministro da Educação.

4 — A formação contínua constitui ainda condição de progressão na carreira.

5 — A formação contínua pode também contribuir para viabilizar a transição dos docentes entre os diversos níveis a graus de ensino e grupos de docência ou para o exercício de actividades especializadas de natureza paradocente.

Artigo 27.º**Iniciativa da organização de acções de formação contínua**

1 — A formação contínua pode resultar de iniciativas de instituições para tanto vocacionadas, nomeada-

mente as de formação inicial de docentes, e ainda de iniciativas originárias de organismos nacionais, regionais ou locais do Ministério da Educação, de outros departamentos do Estado, de entidades e organismos empregadores, bem como de docentes, incluindo as suas associações profissionais e científicas.

2 — A formação contínua pode também ser promovida e apoiada pelo próprio estabelecimento de educação ou ensino ou por vários estabelecimentos apoiados por um mesmo centro de recursos.

3 — Para efeitos do disposto nos números anteriores podem ser concedidos períodos sabáticos e dispensas para formação.

Artigo 28.º

Regime e creditação das acções

1 — As acções de formação contínua podem ser objecto de creditação.

2 — O regime de creditação das acções de formação, para efeitos de progressão na carreira, é definido por decreto regulamentar.

CAPÍTULO IV

Do planeamento e coordenação da formação

Artigo 29.º

Planeamento e coordenação a nível nacional

À Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário, na qualidade de serviço central do Ministério da Educação responsável pela orientação e coordenação da educação e ensino não superior, compete determinar, de acordo com as necessidades de evolução do sistema educativo, as exigências qualitativas de formação inicial e contínua dos respectivos docentes a nível nacional.

Artigo 30.º

Planeamento e coordenação aos níveis local e regional

1 — Aos estabelecimentos de ensino básico e secundário, no respeito pela sua autonomia, compete proceder ao levantamento das necessidades de formação dos seus docentes e elaborar o respectivo plano.

2 — Às direcções regionais de educação compete apoiar e coordenar, a nível regional, a concretização da formação do pessoal docente, compatibilizando as necessidades e planos referidos no presente capítulo.

Artigo 31.º

Articulação com as instituições superiores de formação

1 — Aos órgãos de gestão e administração escolar, sob a coordenação e em estreita articulação com as direcções regionais de educação, e à Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário compete ainda estabelecer protocolos de formação com instituições superiores especialmente vocacionadas para o efeito, nos quais se estabelecem os parâmetros da encomenda de formação.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, será apresentada às instituições formadoras a caracte-

rização das necessidades e objectivos da formação a realizar, de modo a permitir o planeamento da oferta de formação.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 32.º

Quadro de habilitações

Na sequência da reestruturação curricular dos ensinos básico e secundário, o Ministro da Educação aprovará, por portaria, a relação dos cursos superiores a que se referem o n.º 2 do artigo 8.º e o n.º 1 do artigo 21.º

Artigo 33.º

Obtenção de formação complementar

1 — A obtenção por parte dos educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário de graus académicos superiores orientados para o reforço da competência profissional, para além da expectativa da mobilidade profissional, deverá favorecer a progressão na carreira.

2 — As condições de aplicação do disposto no número anterior serão estabelecidas no diploma a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Artigo 34.º

Completamento de habilitações de professores vinculados com habilitação suficiente

1 — O completamento de habilitações de professores vinculados com habilitação suficiente compreende duas componentes, visando a primeira o complemento da formação científica e a segunda o complemento da formação pedagógica.

2 — Os professores referidos no número anterior serão submetidos, para efeitos de ingresso na primeira componente, a provas de capacidade científica para os diversos níveis de ensino a que se destinam, organizadas pelas instituições superiores de formação.

3 — Em função dos resultados obtidos, os professores serão agrupados nas seguintes categorias:

- a) Na categoria A, os professores que provem possuir a capacidade científica exigível para a docência das áreas ou disciplinas a que se destinam, ficando desde logo dispensados do complemento de habilitações no que se refere à sua preparação científica;
- b) Nas categorias B, C ou D, os professores que podem completar a sua formação científica através da obtenção de um número de créditos correspondente à frequência de um semestre escolar, um ano lectivo ou dois anos lectivos, respectivamente.

4 — A segunda componente reveste a forma da profissionalização em serviço.

5 — As duas componentes referidas nos números anteriores são da responsabilidade das instituições de en-

sino superior para tanto habilitadas, podendo ser realizadas em simultâneo nos cursos que especialmente o prevejam.

Artigo 35.º

Profissionalização em serviço

1 — A profissionalização em serviço, a que se refere o n.º 2 do artigo 62.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, é da competência das instituições de ensino superior, em articulação com as escolas em que os formandos prestarem serviço.

2 — A profissionalização em serviço será objecto de regime legal próprio.

Artigo 36.º

Aplicação temporal

1 — A aplicação no tempo do disposto no presente diploma far-se-á de acordo com calendário fixado por despacho do Ministro da Educação, publicado no *Diário da República*.

2 — O calendário a que se refere o número anterior estabelecerá a articulação entre a aplicação do presente diploma e a dos previstos no n.º 1 do artigo 59.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Artigo 37.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor 90 dias após a publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Setembro de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

Promulgado em 26 de Setembro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 1 de Outubro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Decreto-Lei n.º 345/89

de 11 de Outubro

A aplicação do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, sobre a profissionalização em serviço, demonstrou ser necessário introduzir algumas alterações quanto às condições não só de concessão da dispensa de realização da componente projecto de formação e acção pedagógica da profissionalização em serviço, como também de redução horária lectiva dos professores que realizam a formação à distância, através da Universidade Aberta.

Conexamente, importa assegurar a articulação do disposto no artigo 42.º do mencionado diploma com o disposto no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 18/88, de 21 de Janeiro.

Alterou-se ainda a redacção do artigo 50.º daquele diploma no sentido de alargar a sua aplicação aos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Defesa Nacional.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º Os artigos 36.º, 43.º e 50.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 36.º

[...]

1 — O docente em profissionalização tem direito, no 1.º ano de formação, quando em regime presencial, a uma redução de seis horas lectivas semanais e, quando em regime de formação à distância, a uma redução de quatro horas lectivas semanais, devendo, em qualquer dos casos, participar nas sessões promovidas pela instituição de ensino superior.

2 —
3 —
4 —
5 —
6 —

Artigo 43.º

[...]

1 — Os professores dos quadros com nomeação provisória dos ensinos preparatório e secundário estão dispensados da realização da componente projecto de formação e acção pedagógica quando, até 30 de Setembro do ano em que realizaram o primeiro ano de profissionalização em serviço, possuíam seis anos de bom e efectivo serviço docente, prestado no ensino oficial ou no ensino particular e cooperativo.

2 —
3 —

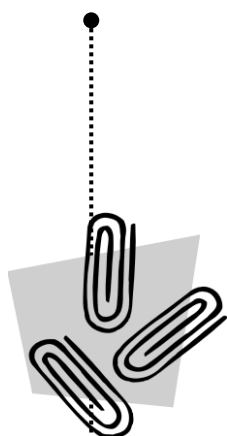
Artigo 50.º

A aplicação aos estabelecimentos de ensino dependentes dos Ministérios do Emprego e da Segurança Social e da Defesa Nacional

1 — O presente diploma é aplicável aos professores dos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário dependentes dos Ministérios do Emprego e da Segurança Social e da Defesa Nacional que reúnam os requisitos, habilitações e tempo de serviço previstos no Decreto-Lei n.º 18/88, de 21 de Janeiro.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, para além dos docentes anualmente chamados e afectados para a profissionalização em serviço nos termos do artigo 2.º e do n.º 4 do artigo 19.º do presente diploma, serão ainda anualmente chamados 25 docentes dos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário dependentes dos Ministérios do Emprego e da Segu-

Anexo 7.14



Investigação, Colaboração, Reflexão: Constructos Centrais num Projecto de Formação de Professores

**Poster apresentado no “1.º Simpósio Nacional de Educação Básica.
Pré-Escolar e 1.º Ciclo”, realizado em Aveiro, Dezembro de 2003**



PPI

- *Abordagem dos principais pedagogos portugueses
- *Observação e pesquisa em contextos diferenciados

PPII

- *Contacto directo com escolas e salas de aula do 1.º ciclo, incluindo pequenas intervenções
- *Observação e pesquisa de contextos educativos
- *Contacto com experiências educativas e projectos de inovação

PPIII

- *Co-responsabilização pelo desenho de um Projecto Curricular de Turma (em articulação com a disciplina de Desenvolvimento Curricular e o contributo das Didácticas Específicas) numa perspectiva de investigação-acção
- *Intervenção na sala de aula através do desenvolvimento e avaliação de uma Actividade Integradora.

PPIV

- * Responsabilização pelo desenho, desenvolvimento intensivo e extensivo e avaliação de um Projecto Curricular de Turma, em articulação com o Projecto de Escola



Investigação Colaboração Reflexão

Constructos Centrais num

Projecto de Formação de Professores

Organização coerente entre os objectivos do projecto de formação e os contextos de trabalho

- Autonomia e responsabilização progressiva e abrangente pelas diversas actividades estruturantes do perfil profissional
- Aquisição e integração das competências necessárias ao desempenho profissional

Desenvolvimento, de forma sequencial e articulada de um projecto que integra experiências diversificadas:

- observação directa ou mediada
- planificação e desenvolvimento de unidades de ensino.
- realização de projectos de investigação-acção no terreno,
- troca de experiências com profissionais
- visitas de estudo e actividades culturais e lúdicas
- actividades de reflexão sobre a prática

Desenvolvimento das experiências em contextos diferenciados (em termos de ambiente social, cultural e pessoal, bem como com uma diversidade de movimentos pedagógicos e projectos de inovação):

- no IEC para as acções de planificação e reflexão;
- nas escolas e outras instituições da comunidade para a observação, pesquisa, e intervenção;
- na sala de aula, para a intervenção e avaliação numa perspectiva de investigação-acção.

Colaboração entre:

- o IEC e as escolas cooperantes e outras instituições
- os docentes supervisores do IEC e os professores cooperantes das escolas
- entre os formandos, no âmbito da sua equipa e com as outras equipas e com os professores das escolas,
- entre as diferentes escolas e professores cooperantes da rede de práticas do IEC.

A concepção e regulação curricular e organizativa da componente de Iniciação à Prática Profissional, transversal ao currículo de formação e, por isso, integradora de saberes teórico-práticos, concretiza-se em experiências formativas que contribuem para a (re)construção crítica e reflexiva da experiência e do conhecimento, de modo a confrontar os desafios que a escola e a sociedade coloca aos profissionais da educação.



Um modelo integrado e flexível de formação sustenta-se na construção conjunta e articulada de contextos formativos coerentes que permitam aos formandos atribuir um significado (compreender, relacionar, mobilizar, agir, partilhar) pessoal e profissional às diferentes experiências que integram o currículo de formação

L. Alonso, 1998

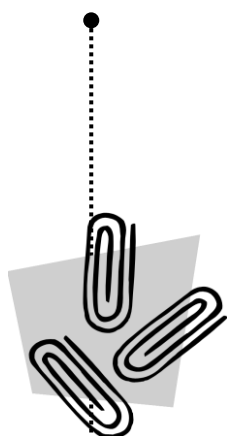
Práticas Pedagógicas

Investigação Colaboração Reflexão

A interacção continuada entre as experiências e o significado é crucial para outorgar coerência ao currículo.

J. Beane, 2000

Anexo 7.15



Modelo de Análise do Processo de Ensino-Aprendizagem

**Compreende as seguintes dimensões: “curricular/didáctica”,
“afectiva/relacional”, “organizativa” e “participativa/interactiva”**



Licenciatura em Ensino Básico (1.º Ciclo)
Coordenação da Prática Pedagógica
Prática Pedagógica II

– Modelo de Análise do Processo de Ensino-Aprendizagem* –

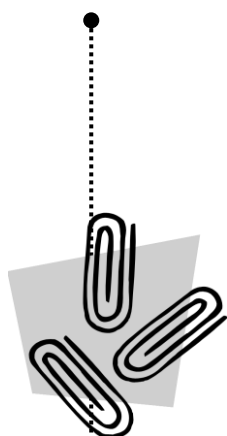


Luísa Alonso, 1996

Análise do Processo
de Ensino-Aprendizagem

* Alonso, M. L. (1996). *Desenvolvimento Curricular e Metodologia de Ensino – Manual de Apoio ao Desenvolvimento de Projectos Curriculares Integrados*. Braga: Universidade do Minho/Instituto de Estudos da Criança – PROCUR, (policopiado, pp. 66).

Anexo 7.16



Guião para a Caracterização do Contexto Escolar

Compreende as dimensões: “Agrupamento” (Caracterização – Geral, Projecto Educativo, Projecto Curricular), “Escola” (Caracterização – Específica, Projecto Curricular – de Escola e/ou de Ano), “Turma” (Caracterização do grupo turma, Projecto Curricular de Turma)



**UNIVERSIDADE DO MINHO
INSTITUTO DE ESTUDOS DA CRIANÇA**

**Licenciatura em Ensino Básico (1.º Ciclo)
Coordenação da Prática Pedagógica
Prática Pedagógica III**

– Guião para a Caracterização do Contexto Escolar* –

I. AGRUPAMENTO

1. Caracterização (geral)

1.1. Tipo de Agrupamento

Vertical, horizontal ou outro.

1.2. Localização geográfica e ambiental

1.3. Meio sócio-económico

1.4. Diversidade sócio-cultural da população escolar

1.5. Tipologia dos edifícios

1.6. Equipamentos e recursos logísticos

Indicação da qualidade, quantidade e adequação à população escolar.

1.7. Recursos Humanos

Corpus integrantes da comunidade educativa, funções, tipo de vínculo, nível de qualificação para as funções educativas,...

2. Projecto Educativo

2.1. Concepção, conteúdo e processos de desenvolvimento e avaliação do PE

2.2. Órgãos de gestão e sistemas de coordenação

Constituição, representatividade, funcionalidade.

2.3. Dinâmicas de participação e comunicação

Nível e processos de difusão de conhecimento/divulgação de actividades e decisões, grau de envolvimento e intervenção da comunidade escolar.

2.4. Autonomia, formação e inovação

* Alonso, M. L. (2002) (Coord.). *Projecto Curricular de Prática Pedagógica IV/Estágio. Orientações para a Supervisão e Avaliação da Prática Pedagógica*. Braga: Universidade do Minho / Instituto de Estudos da Criança.

Iniciativas, projectos, protocolos de investigação / formação, ligação a instituições académicas, culturais, de saúde, desportistas, económicas ou outras,...

3. Projecto Curricular

- 3.1. Níveis de desenvolvimento do PC
Agrupamento, escola.
- 3.2. Concepção e conteúdo do PC
- 3.3. Processo de construção do PC
- 3.4. Formas de acompanhamento do PC
- 3.5. Formas de avaliação do PC

II. ESCOLA

4. Caracterização (específica)

- 4.1. Localização geográfica e ambiental
- 4.2. Meio sócio-económico
- 4.3. Diversidade sócio-cultural da população escolar
- 4.4. Tipologia do edifício
- 4.5. Equipamentos e recursos logísticos
Indicação da qualidade, quantidade e adequação à população escolar.
- 4.6. Recursos Humanos
Corpus integrantes da comunidade educativa, funções, tipo de vínculo, nível de qualificação para as funções educativas,...

5. Projecto Curricular (do ano onde a turma se vai inserir)

- 5.1. Concepção e conteúdo do PC (ano)
- 5.2. Processo de construção do PC (ano)
- 5.3. Formas de acompanhamento do PC (ano)
- 5.4. Formas de avaliação do PC (ano)

III. TURMA

6. Caracterização do grupo turma

6.1. Quadro sócio-económico e cultural

Nível de escolaridade dos pais caracterização sócio-profissional,...

6.2. Dados familiares

Relacionamento das famílias com a escola, expectativas acerca do percurso escolar dos alunos,...

6.3. Percurso escolar

Níveis escolares, assiduidade, níveis de sucesso e retenção, motivação e aprendizagem,...

6.4. Alunos com necessidades educativas especiais

Caracterização do problema e registo de dados anamnésicos, sistemas de apoio interno e externo à escola,...

6.5. Caracterização do ambiente sócio-afectivo da turma

Nível de coesão, estrutura de afiliação dos alunos, liderança, estatuto e função dos grupos existentes, nível de cooperação *versus* competitividade, práticas colectivas *versus* individualistas, expressões de afecto, confiança/intimidade *versus* hostilidade e conflito,...

6.6. Caracterização do relacionamento professor-aluno

Qualidade da interacção, tonalidade afectiva, estilo de liderança e gestão da participação nas tomadas de decisão e negociação, regulação da ordem e da disciplina,...

6.7. Caracterização do comportamento social dos alunos e atitude face às normas/regras da disciplina

Competência comunicativa, expressão afectiva, afirmação de interesses e preferências, nível de motivação e participação, expressões de antagonismo e rejeição, relações de vitimação, manifestações de oposição e conflito, comportamentos agressivos ou de inibição,...

7. Projecto Curricular de Turma

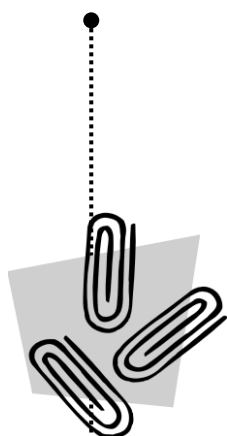
7.1. Concepção e conteúdo do PCT

7.2. Processo de construção do PCT

7.3. Formas de acompanhamento do PCT

7.4. Formas de avaliação do PCT

Anexo 7.17



Modelo para a construção do “Projecto Curricular Integrado”

“Projecto Curricular, Formação de Professores e Mudança Educativa”

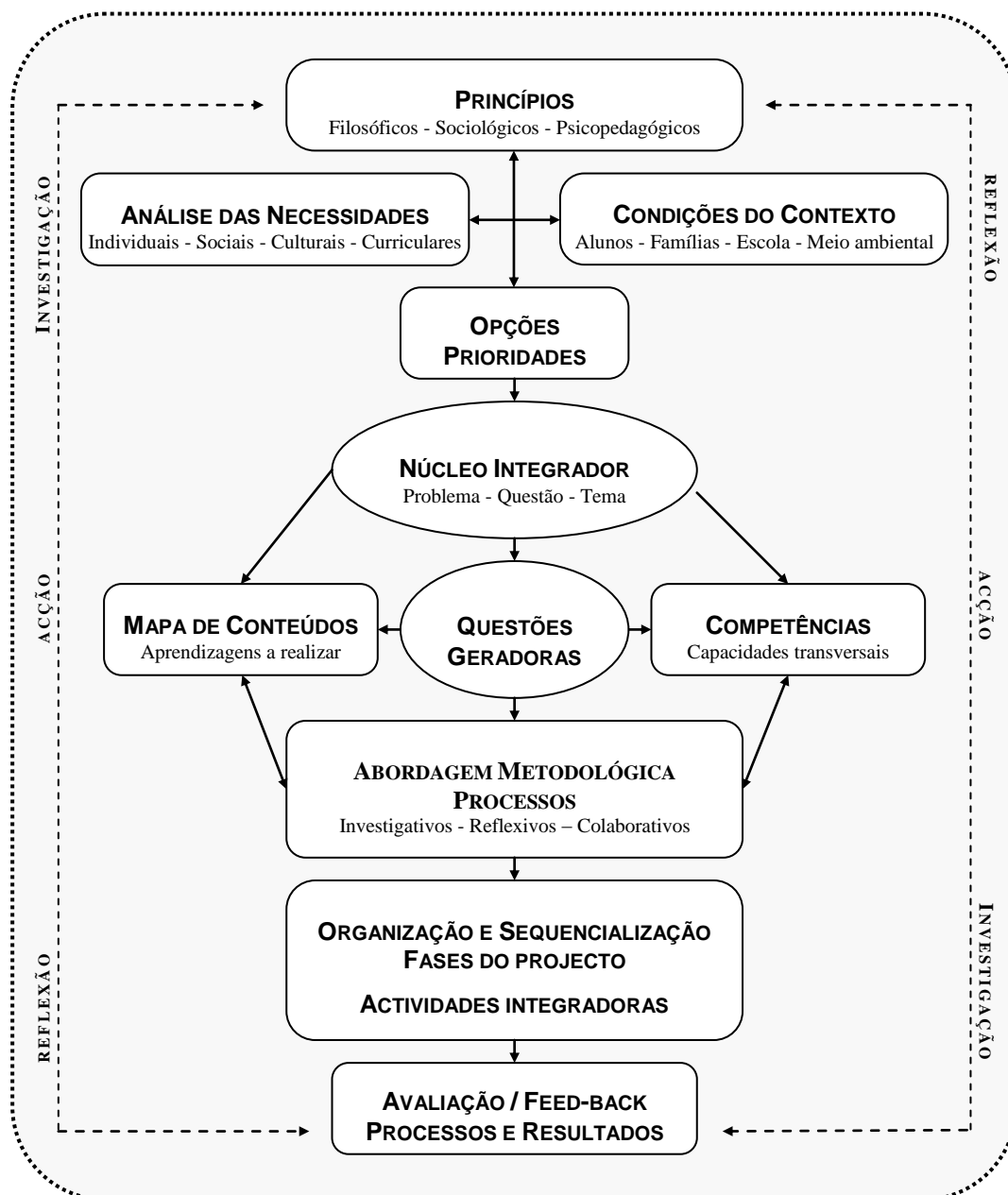
(Alonso, 1994b)



UNIVERSIDADE DO MINHO
INSTITUTO DE ESTUDOS DA CRIANÇA

Licenciatura em Ensino Básico (1.º Ciclo)
Coordenação da Prática Pedagógica
Prática Pedagógica III

– Modelo para a Elaboração do Projecto Curricular Integrado* –



Luisa Alonso, 1994

* Alonso, M. L. (1994b). "Projecto Curricular, Formação de Professores e Mudança Educativa". In L. G. Alonso e outros (Autores). *A Construção do Currículo na Escola – Uma Proposta de Desenvolvimento Curricular para o 1.º Ciclo do Ensino Básico* (pp. 13-34). Porto: Porto Editora.